

VANUSA ALVES VIANA FERNANDES

**CULTURA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA FAZENDA SANTA CRUZ –
MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG (1985 – 2005)**

UBERLÂNDIA - MG
2005

VANUSA ALVES VIANA FERNANDES

**CULTURA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA FAZENDA SANTA CRUZ –
MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG (1985 – 2005)**

Dissertação apresentada pela aluna
Vanusa Alves Viana Fernandes como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em História, pelo Programa de
Mestrado em História da Universidade
Federal de Uberlândia, sob a orientação de
Profª Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

Área de concentração: História Social

UBERLÂNDIA - MG
2005

VANUSA ALVES VIANA FERNANDES

**CULTURA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA FAZENDA SANTA CRUZ –
MUNICÍPIO DE ARAGUARI - MG (1985 – 2005)**

Dissertação apresentada pela aluna
Vanusa Alves Viana Fernandes como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em História, pelo Programa de
Mestrado em História da Universidade
Federal de Uberlândia, sob a orientação de
Profª Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso.

Área de concentração: História Social

Banca Examinadora:

Uberlândia, 27 de Outubro de 2005.

Profª Dra. Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU) - orientadora

Prof. Dr. Barsanulfo Gomides Borges (UFG)

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU)

Dedico essa dissertação aos trabalhadores das Fazendas Santa Cruz, Emília e Quilombo, que emprestaram-me suas histórias, a partir das quais compus estas reflexões e à minha filha Ana Cecília, com quem vivo uma história de amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, lembrei-me de diversas pessoas que colaboraram para a efetivação do mesmo direta ou indiretamente e que, por serem muitas, eu correria riscos de omissão ao tentar citá-las nominalmente. Dirijo a cada uma dessas pessoas, os meus sinceros agradecimentos.

Ao longo da pesquisa, foi de fundamental importância a orientação do professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, que acompanhou-me boa parte do tempo, contudo, em função de seu pós-doutorado, teve que mudar de país, transferindo a orientação para a professora Dra. Heloísa Helena Pacheco Cardoso. A ambos, agradeço pela leitura criteriosa, orientação segura, sugestões de leituras e discussões que muito colaboraram para ampliar meu campo de visão. Mais que orientação, ofereceram-me o apoio necessário nas horas difíceis.

Agradeço aos professores e colegas da V Turma de Mestrado, especialmente aos da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, por terem propiciado debates frutíferos, que em muitos momentos refletiram neste trabalho. Expresso aqui, minha satisfação pelo convívio.

À professora Dra. Vera Salazar Pessoa que no momento do exame de qualificação fez excelentes sugestões, sou muito grata.

À UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos), instituição à qual estou ligada pelo exercício da docência, que ao longo da pesquisa ofereceu ajuda financeira, meu muito obrigada.

À família Coelho Ávila, pela qual tenho carinho singular, que em todos os momentos apoiou e incentivou a pesquisa, especialmente a Talles Coelho Ávila, que é co-autor do trabalho através da digitação e formatação e que, apesar da pouca idade, ensinou-me a flutuar quando tudo estava pesado.

À Marli Ferreira de Macedo, grande amiga, pela criteriosa correção ortográfica e sugestões.

À amiga de todas as horas, Regina Nascimento Silva, pelos cuidados com a impressão e conferência, pelo incentivo e pelos diálogos sobre História, sempre enriquecedores.

Ao amigo Luiz Cláudio Vieira e à Janice que se prontificaram a fazer a transcrição do resumo para o inglês.

A todos os colegas de trabalho e alunos pela compreensão do meu momento.

Ao aluno Luciano, que possibilitou meus contatos com ex-trabalhadores da Fazenda Santa Cruz na cidade de Indianópolis.

A todos os depoentes que concederam entrevistas, sem as quais este trabalho sofreria prejuízos, pela disponibilidade e atenção a mim dispensada, especialmente o senhor José Valderi que disponibilizou todos os documentos pessoais usados neste trabalho.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço à minha família, minha mãe Luzia, meu pai Dativo, irmãs Valéria e Laurinda e sobrinhos Lucas, Júlia e Eduardo, pela compreensão em relação à minha ausência no período da pesquisa e sobretudo, agradeço à minha filha Ana Cecília, pelo apoio e carinho e por compreender a ausência da mãe até mesmo na hora de rever a matéria para sua prova de História.

Quando oiei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, uai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornaia
Nem um pé de prantação
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Até mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Para eu voltar pro meu sertão

Quando o verde dos teus oio
Se espalhar na prantação
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração.

Asa Branca
Luiz Gonzaga
Composição : Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira

RESUMO

Esta pesquisa visou compreender as relações sociais e de trabalho estabelecidas entre migrantes nordestinos e paranaenses e os proprietários da Fazenda Santa Cruz – Município de Araguari/MG, no período compreendido entre 1985 e 2005. Na referida fazenda cultiva-se milho, soja e café em relações de trabalho assalariadas, contudo o foco da pesquisa está centrado nas relações estabelecidas no cultivo do tomate.

Procurei entender as razões da migração, a preferência por trabalhadores migrantes e as transformações sofridas a partir das mudanças nas relações de trabalho, que passaram por três estágios: parceira, pseudo assalariamento e assalariamento. Ao longo dessas fases ocorreram grandes mudanças na vida dos trabalhadores.

As experiências vividas no campo e as relações construídas na cidade, nesse período, informam sobre os embates na busca por melhores condições de vida, assim como sobre as transformações e as interações nos modos de vida desses trabalhadores.

Palavras-chave: cultura, trabalho, migrantes, cultivo

ABSTRACT

This research tends to understand the social and employment relations established between migrants from both Brazilian northeast and Parana and the proprietors of the Santa Cruz Farm - Araguari City, MG, from 1985 until 2005. Maize (corn), soy and coffee are cultivated in the related farm based in work wage-earning relations, however this research is mainly focused on the employment relations established in the tomato culture.

I tried to understand the reasons of the migration, the preference for migrant workers and the transformations suffered with the changes in the work relations, which passed through three stages: partnership, pseudo waging and waging. Along with these stages, great changes in these workers' lives occurred.

These workers' experiences, lived in the crop field, and the relations established in the city during this period, show us all about their struggle in searching for better life conditions, as well as the transformations and interactions of these workers' ways of living.

Key-words: culture, employment, migrants, cultivate

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	01
------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 1: “PARA MIM ESTANDO TRABALHANDO É O QUE BASTA” – O SIGNIFICADO DO TRABALHO E DAS RELAÇÕES DE PARCERIA.....	11
---	-----------

1.1 As razões da migração e os sentidos da parceria.....	11
--	----

1.2 Diferentes olhares sobre parceria.....	27
--	----

CAPÍTULO 2: “NÃO DÁ PRÁ DÁ EMPREGO ASSIM”: AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS SIGNIFICADOS.....	47
---	-----------

2.1 Novas realidades, outras perspectivas.....	47
--	----

2.2 Só restou o salário: “ <i>Mesmo assim, tá melhor que no Ceará</i> ”	59
---	----

CAPÍTULO 3: “...ELES SÃO GENTE BOA”... AS VIVÊNCIAS NO CAMPO E AS RELAÇÕES COM A CIDADE.....	71
---	-----------

3.1 Cultura e cotidiano.....	71
------------------------------	----

3.2 Um pé na cidade para passear e outro na fazenda para morar.....	89
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
-----------------------------------	-----------

FONTES.....	104
--------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	109
--------------------------	------------

ANEXOS.....	113
--------------------	------------

DOCUMENTO Nº 01 (PIQ – Programa de Incentivo à Qualidade equivalente ao período de 01/01/1998 a 31/12/1998).....	114
DOCUMENTO Nº 02 (Acerto de contas com saldo devedor para o parceiro – ano 2000).....	115
DOCUMENTO Nº 03 (Acerto de contas com saldo favorável ao parceiro – ano de 1996).....	116
DOCUMENTO Nº 04 (Contrato de parceria da Fazenda Santa Cruz – contrato assinado dia 01/04/2000 entre Mitsuru e Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues).....	117
DOCUMENTO Nº 05 (Acerto de contas discriminação de produtos e custo de produção feito entre Mitsuru e Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues datado em 01/04/2000)...121	
DOCUMENTO Nº 06 (Contrato de subparceria da Fazenda Santa Cruz firmado entre José Valderi Rodrigues e Francisco Ferreira de Souza datado em 10/04/1997.....	122
DOCUMENTO Nº 07 (Autuação do Ministério do Trabalho por trabalho infantil datado em 08/11/2000).....	123
DOCUMENTO Nº 08 (Autuação do Ministério do Trabalho por Ausência de EPI – Equipamentos de Proteção Individual datado em 07/12/2000).....	124
DOCUMENTO Nº 09 (Autuação do Ministério do Trabalho por ausência de implementação do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais datado em 08/11/2000).....	125
DOCUMENTO Nº 10 (Autuação do Ministério do Trabalho por ausência de EPI – Equipamentos de Proteção Individual datado em 29/11/2000).....	126
DOCUMENTO Nº 11 (Autuação do Ministério do Trabalho por ausência de funcionamento do SEPAPR – Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural datado em 20/09/2001).....	127
DOCUMENTO Nº 12 (Certificado de treinamento quanto ao uso correto de EPI fornecido pela empresa Quality – Equipamentos de Proteção Individual, emitido dia 22/12/2000 ao funcionário José Valderi Rodrigues).....	128

DOCUMENTO Nº13 (Termo de responsabilidade acusando recebimento a título de empréstimo por parte do funcionário José Valderi de equipamentos de segurança em 23/12/2002).....	129
DOCUMENTO Nº 14 (Acerto de contas do funcionário José Valderi Rodrigues – adiantamentos – gastos com equipamento de proteção datado em 01/05/1996).....	130
DOCUMENTO Nº 15 (Acerto de contas do funcionário José Valderi Rodrigues – adiantamentos – gastos com equipamento de proteção datado em 01/04/2000).....	131
DOCUMENTO Nº 16 (Relação de Processos trabalhistas contra os irmãos Okubo entre 1998 e 2001 emitidos pelo Poder Judiciário/Justiça do Trabalho – consulta feita por Vanusa Alves Viana dia 02/09/2004).....	132
DOCUMENTO Nº 17 (Relação de Processos trabalhistas contra os irmãos Okubo entre 2000 e 2001 emitidos pelo Poder Judiciário/Justiça do Trabalho – consulta feita por Vanusa Alves Viana dia 02/09/2004).....	133
DOCUMENTO Nº 18 (Relação de Processos trabalhistas contra os irmãos Okubo entre 2000 e 2002 emitidos pelo Poder Judiciário/Justiça do Trabalho – consulta feita por Vanusa Alves Viana dia 29/06/2004).....	134

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta dissertação intitulada “*Cultura e relações de trabalho na Fazenda Santa Cruz – Município de Araguari-MG, 1985-2005*” busquei compreender as múltiplas experiências vividas pelos trabalhadores da referida fazenda, tais como relações de trabalho em parceria no cultivo de tomate, que ao longo do tempo citado sofreram transformações.

Aspectos da cultura, do cotidiano e as lutas pela melhoria na qualidade de vida foram questões que, somadas às relações de trabalho, nortearam minhas análises. A escolha deste grupo não foi ao acaso, pois interessa-me pesquisar as trajetórias de vida da classe trabalhadora.

Os trabalhadores são quase todos de origem nordestina, outros, em menor número, procedem do Paraná. Os migrantes¹ nordestinos são originários em sua grande maioria do Município de Barro-CE e migraram para o Sudeste pela indicação de parentes e amigos que já trabalhavam na fazenda.

Na fazenda, moram em colônias de casas, cedidas pelos proprietários, Ivao Okubo e Mitsuro Okubo, dois irmãos que iniciaram o cultivo de tomate em parceria, em meados da década de oitenta do século vinte, e que hoje destinam 400 ha ao cultivo de tomate em Araguari, no Triângulo Mineiro.

As relações de trabalho no período estudado passaram por três estágios, cada um com sua dinâmica própria que, no conjunto, colaboraram muito para as diversas situações concretas experimentadas no cotidiano dos trabalhadores, bem como dos proprietários.

No primeiro estágio (1985-2000) vigorou a parceria original, quando os trabalhadores entravam com a força de trabalho e os instrumentos rudimentares e os proprietários entravam com a terra, tecnologia e adiantamento dos custos dos inseticidas, agrotóxicos, sementes, etc. Ao final da roça (que durava em torno de 3 meses), um agenciador contratado pelos fazendeiros vendia o tomate e o lucro era dividido ao meio, após abater-se despesas com insumos. Nesta ocasião, abatia-se também os adiantamentos (alimentação, farmácia, instrumentos de trabalho, etc.). A

¹ O termo nordestino será usado ao longo da dissertação, não com o intuito de rotular, mas de mostrar a origem.

produção envolvia o conjunto familiar, homens, mulheres e crianças que juntos proporcionavam o aumento dos rendimentos da família.

Na segunda fase, que vigorou entre 2000 e 2003, em função de uma fiscalização do Ministério do Trabalho, a parceria foi proibida, bem como o trabalho infantil, e o feminino que só foi permitido mediante carteira assinada. Desta feita, os proprietários, tentando burlar a fiscalização, lançaram mão de um “pseudo assalariamento”² e da carteira assinada com um salário mínimo, que seria abatido no acerto da venda da produção.

É característica dessa fase também a contratação, por parte dos parceiros (trabalhadores), de uma espécie de sub-parceiro (em geral denominado segundo parceiro) para ajudar na roça de tomate, condicionado a receber 40% da produção do primeiro parceiro (denominado em termos contratuais de parceiro outorgado, enquanto os fazendeiros são denominados parceiros outorgantes).

A fiscalização retornou à fazenda e, desta feita, a partir de meados de 2003, todos os trabalhadores passaram a ser apenas assalariados, ganhando entre R\$ 250,00 e R\$300,00 reais por mês. Datam deste período centenas de demissões e questões trabalhistas. Neste ano inicia-se o terceiro estágio.

Em meados de 2005, a fazenda empregou cerca de trinta famílias, enquanto na primeira fase esse número chegou a mil pessoas. Essas alterações são frutos de um processo com conseqüências bem maiores que os números possam traduzir.

Conheci estes trabalhadores em um comércio que mantive em Araguari. Uma loja de variedades ao custo fixo de um real. Essas pessoas, com sotaque diferente, freqüentavam, revezadamente, a loja para fazer suas compras cotidianas. As primeiras conversas foram embaladas por minha curiosidade acerca de suas culturas (tradições, culinária) e as condições de vida no Nordeste, as razões da migração e suas opiniões sobre o Sudeste. Assim, descobri que trabalhavam em parceria na fazenda dos “japoneses”, como são conhecidos os irmãos Okubo.

Na ocasião, cursava especialização em História na UFU – Universidade Federal de Uberlândia, onde também havia me graduado em História. O curso de especialização foi um passo importante rumo à atualização e me colocou em contato mais próximo

² Ou seja, um assalariamento que é abatido ao final da roça, um disfarce para as relações de parceria; diferente de um simples adiantamento, pois nessa fase houve registro em carteira e o acerto de contas da parceria permaneceu. Abatiam-se os salários recebidos ao longo do cultivo da safra.

com teorias, procedimentos, trato com as fontes, já que ao final deste eu teria que elaborar um projeto de pesquisa.

O tema do projeto surgiu de um duplo envolvimento: por um lado, as inquietações geradas pelos textos e discussões presentes na dinâmica da especialização me chamavam à reflexão. Por outro, despertou muito interesse em mim a trajetória dos trabalhadores nordestinos, com os quais, desde cedo, me identifiquei, seja pela simplicidade, seja por nossa condição comum, de trabalhadores (as).

Escrevo essa dissertação em primeira pessoa do singular, não por insubordinação às regras acadêmicas, ou por negar as influências intelectuais sofridas até aqui, mas por me sentir sujeito atuante da pesquisa, por me entender como pesquisadora com posicionamentos políticos, que repercutem na mesma. Por falar de um lugar social e por sofrer influências no trajeto da pesquisa, além da sensibilidade e subjetividade que perpassam essa reflexão desde a escolha do tema. O texto “final” dessa dissertação não é entendido por mim como definitivo, dada à minha condição de parte do objeto pesquisado – a sociedade – que é por natureza dinâmica.

É de grande importância e responsabilidade o ofício do historiador, que tem a tarefa pessoal e intransferível da escolha dos rumos de sua pesquisa, trazendo à tona experiências múltiplas, contraditórias, disputas e negociações, realizações e frustrações de um grupo social. Eu escolhi pensar a realidade de trabalhadores, migrantes, através de suas memórias, suscitadas em depoimentos orais, associando-os com outros documentos de prestação de contas entre parceiro outorgante e outorgado, contratos de parceria e subparceira, documentos da atuação do Ministério do Trabalho, termos de responsabilidade dos funcionários acusando o recebimento de equipamento de segurança, documento do Programa de Incentivo à Qualidade (PIQ), certificado de treinamento quanto ao uso correto dos EPI's, levantamento de processos trabalhistas contra os proprietários e fotografias de minha autoria, além de outras fontes como a CLT, e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Minha caminhada como pesquisadora foi pautada por avanços; esses se mostraram não apenas nas situações fáceis, nos intentos bem sucedidos, mas também nas experiências difíceis, pois tive que descobrir alternativas, cunhar uma forma de lidar com as adversidades.

Em minha avaliação os dois aspectos que foram mais difíceis de serem administrados foram o tempo escasso e as “dores” das desconstruções intelectuais, o repensar de conceitos e visões já cristalizadas e a percepção de que um novo olhar, um

procedimento diverso seria também, como o restante da pesquisa, um processo, uma construção, posto que não existiria quem me ensinasse como fazer a minha trajetória, só a experiência me garantiria maior amadurecimento intelectual.

Aos poucos, fui entendendo que as idéias mais deterministas que possuía, a maneira compartimentada de ver os sujeitos, a super valorização das relações materiais, embora precisassem ser revistas, foram construídas processualmente, logo, a estruturação de uma nova base teórica também deveria ser processual. Percebi que não adiantaria apressar a água do rio, mas era necessário administrar o fato de que às vezes ela pode se tornar agitada.

Outro aspecto difícil de administrar foi o tempo pessoal para desenvolver a pesquisa, posto que, paralelo ao seu desenvolvimento, estive atuando profissionalmente como docente, com expressiva carga horária.

Não foi fácil lidar com a carência de tempo. Para tanto, os feriados, os finais de semana, as férias e algumas madrugadas tiveram que ser canalizados para a pesquisa. A dimensão do lazer, do convívio familiar e as relações com os amigos ficaram bem reduzidas. Contudo, passaria por tudo novamente, pois o balanço foi positivo, as aulas, os debates, as leituras e as vivências da pesquisa foram só acréscimos. A percepção de que o tema não se esgotou, de que as histórias das pessoas pesquisadas estão sendo vividas neste exato momento, é desafiadora e inspira projetos futuros.

Com relação às fontes, desde o início escolhi trabalhar com as fontes orais, posto que a história que conto é de pessoas que estão vivas, e seus depoimentos foram, em minha concepção, fundamentais. Por outro lado, percebi, na trajetória da pesquisa, que era necessário trabalhar com outros tipos de fontes. Tive a sorte de receber das mãos de um entrevistado uma pasta com todos os seus documentos pessoais (contratos, acertos, certificados de treinamento, aviso prévio, contrato de sub-parceria, etc.) para fazer cópias. Este, foi um ato de confiança e doação desinteressada por parte dele.

As narrativas orais, bem como os documentos escritos e outros vestígios deixados por homens, mulheres e crianças ao longo de suas vivências, de suas realizações no campo social, têm suas especificidades e o trato com elas é tarefa delicada para o historiador.

As narrativas orais foram tomadas aqui, como reconstituições da realidade vivida, reelaborações feitas a partir de suas realidades atuais, logo, foram tratadas não como verdades absolutas, mas como narrativas subjetivas, que expressam o que os sujeitos consideram importante, no olhar que, do presente, lançam ao passado. Em

contrapartida eu também formulei interpretações a respeito das evidências e dos relatos orais.

Acerca das narrativas orais, Alessandro Portelli nos dá interessantes elementos para reflexão. Segundo ele, “*as fontes orais contam-nos não apenas o que os sujeitos fizeram, mas o que gostariam de ter feito, o que acreditavam estar fazendo e o que agora pensam que fazem.*”³ Neste sentido, as entrevistas às vezes revelaram muito não só na fala, mas também nos silêncios e nas pausas. Os relatos foram vistos por mim como reelaboraões do vivido e não como a verdade plena. É necessário acrescentar que o resultado das entrevistas orais tem autoria dupla, estão fundidos no texto a perspectiva do pesquisador e do entrevistado, pois este responde a partir de questionamentos ou de situações que instigam sua memória, que é por natureza seletiva, subjetiva.

Foram gravadas vinte e duas entrevistas, das quais dezenove estão citadas no texto e as outras três foram de muita valia para compreensão da trajetória do grupo pesquisado. Procurei entrevistar trabalhadores de diferentes idades, de ambos os sexos, que passaram por uma, duas ou pelas três fases das relações de produção bem como o dono das fazendas, comerciantes da cidade de Araguari e pessoas ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguari e Sindicato dos Produtores Rurais de Araguari. Foi entrevistado ainda, o coordenador do NINTER – Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista Rural de Araguari.

Os documentos escritos foram analisados também como frutos de embates situados em momentos específicos, logo, carregam certas especificidades, não expressam uma verdade absoluta, que aliás em procedimentos históricos jamais será atingida. Os documentos não têm o dom de “traduzir” a história, antes, eles são vestígios das experiências vividas. Cabe aos historiadores questioná-los, ler suas entrelinhas, considerar o momento histórico em que foram produzidos, bem como quem os produziu, para, através desse exercício, conjugado com suas posições pessoais e seu referencial teórico, evidenciar memórias preteridas. Assim, toda escolha tem suas justificativas.

Historiadores não resgatam memórias, posto que elas existem independentes de nós. Nosso ofício é o de evidenciá-las, escolher com quais memórias queremos lidar, fazer considerações acerca das evidências e isso não é feito na perspectiva da neutralidade, mas sim na perspectiva engajada, seja para criticar, seja para reafirmar.

³ POTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** In: Projeto História nº14, 1997. p. 31.

Nesse sentido, minha escolha é carregada de significados. Escolhi analisar a trajetória de trabalhadores migrantes, entender suas experiências, suas expectativas, seus movimentos e sua cultura, assim como suas relações de trabalho. A mim é importante entender o universo dessas pessoas trabalhadoras, lutadoras, os embates, suas lutas e suas conquistas.

Se por um lado passei a reconhecer a mobilidade das concepções históricas, as respostas condicionadas às perguntas, admiti também que os sujeitos com quem lido não estão estanques, que suas vidas estão em movimento, que não é possível compartimentar experiências. Ao trabalhar na produção do tomate as pessoas não deixam “em casa” os outros aspectos de sua existência, de sua condição humana e essencialmente social.

Na trajetória da pesquisa, alguns conceitos adequados às evidências foram sendo cunhados e seus significados estão relacionados com a realidade observada, logo, são válidos para essa pesquisa primeiramente, o que não exclui a possibilidade de serem usados em outras circunstâncias, por outros pensadores, mas sim que têm historicidade, por isso são elásticos, são produto das reflexões suscitadas no decorrer da pesquisa.

Em termos teóricos, devo esse tremor de terrenos, antes tidos como sólidos, às discussões feitas entre colegas e professores dos cursos de especialização e mestrado. Foram especialmente significativas as obras indicadas que instigaram o repensar dos procedimentos históricos. Entre os autores que muito me influenciaram estão E. P. Thompson⁴, Eric Hobsbawm⁵, Raimond Williams⁶, Cornélius Castoriadis⁷, Dea Ribeiro Fenelon⁸, dentre outros, discutidos no interior da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais.

Foram leituras que inspiraram um repensar, um olhar sobre os conceitos com os quais lido cotidianamente e a percepção dos mesmos como construções. Compreendê-

Entre as leituras que inspiraram minhas análises, cito:

⁴ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**, São Paulo: Cia das Letras, 2001.

⁵ HOBSBAWM, Eric. **Os Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

⁶ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁷ CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁸ FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura e história social: Perspectivas de investigação”. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC, (4), 1985, pp. 21-37.

los como conceitos com sentidos próprios em cada pesquisa, entendê-los como portadores de historicidade. No conjunto, esses autores facilitaram minha compreensão do processo histórico, das experiências humanas nesse processo, não de forma compartimentada, mas como múltiplas esferas que se entrelaçam para compor a vivência humana, complexa, contraditória, heterogênea, conflituosa e em constante movimento.

A partir das reflexões desses autores, percebi-me como parte desse viver, desse processo, e sujeita a uma trajetória de crescimento intelectual com direito a revisões, novas incorporações, que refletiram na própria pesquisa.

À luz das análises destes autores pude perceber que tratar a história da classe trabalhadora não significa desconsiderar outras classes com quem, em suas experiências cotidianas, em seu vivido, se relacionam; ora de forma tranqüila, ora de forma tensa.

Entre as revisões que pude fazer a partir do dinâmico debate com a V turma do mestrado, os professores e convidados, está um novo olhar para as fontes, incluindo aí as orais. Tanto os documentos como as fontes orais foram escolhidos não porque são prova de uma verdade, mas porque têm significados para mim e para os sujeitos que pesquiso.

O lugar social onde se desenrola a experiência humana passou a ser entendido não como um lugar com sentido próprio, dado a priori, mas como um local socialmente construído e significativo para os que o construiu, e também como um campo tenso, não neutro, onde se travam, disputas, embates, onde estão as diferenças.

Com este novo olhar, pude tratar o tempo histórico como um tempo específico, não necessariamente como o mero tempo cronológico, mas como um tempo significativo, recheado de experiências e com marcos construídos a partir das subjetividades dos sujeitos, dos acontecimentos marcantes e suas trajetórias e na minha própria trajetória de pesquisadora. Assim, a pesquisa e a pesquisadora, bem como os sujeitos pesquisados estiveram em constante movimento. O caminho teórico foi sendo construído, as evidências foram se mostrando, os rumos foram retraçados. A idéia de processo ficou clara em toda a pesquisa.

Para a compreensão da cultura, valores e tradições camponesas, os autores acima citados foram úteis também. Contudo para entender as condições de vida no Nordeste, as concepções de parceria e as razões da migração na ótica da historiografia foram de

fundamental importância a leitura de Antônio Cândido⁹, Maria Isaura Pereira de Queiróz¹⁰, Maria Rita Garcia Loureiro¹¹, José de Souza Martins¹², José Graziano da Silva¹³, Thelma Maria Grisi Velôso¹⁴, Inaiá Maria Carvalho¹⁵, Dalva Maria Silva¹⁶, dentre outros. Na bibliografia consultada, destaco o trabalho da geógrafa Ada Borges Custódio¹⁷ sobre o cultivo de tomate na região de Araguari.

Com relação aos aspectos legais, foram consultadas obras dos juristas Wellington Pacheco Barros¹⁸ e Ivan Santos Cabeleira¹⁹, além da CLT, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Terra e o processo de autuação contra os proprietários da fazenda. Na dinâmica da pesquisa surgiu a necessidade de consultar os aspectos legais, uma vez que grandes alterações nas relações de trabalho ocorreram em função de autuações, descumprimento de leis, demissões, dentre outros. Para entender melhor as mudanças que se processavam, foi necessário o diálogo com a legislação trabalhista, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Terra e o processo de autuação, haja vista que a partir da fiscalização a realidade dos trabalhadores e dos proprietários mudou muito. O que os migrantes mais sentiram foram o fim da produção familiar em parceria e a passagem para o assalariamento. Assim, foi a partir da análise de experiências que surgiram as necessidades de se recorrer a certas fontes.

As realidades estudadas nas referidas obras são outras, assim como o recorte geográfico e cronológico. Esses autores não oferecem modelos, partem de suas inquietações, das especificidades de suas áreas do conhecimento, pois nem todos são

⁹ CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. 6ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982. 284p.

Na análise da historiografia foram selecionados também os trabalhos abaixo relacionados com os quais procurei dialogar ao longo dos capítulos:

¹⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante tradicional e o problema do campesinato. In: **O campesinato Brasileiro**. São Paulo: Vozes, EUSP, 1973.

¹¹ LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Capitalismo e Parceria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

¹² MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

¹³ SILVA, J. G. de. **O cativo da Terra**. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

¹⁴ VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Cumucim – Pitimbu/PB**. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2001.

¹⁵ CARVALHO, I.M.M. De; HAGUETTE, T.M.F(orgs). **Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: HUCITEC/CNPQ, 1984. 293 p.

¹⁶ SILVA, D. M. de O. **Memória: Lembrança e esquecimento, trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60**. São Paulo: PUC, 1997. (dissertação de mestrado)

¹⁷ CUSTÓDIO, Ada Borges. **Produção e comercialização do tomate de mesa em Araguari – MG**. Uberlândia: UFU (Programa de pós-graduação em Geografia)/ 2000, (dissertação de mestrado).

¹⁸ BARROS, W. Pacheco. **Contrato de Parceria Rural: Doutrina Jurisprudência e Prática**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999, p.15.

historiadores, de suas próprias concepções teóricas, mas na medida que expõem suas análises deixam entrever caminhos úteis a outras pesquisas como a minha.

O caminho percorrido por mim é pessoal, contudo a trajetória foi marcada por “paradas” para “reabastecimento” e trocas intelectuais concretizadas em diálogos interessantes. Do diálogo com as fontes e autores lidos, a partir de minhas inquietações, foram estruturados três capítulos: o primeiro intitulado – ***“Para mim, estando trabalhando é o que basta” - O significado do trabalho e das relações de parceria***, o segundo denominado ***“Não dá para dar emprego assim” - Mudanças nas relações de trabalho e seus significados*** e o terceiro capítulo, denominado ***“...Eles são gente boa...” - As vivências no campo e as relações com a cidade***.

No primeiro capítulo, procurei compreender o que são as relações de parceria no âmbito da lei, na prática concreta dos trabalhadores e no olhar de parte da historiografia. As razões das pessoas para migrar, as condições de vida no Nordeste, o significado do trabalho para os sujeitos envolvidos e as razões porque foi interessante aos patrões trabalhar com migrantes. Para tanto, recorri às entrevistas orais, fotografias e ao diálogo com a historiografia, incluindo obras de outras áreas como economia, sociologia e geografia.

Por sua vez, no segundo capítulo a reflexão recaiu sobre o significado das mudanças nas relações de trabalho a partir da autuação do Ministério do Trabalho, tais como o fim do trabalho feminino e infantil, “pseudo assalariamento”, assalariamento, demissões, que marcaram a segunda e a terceira fase. Procurei nesse capítulo entender as transformações nas vidas das pessoas envolvidas e suas opiniões sobre o patrão, as relações de parceria e assalariamento. As fontes selecionadas para este capítulo foram as entrevistas orais, a legislação, o processo de autuação, fotografias e alguns documentos pessoais, que juntamente com o diálogo com a historiografia deram sustentação às análises.

No terceiro capítulo, busco entender melhor o cotidiano da comunidade (moradia, formas de sociabilidade e lazer, rotina doméstica, luta por melhorias, etc.), as relações com a cultura local, as raízes nordestinas e as novas incorporações mineiras, a relação com a cidade de Araguari (tanto dos trabalhadores quanto dos donos), como são “vistos” pela cidade e como percebem a cidade, a questão eleitoral, o papel dos sindicatos, tanto dos trabalhadores quanto dos produtores rurais e a repercussão da

¹⁹ CABELEIRA, I. Santos. **Dos contratos de Arrendamento e Parceria Rural: Teoria, Roteiros e Formulários Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1988, p.17.

mudança da parceria para o assalariamento na cidade. Trabalhei neste capítulo com entrevistas orais, fotografias e com a historiografia.

Num primeiro momento, a idéia era entender a relação dos trabalhadores com os moradores de Araguari, cidade mais freqüentada por eles. O percurso da pesquisa acabou por mostrar a necessidade de visitar também Indianópolis, outra cidade bem próxima a eles. Com as demissões, centenas de ex-trabalhadores da Fazenda Santa Cruz, em busca de trabalho nas fazendas vizinhas, passaram a morar em Indianópolis e se tornaram bóia-frias.

Assim, os dois primeiros capítulos estão centrados mais na compreensão das questões relacionadas às relações de trabalho e às razões da migração, pois essa problemática estava posta no momento das entrevistas, isso era o que mais se evidenciava nas falas dos depoentes.

No último capítulo, o rico universo cultural desse grupo foi partilhado a partir da leitura que dele fiz, os aspectos tradicionais, os valores, a religiosidade, os espaços de sociabilidades, as lutas e embates por melhorias na qualidade de vida, as experiências femininas e infantis, hábitos alimentares deste grupo foram objetos de reflexão, bem como a interação dessa cultura com outros hábitos culturais típicos do Sudeste. Enfim, busquei compreender a relação entre eles e a comunidade de Araguari e de Indianópolis.

CAPÍTULO 01

“PARA MIM ESTANDO TRABALHANDO É O QUE BASTA”¹⁰ – O SIGNIFICADO DO TRABALHO E DAS RELAÇÕES DE PARCERIA.

1.1 – As razões da migração e os sentidos da parceria.

No Brasil, as dificuldades de acesso à terra pela população pobre tem antecedentes históricos que estão bem recuados no tempo. Desde o início da colonização, optou-se pelas grandes propriedades, uma vez que Portugal doava extensas faixas de terra às famílias nobres que tivessem posses para cultivá-las, embora o cultivo nem sempre tenha ocorrido. Assim, a população pobre, não escrava, foi colocada à margem dessa estruturação agrária, ocupando pequenas faixas de terras para extrair seu sustento. A partir da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601) o acesso à terra passou a ser mediado pelo mercado, proibiu-se o acesso a ela por outros meios que não fosse a compra. Extinguiu-se o regime de posses e a terra passou a ser um produto inacessível às famílias de baixa renda devido ao seu alto custo.

Os pequenos agricultores e a produção familiar, no entanto, persistem na atualidade apesar das dificuldades e do acelerado processo de pauperização. Ao lado desses, encontram-se os trabalhadores rurais que não possuem terra, mas que continuam retirando seu sustento da mesma, seja como assalariados fixos ou temporários, como arrendatários, posseiros ou parceiros.

No Nordeste, sobretudo no sertão, o problema da concentração de terras soma-se à irregularidade das chuvas, o que leva milhares de pessoas dedicadas à agricultura de subsistência, normalmente em terras arrendadas, a se deslocarem para outras regiões em busca de novas formas de sobrevivência. O acesso à terra, por parte de pessoas de baixa renda, geralmente ocorre por arrendamento, contudo as baixas colheitas acabam por dificultar essa possibilidade. Uma outra forma de sobrevivência é a prestação de serviços para proprietários de terras, porém o trabalho árduo nem sempre é garantia de pagamento, o que dificulta a sobrevivência e gera desânimo. Conforme ressaltaram-me no decorrer da pesquisa, muitas vezes eles trabalharam duro e na hora de receber o

¹⁰ Cícero Dias, trabalhador da Fazenda Santa Cruz, em entrevista concedida dia 22/11/2003.

pagamento foi adiado para outra semana, outras vezes nunca receberam pelo serviço prestado.

As questões relacionadas à posse da terra, migração e ao trabalho rural nortearam minhas reflexões neste trabalho. Da análise das relações de trabalho e da vida dos trabalhadores da Fazenda Santa Cruz, situada no município de Araguari-MG, emergem não só suas trajetórias, mas as de muitos outros trabalhadores que enfrentam situações semelhantes por este Brasil.

Essa dissertação buscou, a partir da memória suscitada pelos relatos orais dos trabalhadores (migrantes nordestinos e paranaenses) que estabelecem relações de trabalho na Fazenda Santa Cruz, de propriedade de Ivao Okubo e Mitsuro Okubo (proprietários também das Fazendas Quilombo e Emília), reconstituir a trajetória desses sujeitos, focando as razões pelas quais eles migram para o Sudeste e as experiências sociais vivenciadas por eles, tais como relações de parceria e assalariamento, além de aspectos da cultura, do cotidiano e da relação com a cidade de Araguari-MG (município onde se localiza a referida fazenda) e Indianópolis-MG.

Os irmãos Okubo, no início da década de 80, resolveram cultivar tomate no município de Araguari, atraídos, entre outras coisas, pelo preço da terra, condições climáticas, e pela proximidade aos grandes centros consumidores, optando por trabalhar com parceria e mão-de-obra migrante. Iniciaram com uma fazenda, a Santa Cruz, e posteriormente adquiriram mais duas. Além do cultivo do tomate, produzem milho, café e soja, no entanto as relações de trabalho estabelecidas nestes cultivos foram assalariadas desde o primeiro momento.

A princípio a pesquisa estava referenciada nas três fazendas, mas após reflexão centralizei a pesquisa na Fazenda Santa Cruz, pois tinha ali o maior número de contatos. Porém essa separação não é rígida, já que, em função dos laços de amizade e parentesco, é comum encontrar e entrevistar moradores das Fazendas Quilombo e Emília na Fazenda Santa Cruz.

A maioria de meus depoentes são de origem nordestina, mas esta predominância não foi uma questão de escolha, embora meu primeiro contato tenha sido com trabalhadores nordestinos. Existe, também, um número reduzido de migrantes paranaenses na referida fazenda, contudo o predomínio de pessoas de origem nordestina refletiu no andamento da pesquisa e na facilidade de contatos com os entrevistados.

Placa de entrada da Fazenda Santa Cruz – acervo de Vanusa Alves Viana - 02/09/2004.

Trabalhadores na Fazenda Santa Cruz na lavoura de tomate – acervo de Vanusa Alves Viana - 02/09/2004.

Os depoimentos orais delinearam as dificuldades das famílias pobres migradas do Nordeste, que estão relacionadas também com a injusta distribuição de rendas e com as formas de ampliação do capital a partir da exploração do trabalho; fator que distancia o trabalhador rural do acesso à terra, ou leva-o a uma situação de pauperização, reforçando a migração.

O senhor José Valderi, 57 anos, casado com dona Terezinha Rodrigues, pai de sete filhos, dos quais seis moram na Fazenda Santa Cruz (um morreu), migrou para a referida fazenda em 1989. Ele veio do Ceará com a família, onde era agricultor, trabalhando na maioria das vezes como assalariado, ou arrendando terra. Nas palavras do senhor Valderi um dos fatores que reforçou sua opção em deixar o Nordeste foram as dificuldades relacionadas à produção de alimentos:

“Lá o arroiz é pra aquele pessoal que tem dinheiro, né? Pra comprá, os pobrezinho que vive trabalhando tem malmente o dinheiro pro feijão. O arroz, se plantá tem, se num plantá num tem, é bom plantá se tem inverno. Lá ninguém conhece adubo. Eu vim conhecê adubo aqui (no Sudeste). De tudo que plantá na terra dá, só pela natureza dela mesmo”¹¹

O senhor Valderi nos relata uma situação que é de muitos na região. Na sua narrativa evidenciam-se não só as dificuldades enfrentadas, mas a análise que ele constrói ao relacioná-las com a exclusão social como marca das relações vividas pelos trabalhadores. Questionado sobre a posse da terra, o entrevistado assim se expressa:

“Era não, a terra não era minha, era dos proprietário de lá, num sabe? Cumo que se diz, eu trabalhava alugado¹², num sabe? Trabalhava alugado. Ai foi... foi... num dia deu certo, porque a vida era muito cansada por lá, a sobrevivência num dava pra arrumá lá direito. Aí a gente vei pra cá e graças a Deus até hoje tumo aqui, to achando muito bom, e... vô levano a vida do jeito que Deus qué.”¹³

Em todas as suas falas destaca-se a íntima relação entre terra, trabalho e sobrevivência. No Nordeste, a fadiga que o trabalho em local árduo provocava sem, muitas vezes, ter retorno, favoreceu sua opção por deixar a região.

¹¹ Entrevista concedida em 22/11/03 por José Valderi.

¹² Segundo vocabulário nordestino, o trabalho alugado é aquele feito para outras pessoas, mediante remuneração salarial. Este é considerado pior que o trabalho em terras próprias, arrendadas ou em parceria.

¹³ Idem

Outro entrevistado, senhor Cícero Dias, proveniente de Barro - CE, onde era agricultor, usa a comparação para mostrar a diferença entre o trabalho lá no Nordeste e o que ele faz em Araguari:

“Bom, aqui é bom demais, lá o trabalho é agricultura mesmo, plantá, coiê, essas coisa tudo. Mais sempre o trabalho daqui é menor que o de lá. O daqui não, qualquer criança dá conta.”¹⁴

Com a mudança, os vínculos com a terra natal são alterados. Muitos deixaram parentes e o contato com eles tornou-se esporádico. No Sudeste, estabeleceram outros vínculos, sem, contudo, se esquecerem por completo das tradições da terra de origem, referem-se a ela com certa nostalgia e suas memórias sobre o passado são um misto de dor e saudade.

Em *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*¹⁵, obra que reúne várias reflexões de diversos autores sobre o tema citado, tanto no campo quanto na zona urbana, destacam-se as análises realizadas sobre a pauperização do pequeno produtor, suas perspectivas e formas de resistência ou “desistência”. Para as autoras, a pauperização do pequeno produtor está relacionada à dinâmica de expansão da grande propriedade, da qual o agricultor de subsistência cada vez depende mais, pois para se manter no ramo acaba se sujeitando aos grandes proprietários, como parceiros ou arrendatários. Esses vínculos nem sempre garantem a autonomia do pequeno agricultor.

Por outro lado, a dificuldade de acesso a créditos e ao associativismo, assistência técnica e mecanização têm gerado a ampliação da pobreza e instigado a migração e a proletarianização dos camponeses que, em muitos casos, desistem e vendem a terra.

De acordo com o citado estudo, os principais vínculos de trabalho encontrados foram parceria, arrendamento, assalariamento e o trabalho em terras cedidas. Na parceria, o parceiro outorgado é obrigado a dividir insumos e tecnologias que lhes são estranhos e, às vezes, desnecessários, enquanto para o proprietário é uma forma de ocupar a tecnologia e a terra ociosa de modo lucrativo, além de ampliar o crédito e garantir de mão-de-obra a baixo custo. Nessa concepção, o pequeno produtor é inserido na máquina montada na região para a expansão do capital indiretamente, por meio do

¹⁴ Entrevista concedida em 22/11/03 por Cícero Dias.

¹⁵ CARVALHO, I.M.M. De; HAGUETTE, T.M.F(orgs). **Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: HUCITEC/CNPQ, 1984, 293 p. Os capítulos utilizados foram: **Pauperização e condições de subsistência dos trabalhadores urbanos** e **Sobre a pobreza no nordeste (aliás, da**

grande produtor. Nesse contexto há uma grande exploração do parceiro, pois na realidade o lucro não é partilhado de forma igualitária.

Os arrendatários pagam em dinheiro ou em cotas de produção (entre 20% e 25 %) pelo uso da terra. Na verdade são meros rendeiros, subordinados ao dono da fazenda que controla toda a atividade (escolha do produto, comercialização, etc.). Esses são encontrados em menor número que os parceiros.

Os assalariados, encontrados em número equivalente aos parceiros, são pequenos produtores que vendem o dia para completar a renda devido ao avançado processo de pobreza. São temporários, mas sempre recorrem a essa atividade.

Os trabalhadores, em terras cedidas por parentes ou amigos, ficam fora do mercado, presos ao estabelecimento por laços extra-econômicos e, em última instância, podem até ser explorados. São garantia de mão-de-obra barata e facilmente recrutável em épocas de grande produtividade para o fazendeiro.

Em todas essas relações de trabalho, constatou-se a importância do trabalho familiar e a sujeição desses trabalhadores, quando produtores, a uma rede de intermediação, que vai desde o caminhoneiro até o grande comerciante das maiores empresas, passando pelo médio comerciante. Fato que desvaloriza o produto e reduz as chances de lucro do produtor direto.

As dificuldades do produtor familiar são acentuadas também pela burocracia quando se tenta receber ajuda de programas oficiais como POLONORDESTE, porque na prática essa ajuda não é destinada ao produtor familiar, mas sim aos “viáveis”, que possuem certa modernização e são donos de pelo menos 35 ha. A maioria, no entanto, tem entre zero e 10 ha, e muitos desses “lotes” de terra nem sempre têm documentação regulamentada. Assim, a maioria deles, para conseguir crédito, recorre a amigos ou agiotas e pagando juros altos.

Diante desse quadro, migram sazonalmente ou definitivamente. Alguns mudam de ramo e outros insistem em preservar as tradições da vida no campo, como é o caso dos sujeitos pesquisados.

A família do senhor José Valderi vivenciou essa realidade: a conjugação da seca, falta de acesso à terra e dificuldades para receber salário quando estava empregado, o que o levou a “optar” pela migração para o município de Araguari. É a partir dessas experiências que trabalhadores rurais oriundos da região de Barro, no Ceará, se

deslocaram para o Sudeste, na década de 1980, com o objetivo de cultivar tomate varado, uma espécie própria para salada, em parceria com os proprietários da Fazenda Santa Cruz, no município de Araguari – MG.

Os proprietários, Ivao Okubo e Mitsuro Okubo, descendentes de japoneses, conheceram a relação de parceria em São Paulo, onde seus pais cultivavam tomates em parceria com famílias procedentes do Nordeste e do Paraná desde 1959, inclusive com a ajuda dos dois filhos.

No início dos anos oitenta, os irmãos Ivao e Mitsuro resolveram iniciar o próprio negócio e escolheram o município de Araguari em função do clima (caracterizado pela regular alternância entre períodos de abundância e escassez de água) e dos custos da terra. A exemplo do pai, optaram pela produção em parceria.

Segundo Ada Borges Custódio, geógrafa, autora da dissertação de mestrado *Produção e comercialização do tomate de mesa em Araguari-MG*, defendida em 2000:

*“Em 1984, os irmãos Okubo compraram as primeiras terras no Município de Araguari, decididos a ocupar a área com uma cultura exigente, o tomate, estimulados pela experiência acumulada em Salto-SP e pelo apoio da Cooperativa Agrícola Sul Brasil e da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Iniciava-se assim, a tomatecultura com enfoque profissional no Município de Araguari”.*¹⁶

Em termos legais, as relações de parceria foram regulamentadas pelo artigo 96, inciso VI, do Estatuto da Terra, promulgado em 30 de novembro de 1964, através da Lei nº 4.504¹⁷.

Antes da promulgação do Estatuto da Terra, o direito civil é que regulamentava as relações de produção agrária que, segundo o professor de direito agrário Wellington Pacheco Barros, “*é todo embasado no sistema de igualdade de vontades*”, o que implica que o proprietário rural e o trabalhador rural têm os mesmos direitos.

Essa perspectiva pode ser válida em termos teóricos, pois na prática é sabido que não há essa igualdade, já que no Brasil ela se contraria no próprio direito à terra, devido à extrema concentração e à injusta distribuição de rendas no meio rural.

¹⁶ CUSTÓDIO, Ada Borges. **Produção e comercialização do tomate de mesa em Araguari – MG**. Uberlândia: UFU (Programa de pós-graduação em Geografia)/ 2000, p. 125 (dissertação de mestrado).

¹⁷ BARROS, W. Pacheco. **Contrato de Parceria Rural: Doutrina Jurisprudência e Prática**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999, p.15.

De acordo com o artigo 4º do Decreto 59.566/66, que regulamenta as leis 4.504 (de 30/11/1964 - Estatuto da Terra) e 4.947, que fixou normas complementares e conceituou parceira:

*“Parceria Rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de partes ou de parte do mesmo, incluindo ou não benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agro-industrial, extrativa vegetal ou mista e/ou lhe entrega animais para cria, recria invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros, havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei”.*¹⁸

O sistema de parceria adotado entre os proprietários da Fazenda Santa Cruz e os trabalhadores que migraram de Barro – CE e do Paraná, a princípio (entre 1985 e 2000) seguia esta regra: os proprietários entravam com a terra, o maquinário e insumos; os trabalhadores com a mão-de-obra e alguns instrumentos de trabalho rudimentares. Ao final da roça, um agenciador contratado pelo fazendeiro, denominado Edson Trebeschi, vendia a produção, abatiam-se os gastos com insumos (que também eram divididos entre as partes) e dividia-se o lucro. Todo o acerto ocorria mediante apresentação de notas de compra e venda, contudo os parceiros (trabalhadores) não tinham acesso às negociações, cotações, etc. Vale ressaltar que a maioria dos trabalhadores tem pouca ou nenhuma escolaridade, fato que dificulta a conferência dessas notas, além disso, todos os trabalhadores entrevistados demonstraram alto grau de confiança na idoneidade do proprietário.

O imaginário social que relaciona os japoneses com trabalho e honestidade se manifesta nas narrativas. Questionado sobre sua opinião em relação ao patrão, o senhor Cícero Dias assim se pronunciou:

*“Contra os japoneis eu não tenho nada. Os japoneis é bom demais, sempre tá no lugá de um bom pai pra nós, certo? Cumpre com tudo, dá o trabaio pra gente, dá o dinheiro e só isso, eu num tenho nada a dizê contra ele”*¹⁹

¹⁸ CABELEIRA, I. Santos. **Dos contratos de Arrendamento e Parceria Rural: Teoria, Roteiros e Formulários Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1988, p.17.

¹⁹ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Cícero Dias.

Essa avaliação é reforçada por Dona Francisca Freire Pereira, que além da honestidade do patrão (*a gente trabalhô recebe*), destaca também a importância dele na fixação do trabalhador na fazenda, através do fornecimento de condições mínimas para a sobrevivência:

“É... ele é um bom patrão, não tenho nada pra dizê dele, ele é um bom patrão. Só! A gente trabalhô, recebe, né? E... quando eu cheguei aqui, ele arrumô barraco pra nós, de talba né? A gente trabalhano certo com ele, ele é um bom patrão. Até hoje, não tenho o que falá dele não né?”²⁰

O sistema de produção adotado no cultivo do tomate é o de três roças anuais, cada uma demora em média três meses. A cultura do tomate é mais produtiva na seca, pois os fungos que atacam a planta se proliferam com a umidade. Geralmente, de janeiro a março, período denominado de “inverno” pelos trabalhadores, muitos se deslocam até o Nordeste, para rever parentes e levar dinheiro, retornando ao final do “inverno” para retomar o contrato com os proprietários. Após cada roça ocorre um acerto.

A comercialização do tomate é feita através do agenciador, com várias partes do Brasil e Mercosul. Trata-se de uma produção em grande escala, fato verificado a partir do volume de insumos utilizados, do número de parceiros (cerca de mil pessoas), da extensão da fazenda (400 hectares só para cultivo de tomate) e da produtividade.

Segundo Ivao Okubo, 53 anos, um dos proprietários da Fazenda Santa Cruz: *“o sistema de parceria é um sistema eficaz para ambas as partes, pois o trabalhador não corre nenhum risco, só entra com o trabalho, não tem custos”*.²¹

Interessante a visão do proprietário que desconsidera os riscos naturais e, sobretudo considera o trabalho como algo que não se pode perder. Essa concepção escamoteia a idéia de que o trabalho gera valor, desvalorizando o esforço dos parceiros. Contudo, o que pude constatar é que a diferença da produtividade de tomates nesta fazenda se dá em função das relações de trabalho, ou seja, da parceria, pois a mesma produz mais em menor área.

Ora, essa análise do senhor Ivao é no mínimo contraditória, já que as três fazendas que possui, onde cultiva tomate varado em parceria, já chegaram a produzir o maior volume de tomate do país, sendo que, em extensão e número de pés de tomate, as fazendas (Emília, Quilombo e Santa Cruz) ocupam o segundo lugar.

²⁰ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Francisca Freire.

Ada Borges Custódio destaca a importância dos irmãos Okubo e de suas fazendas na produção e comercialização do tomate de mesa:

“A liderança dos irmãos Okubo é reconhecida em todo o país e, hoje, em duas fazendas (Santa Cruz e Quilombo) esses produtores ocupam 450 ha com seis milhões de pés de tomate, colhendo anualmente cerca de 36 mil e 800 toneladas de tomate. Ivao Okubo, responsável pelo controle da produção nas fazendas, morou um ano nos EUA e fez estágio numa fazenda produtora de tomate na Califórnia, além de ter visitado plantações no México e participado de dois cursos em Israel.”²²

A diferença entre ser o segundo maior plantador e o primeiro produtor, certamente, está centrada na tecnologia e insumos, mas principalmente na forma de produzir, ou seja, a parceria, pois o parceiro produz acreditando estar cultivando o próprio tomate e, imbuído da crença de que quanto maior seu esforço maior será o lucro, aumenta muito a produção. Porém, a falta de acesso à cotação do tomate e às formas de negociação dificultam a mensuração do lucro do trabalhador e sobretudo do lucro do proprietário (por parte dos trabalhadores).

A produção de tomates na Fazenda Santa Cruz já passou por três estágios. Entre 1982 e 2000, período da parceria original²³. A família entrava com o trabalho e o proprietário com a terra, tecnologia e insumos. Nesta fase, segundo as falas dos trabalhadores, houve o maior índice de lucro, muitos compraram carros e eletrodomésticos. Contudo, cabe analisar aqui a prática do trabalho infantil e feminino, além da contratação dos chamados “segundos parceiros”, normalmente homens solteiros que, morando com a família parceira, engrossavam a produção.

A segunda fase, entre 2000 e 2003, foi marcada por um “pseudo assalariamento”, em função da fiscalização do Ministério do Trabalho, que exigiu a extinção da parceria e do trabalho infantil, alegando que as relações de trabalho ali praticadas não caracterizavam parceria, pois os trabalhadores não entravam com nenhum recurso e nenhuma nota era emitida em nome dos parceiros na hora da compra dos insumos, nem na ocasião da venda de tomate. Assim, os trabalhadores passaram a

²¹ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Ivao Okubo, na Fazenda Santa Cruz.

²² CUSTÓDIO, Ada Borges, op. cit., p. 127.

²³ Denomino aqui parceria original o tipo de parceria feito entre os proprietários da fazenda e os migrantes nordestinos e paranaenses, antes da fiscalização do Ministério do Trabalho.

ter carteira assinada e receber um “pseudo salário” que na realidade era um adiantamento diferenciado que seria abatido no final da produção.

A partir de 2003, terceira fase, com o arrocho da fiscalização, o que passa a vigorar é o total assalariamento e o fim das relações de parceria, fato que gerou centenas de demissões acompanhadas, por parte dos trabalhadores dispensados, de tentativas de trabalhar como parceiros em outras fazendas ou de retorno ao Nordeste.

Portanto, as primeiras formas de relação de trabalho foram marcadas pela parceria familiar. Nela, filhos e esposas produziam tomates, pois, segundo a concepção da família, quanto mais pés de tomates eram cultivados, maior a produtividade. Segundo José Graziano da Silva: *“a parceria aparece como um processo de produção, baseado essencialmente no trabalho familiar”*²⁴. Nessa época, entre 1985 e 2000, muitos parceiros experimentavam uma ascensão social, impensável no Nordeste, conforme nos fala o senhor José Valderi Rodrigues, 57 anos, casado, morador da Fazenda Santa Cruz há 16 anos, pai de sete filhos, dos quais um morreu em Araguari e os outros seis moram na fazenda:

*“Olhe, lá é o seguinte, lá eu trabalhei, nasci e me criei no Ceará, me casei, fui pai de família e lá eu nunca pude sequer comprá uma televisão, um fogão a gás. Tá melhor, um fogão a gás eu nunca pude comprá lá! Então, televisão, essas coisas eu assistia pelas casa dos otro, pur que eu nem podia comprá televisão prá assisti lá... é... eu gostava muito de assisti, mais num tinha condição de comprá uma, então eu tinha que assisti pelas casa dos otro. É...”*²⁵

A comparação entre a vida que levavam no Nordeste e a que passaram a ter no Sudeste é referenciada nos bens de consumo que puderam adquirir, cujo uso alteraram o cotidiano dos familiares. O mesmo depoente citado acima observa que:

*“Aqui, graças a Deus eu cheguei, dentro de um mês eu comprei televisão, comprei fogão, cama boa, sala... eu comprei no Magazine Luíza. Até guarda-roupa bom eu tenho em minha casa. Muito bom. Aqui eu já comprei, tem no meu quarto, tem no quarto da minha fia. Graças a Deus, eu vim aqui, arrumá aqui nessa fazenda desse home. É... comprei carro que lá nunca tive condição de comprá e nem pagá passagem pra andá nos carro dos oto. Então eu acho que isso seja uma coisa muito importante pra gente, né?”*²⁶

²⁴ SILVA, op. cit. p. 113.

²⁵ Entrevista concedida em 20/11/2003 pelo senhor José Valderi.

²⁶ Entrevista concedida em 22/11/2003 pelo senhor José Valderi na Fazenda Santa Cruz.

Ao analisar a fala do senhor Valderi, percebo a importância que ele dá ao trabalho como condição para sobrevivência. : “*lá eu trabalhei, nasci e me criei...*”, ressaltando que lá, também, ele constituiu família, mas as condições de vida eram precárias. Fala no trabalho como se, sem esse, a própria vida estivesse ameaçada. Isso eu percebi em várias outras falas, o que me levou a refletir sobre as dificuldades de viver no Nordeste seco, região onde a desigual distribuição de renda e terras é evidente para as famílias de tradição rural, que querem tirar da terra o seu sustento e a possibilidade de uma vida digna.

Assim, só é possível pensar na ascensão que muitos desses sujeitos tiveram no Sudeste se fizermos relação com as privações por eles passadas no Nordeste. A razão pela qual eles deixaram sua terra natal é a busca de trabalho que a seca e a falta de acesso à terra, em certos momentos de suas trajetórias, inviabilizaram. Aqui no Sudeste, com a relação de parceria, a família toda tem a oportunidade de trabalhar, sobreviver e conquistar bens que antes lhes eram negados.

A fala de Dona Francisca Freire Pereira, que chegou em Araguari com a família em 1994, vindos de Barro no Ceará, mostra o caráter familiar da produção em parceria:

“Aqui é mais difícil a saúde, mas por outro lado, pra comê e ganhá uns trocadim é bem mais bom. Meus minino tudo trabaia no tomate, desde noventa e quatro, que todo mundo trabaia. Nós era em cinco pessoa em cada casa pra trabaia, os cinco na roça, quando eles tocava roça de parcêro, era mais melhor. O mais novo começô a trabaia com 11 ano, já tocava roça, aí tinha um cum 16, outro com 19, outro com 13 e daí pur diante né?”²⁷

É possível que a alta produtividade que a produção familiar em parceria proporcionava seja um dos elementos que levou os proprietários a optarem por esse sistema. Ao acreditar que trabalha para si, o trabalhador fica mais motivado e com a soma do trabalho feminino e infantil a produção em parceria se traduz em produtividade.

Se, por um lado, os trabalhadores se sentiam estimulados na parceria porque o trabalho familiar proporcionava rendimentos melhores que os salários no Nordeste, por outro eles sofriam intensa pressão, conforme pode-se perceber nos termos usados em documentos como o PIQ - Programa de Incentivo à Qualidade, um programa implementado pelos proprietários e o agenciador do tomate, com o objetivo de ampliar a

produtividade e melhorar a qualidade da produção. É uma forma de disciplinar a produção através de um misto de coação e “premiação”. O documento que apresento faz parte do acervo pessoal de um funcionário. (Veja documento número 1, na página 114)

O PIQ, é mais uma ameaça que um incentivo. Isso pode ser visto nos termos usados, como “*valorizar o bom meeiro e eliminar o mau meeiro*”. No que se refere à valorização, o que seria o “prêmio” não fica claro, nem mesmo o valor do “presente”, ou se este era dado em dinheiro ou em espécie (“*serão presenteados no fechamento da roça*”). O “prêmio” poderia ser até mesmo um quilo de tomates. Por outro lado, as punições para os considerados “*maus meeiro*” são claras: advertências (no limite de duas), e na terceira esses trabalhadores seriam *substituídos*.

O ato de desrespeito aos encarregados ou uma reclamação na fatura (por classificação errada do tomate), poderia gerar a perda, *para efeito de prêmio, de trinta caixas de tomate em cada mil pés de tomate*.

Outros termos que deixam clara a pressão são: “*terá que ter produtividade e qualidade*” e “*entre no PIQ, evite ser expulso*”. São formas nítidas de pressão e ameaças típicas das relações capitalistas de produção. O documento tem a assinatura dos dois proprietários e do agenciador responsável pela venda do tomate. O parceiro não assina o documento, o recebe como comunicado, como ordem a ser cumprida, como ameaça, não consta assinatura no corpo do documento, talvez tenha existido um protocolo de recebimento, o qual não tive acesso.

Por outro lado, percebe-se, no entanto que, para a família é menos árduo viver cultivando tomate que permanecer do sertão árido. Embora seja muito mais arriscado, já que a cultura é à base de agrotóxicos fortíssimos em função das pragas. Analisando o uso desses agrotóxicos na produção do tomate, Ada Borges Custódio descreve a forma como eles são utilizados:

“Os tipos de agrotóxicos mais usados são fungicidas, citado por 95% dos produtores, seguido pelos inseticidas usados por 90% dos entrevistados, os bactericidas e herbicidas são usados por 27,5% dos entrevistados”

“Segundo as informações dos produtores a pulverização é realizada da seguinte forma: a bomba costal é utilizada no início do plantio, antes de 60 dias e os defensivos são aplicados de três a quatro vezes por semana. Na fase adulta (depois de 60 dias), utiliza-se o

²⁷ Entrevista concedida em 22/11/03 por Dona Francisca Freire Pereira enquanto visitava a Fazenda Santa Cruz, onde tem parentes e amigos. Ela é moradora da Fazenda Quilombo.

pulverizador motorizado e as aplicações são emanais ou de duas a três vezes por mês. ”²⁸

Nessa primeira fase da parceria, as três fazendas da família Okubo chegaram a abrigar mil pessoas. Muitos vieram seduzidos pelas chances de ganhar muito dinheiro, contudo devemos refletir sobre o caráter instável da produção tomateira, sujeita às intempéries, às oscilações na produção e à instabilidade nos preços de mercado, fatores que impediram a ascensão contínua dos trabalhadores. Suas conquistas materiais (eletrodomésticos, carros, melhoras no padrão alimentar e de vestimenta) foram marcadas por altos e baixos, segundo o sucesso da lavoura. Os documentos nº 2 e 3 (nas páginas 115 e 116) que tratam de acertos de contas ao final da lavoura, demonstram que, mesmo trabalhando duro, ao final da roça, o saldo pode ser negativo para o trabalhador, ou seja, ele pode ficar devendo ao proprietário. Por outro lado, como demonstra o documento 3, algumas roças podem propiciar saldo positivo. Assim, embora existam perspectivas de melhoria de vida, existe também a instabilidade.

Na fala de um dos proprietários, Ivao Okubo, a preferência por trabalhadores de origem nordestina se justifica porque: *“Eles não dão problema com a justiça, são mais honestos, com eles o trato é verbal, a palavra é o que vale”*.²⁹

Essa fala dá a entender que, para ele, ser honesto é não usufruir dos direitos legais quando a situação exigir, pois, segundo Sr. Ivao, quase todos os trabalhadores de Araguari recorreram à justiça em experiências anteriores, sobretudo nas experiências com a colheita do café, quando o trabalho é temporário. Ele informa que muitos trabalham uma semana e alegam à justiça ter trabalhado dois ou três meses.

Aos poucos, a trajetória da pesquisa foi desvendando as razões da preferência por esses trabalhadores migrantes, sobretudo de origem nordestina, e porque eles são interessantes aos latifundiários. Evidencia-se que, além dos princípios rígidos norteados por tradições orais, a maioria desses trabalhadores tem pouca escolaridade e está fora da terra natal o que reduz as oportunidades de averiguar direitos. Além disso, a renda proporcionada por uma colheita de sucesso oculta qualquer possibilidade de injustiça, se comparada com a renda do Nordeste, conforme nos fala Cícero Ferreira da Silva, 31 anos, natural de Barro – CE e que reside na Fazenda desde 1991:

²⁸ CUSTÓDIO, op. cit., p. 160-162.

²⁹ Entrevista concedida dia 22/11/2003 por Ivao Okubo.

*“No ano de 1994, primeiro ano que fui parceiro, plantei 15 mil pés de tomate, a lavora durô seis meses e o lucro foi de 38.000 reais. Em 1996, plantei 5 mil pés e o lucro foi de 5.000 reais”.*³⁰

Se, por um lado, eles não recorrem à justiça porque as chances de lucro são boas³¹, por outro, há uma rede de confiança entre os patrões e eles, pois todos vêm de um único município – Barro - CE – por indicação de outros parceiros que já trabalhavam na fazenda. Assim, os códigos de solidariedade, favores e considerações geram um comportamento que favorece aos interesses dos proprietários.

Acompanhando a pesquisa de Maria Isaura Pereira de Queiroz³² entre os sitiantes tradicionais, é comum tanto a existência de famílias conjugais, como de uma espécie de família por solidariedade, em geral nutrida por laços de parentesco, imprecisos e distantes ou por relações de amizade e solidariedade mantidas por tradições orais.

As relações de compadrio (batismo de igreja ou de fogueira, padrinhos de semana santa), laços de união voluntária, fatos de união e integração social vão fortalecendo os vínculos e o respeito entre os camponeses. Por outro lado, os traços de cooperação que são visíveis nos mutirões para desbravamento, semeadura, colheita, geram uma obrigação moral de reciprocidade.

Em certa medida, pude identificar que esses valores estão presentes no cotidiano e na mentalidade dos trabalhadores entrevistados, não exatamente como no caso dos sujeitos de Queiroz, que vivenciaram essas práticas em outros momentos históricos, em outras regiões e em situações diferentes. Percebi a importância que atribuem aos compromissos, à palavra empenhada, à reciprocidade para com quem os indicam. Como se apoiam e confiam neles, evitando ao máximo decepcionar os parceiros que os apresentaram aos proprietários.

A partir das entrevistas constatei o grande número de casamentos ocorridos entre os filhos dos parceiros, fato que estreita vínculos, reafirmando os compromissos de solidariedade mútua, desta feita em função dos laços de parentesco (esse assunto será melhor elaborado no capítulo 3).

³⁰ Entrevista concedida dia 22/11/2003 por Cícero Ferreira da Silva. Ele trabalhou como parceiro até 2001, hoje é funcionário fixo do quadro administrativo da Fazenda Santa Cruz.

³¹ Neste caso, enquanto a safra for boa, não compensa entrar na justiça por questões “menores”, pois assim perderia a chance de ser parceiro e auferir maiores lucros no futuro.

³² QUEIROZ, op. cit.

Analisando sob outra perspectiva, a fala do senhor Adalcino Campos, 55 anos, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguari, é elucidativa quanto à disciplinarização do trabalho: *“Os trabalhadores de Araguari têm um vínculo com a cidade, se deslocam muito, os nordestinos vivem na fazenda, ali passam a maior parte do tempo”*.³³

A própria constituição da moradia tende a fixar estes trabalhadores o maior tempo possível na fazenda. Trata-se de uma colônia com um pequeno comércio em que os próprios moradores tocam em suas casas, vendendo coisas de uso corriqueiro, como balas, doces, cigarros, refrigerantes e cartões telefônicos. Por outro lado, fruto das lutas sociais por melhorias, a colônia é abastecida com telefone público, posto de saúde, mesa de jogo de sinuca, campo de futebol. Além disso, ocorre celebração mensal de missa e as crianças freqüentam a escola rural.

Quanto ao tempo, citado pelo senhor Adalcino, refere-se à época em que a produção era parceria familiar e isso resultava em grande aproveitamento do mesmo e alta produtividade. Se somarmos todos esses fatores às condições de vida desses trabalhadores que nunca tiveram um contrato de trabalho assinado na carteira profissional, sendo que muitos sequer possuem uma, ampliamos a compreensão dos motivos que levam à preferência por trabalhadores oriundos do Nordeste.

Segundo o estudo feito por Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Nadya Araújo Castro sobre a pobreza no Nordeste:

*“Ressalta-se que a esse nível de subremuneração também se combinava a ausência de cobertura previdenciária, já que do total de empregados (não de ocupados) nas áreas urbanas, somente pouco mais que a metade (56%), tinha a sua carteira profissional assinada pelo empregador, sendo esta cobertura ainda mais reduzida nas áreas rurais.”*³⁴

A somatória desses fatores favorece aos proprietários, pois com esse perfil de trabalhadores, como já foi dito pelo senhor Ivao, o trato é verbal, eles não entram na justiça, ou pelo menos não entraram enquanto as condições de trabalho lhes favorecem.

³³ Entrevista concedida em 21/01/2004 por Adalcino Campos.

³⁴ CARVALHO e HAGUETTE, op. cit., p. 231.

1.2 – Diferentes olhares sobre parceria

Ao estabelecer contato com parte da historiografia referente ao tema agricultura/parceria, encontrei uma diversidade de visões, pontos de partida e questionamentos, fontes e objetivos que nem sempre coincidem com os meus, fato que aos poucos me fez perceber o caminho percorrido por cada autor e o meu próprio.

Assim, pude constatar que as perguntas que faço aos sujeitos e às fontes de minha pesquisa estão relacionadas às minhas angústias do presente, enquanto minhas inquietações estão vinculadas à minha concepção de história, à minha condição social, concepção política etc. Por outro lado, os autores com quem estabeleço diálogo também falam a partir de um lugar social e de um tempo, interrogam certas fontes que, para suas pesquisas e suas angústias, têm sentido.

Em obra já citada, organizada por José Graziano da Silva³⁵, defende-se a idéia de que a produção de subsistência persiste e se submete à produção capitalista. A produção de subsistência, entendida aqui como produção de pequenos produtores donos de pequenas áreas de terra, posseiros, parceiros e arrendatários que na maioria das vezes precisa complementar a renda extraída da terra vendendo sua força de trabalho, temporariamente, aos grandes produtores.

Segundo os autores, na maioria das vezes, esses camponeses possuem parte dos instrumentos de trabalho, efetuam uma produção familiar, produzem diretamente pelo menos parte dos meios necessários à sobrevivência, têm a posse da terra, não necessariamente na condição de donos, mas às vezes como parceiros, arrendatários e posseiros. Em geral, formas de produção subordinadas à grande propriedade.

As análises realizadas no capítulo 3, intitulado “*A mão de obra nos imóveis rurais*” foram de grande valia para pensar a condição de parceiro no mercado de trabalho, pois os autores ressaltam que no Brasil existe tanto um:

³⁵ SILVA, 1980, passim. O trabalho organizado por José Graziano da Silva não apresenta em cada capítulo o autor, o que leva a crer que o livro todo foi escrito em conjunto pelos seguintes autores: Ângela Kageyama, Elias José Simon, Fernando G. A. de Souza, Flávio Abranches Pinheiro, Leonildes S de Medeiros, M. H. Rocha Antuniassi e Sônia N. Pereira, todos membros do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônomas de Bocatatu-SP.

*“contingente de assalariados completamente expropriados de seus meios de produção, quanto um contingente de assalariados que só o são em determinados períodos do ano e detém um lote de terras, onde podem extrair, embora parcialmente, seu sustento. São pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários que, frente às condições de exploração a que estão submetidos, resultado da forma como estão subordinados ao capital, são obrigados a vender sua força de trabalho para complementar seus rendimentos e garantir sua subsistência”.*³⁶

O foco dos autores é o trabalho assalariado, contudo, analisam também a situação dos posseiros, parceiros ou pequenos produtores, donos de poucas terras que produzem a partir do trabalho da unidade familiar. O ponto de partida foram os dados colhidos pelo INCRA, referentes ao trabalho assalariado permanente, temporário, trabalho de posseiros, parceiros e arrendatários na década de 1970 em todas as regiões do Brasil. Com relação à parceira, é ressaltado que essa pode ser:

*“Uma forma de aumentar a utilização das áreas dos grandes imóveis (...) sendo uma forma complementar de exploração do imóvel, ou seja, não é uma forma que tende à aparecer com exclusividade. Ao que tudo indica, ao lado da exploração de pequenas áreas realizadas por parceiros, há uma exploração maior, realizada pelo proprietário do imóvel, ou, talvez por grandes arrendatários”*³⁷

Na perspectiva analisada pelos autores, apesar de ser uma renda familiar, é uma renda pequena, por isso eles ficam obrigados a venderem sua mão-de-obra em certas partes do ano como assalariados. A parceria se apresenta como forma de aumentar a exploração da terra e garantir uma reserva de mão-de-obra para ser usada em momentos de maior necessidade:

*“Parece ficar patente que lado a lado com uma parceria que pode ser tomada como uma forma de produção camponesa, há também grandes contratos com utilização de assalariados permanentes e que, provavelmente, apontam para existência de uma “parceria capitalista”. Nela, o processo de produção seria radicalmente distinto do que aparece na grande maioria dos contratos, caracterizando-se pela possibilidade do parceiro acumular e ampliar sua produção.”*³⁸

³⁶ SILVA, op. cit., p. 10.

³⁷ ibid, p. 107 e 108.

³⁸ ibid, p. 115 e 117.

No trabalho em questão constata-se que nem sempre a parceria está associada ao baixo nível tecnológico, ou a formas atrasadas de agricultura, às vezes a produção é obtida com tecnologia de ponta, entretanto esse recurso não pertence ao trabalhador. Outro tópico abordado é o nítido descumprimento do que está estabelecido no Estatuto da Terra:

“Na participação dos frutos da parceria, a cota do proprietário não poderá ser superior a:

- a) dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua;
- b) vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia;
- c) trinta por cento, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;
- d) cinquenta por cento, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea “c” mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas para atender os tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso da parceira pecuária, com animais de cria em proporção superior a cinquenta por cento do número total de cabeças objeto da parceria” (Artigo 96, VI)³⁹

Assim, a violação dos direitos legais dos parceiros evidencia a exploração a que estão submetidos. No Brasil, essa situação é vivenciada por muitos pequenos produtores. Em Araguari, os agricultores com quem estabeleço diálogo, apesar de não serem proprietários da terra, continuam tirando seu sustento dela, carregam consigo os costumes camponeses, possuem a parte mais rudimentar dos instrumentos de produção, efetuam uma produção familiar e não auferem lucros suficientes para adquirir a própria terra. Na primeira fase da parceria, embora tivessem que preparar a terra, custear metade das sementes e dos insumos, firmavam contrato na base de cinquenta por cento.

Dentre as pessoas entrevistadas, apenas uma comprou um terreno urbano, ninguém conseguiu acumular o suficiente para adquirir a própria terra para cultivar tomates ou agricultura de subsistência.

Outro trabalho importante é o livro de Maria Rita G. Loureiro intitulado “*Capitalismo e Parceria*”, que traz uma análise de diversas visões de parceria⁴⁰, ao mesmo tempo em que evidencia a visão da autora sobre o tema, além de nos desvenda

³⁹ SILVA, op. cit., p. 119.

⁴⁰ LOUREIRO, op.cit.

outros pontos de vista de autores com os quais ela dialoga. A autora tem como objetivo principal compreender as razões da adoção do sistema de parceria, considerado por ela como um sistema não capitalista vigorando ao lado das relações capitalistas de produção (no caso das relações assalariadas em uma empresa agrícola), a Fazenda Rio Azul – GO, onde se cultivava arroz, feijão e milho.

De acordo com Loureiro, parceria e assalariamento não representam dois momentos históricos sucessivos, nem relações de produção que se excluem no interior da produção agrícola, ao contrário, há convivência entre assalariamento e parceria, pois no estudo de caso feito pela autora, os parceiros, em certos momentos contratam assalariados para ajudar na produção, em outros, os próprios parceiros executam funções assalariadas à parte.

O livro está estruturado em três partes. Na primeira a autora faz a discussão teórica sobre o tema parceria e capitalismo, apresentando algumas concepções de parceria, dialogando com vários autores. Na segunda parte, analisa a convivência entre parceria e assalariamento em uma empresa agrícola capitalista e, na última parte, a autora tece considerações sobre o papel do setor agrícola no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Segundo a autora, Adalberto Passos Guimarães⁴¹ entende a parceria como um regime de trabalho implantado no Brasil em fins do século XIX, como solução à lacuna deixada pela abolição da escravidão e considera pré-capitalista esse tipo de produção, pois entende que era uma dependência servil do trabalhador em relação ao senhor da terra.

Loureiro discorda dessa visão, pois acredita que no Brasil não houve produção feudal, e entende que as formas de produção pré-capitalistas existentes no período em questão não precisam ser enquadradas em uma concepção linear de História, que, segundo ela, além de ser determinista é eurocêntrica, transpõe para outros locais e épocas as etapas do escravismo, feudalismo e capitalismo.

O eixo central da pesquisa de Loureiro é compreender as razões da conjugação de relações de produção capitalistas e não capitalistas. Assim, a autora conclui que é o próprio desenvolvimento do capitalismo que explica tal conjugação, pois ao adotar a parceria, o proprietário socializa custos e perdas do produto em caso de má safra, intempéries etc, aumenta a produtividade do trabalho devido à motivação do parceiro,

⁴¹ GUIMARÃES, 1968 apud LOUREIRO, 1977.

forma uma reserva de força de trabalho experiente, dispensa gastos com fiscalização de produção, pois cada parceiro é fiscal dos que estão sob seu comando, reduz custos com encargos trabalhistas.

Segundo a autora, é o fato de o fazendeiro ter propriedade privada da terra e os parceiros não, que possibilita ao primeiro articular parceria e assalariamento, de acordo com sua conveniência.

As questões suscitadas pelas leituras, pela pesquisa e por suas evidências possibilitam-me discordar tanto da idéia de “feudalismo à brasileira”, quanto da concepção de parceria (especialmente a praticada na Fazenda Santa Cruz) como forma de produção pré-capitalista, ou pelo menos compreendê-las como relações que favorecem a acumulação capitalista.

Penso que, embora não seja meu objetivo neste trabalho analisar a história do Brasil como um todo, deve-se pensar a mesma a partir de sua própria dinâmica e não tentando encaixar aqui etapas da evolução econômica de outros locais e de outras épocas, sob pena de darmos um cunho determinista à história e relegarmos a segundo plano o processo singular e as experiências brasileiras, que também são diversas. Por outro lado, partindo das relações de parceria que ora analiso, é possível perceber que são relações voltadas para acumulação capitalista, seja porque se baseiam na exploração do trabalho, seja porque visam lucro, produção de excedente ou porque dada a dimensão das propriedades, o volume de insumos e de tecnologia aplicada na produtividade é elevado, ou, ainda, porque nas mesmas fazendas coexistam relações de trabalho assalariadas e de parceria, ambas visando lucros e baseadas na exploração do trabalho. Além disso, como os parceiros não vendem diretamente a produção agrícola ao mercado (isso é feito por um agenciador), eles acabam recebendo em dinheiro pelo trabalho ao final da roça, e recebem das mãos do proprietário.

Os parceiros que são sujeitos de minha pesquisa não são donos de terras, fato este que, associado às intempéries do Nordeste e ao desemprego, levou-os a migrarem para o Sudeste, onde se sujeitam a plantar tomate, por escolha do proprietário da terra. Alguns alegam que, no Nordeste, cultivavam produtos variados. Nenhum deles conseguiu através do trabalho em parceria comprar a própria terra, todos trabalham para sobreviver, embora, dependendo do sucesso da safra e do tanto de trabalho conseguido pelo conjunto familiar, melhoram ou pioram o padrão de vida.

Loureiro dialoga também com Caio Prado Júnior que entende a parceria como:

*“uma relação de emprego assimilada ao assalariamento e constituindo portanto uma relação essencialmente capitalista... representa não uma forma obsoleta de relação de trabalho, mas ao contrário, um sistema superior de organização econômica e padrões mais elevados de produtividade”.*⁴²

Nesta visão, o trabalhador é visto não como servo, mas sim como parceiro, semelhante a um assalariado, contudo, a natureza de sua remuneração difere do pagamento feito ao assalariado, pois é em produto. Em suma, Caio Prado Júnior descarta a possibilidade de ter ocorrido feudalismo no Brasil.

O trabalho de Loureiro procura, a partir de suas reflexões sobre relações de trabalho:

*“caracterizar parceria como uma específica relação de produção não capitalista, funcionando dentro de uma empresa agrícola capitalista, articuladamente com o assalariamento, sob a dominação do mundo de produção capitalista”.*⁴³

Quando a autora define parceria como uma relação de produção não capitalista ela está entendendo o parceiro como alguém que ao mesmo tempo não possui capital suficiente para o processo produtivo, logo não controla esse, se difere do assalariado, pois não está totalmente separado das condições objetivas do trabalho e por isso mesmo tem apenas controle parcial do trabalho. Embora o parceiro não possua o controle da terra, assim como o assalariado, tem a propriedade de parte dos meios de produção, além de parte dos produtos, fato que o leva ao mercado como vendedor de produtos e não apenas vendedor de força de trabalho.

Assim, ela entende essa forma de relação de trabalho como transicional no sentido de intermediária, composta por elementos da relação de assalariamento e outros não, como é o caso da parceria.

Neste caso, a autora se apoia-se no fato do trabalhador direto possuir parte dos meios de produção, o que lhe garante certo controle no processo produtivo, embora não seja o dono da terra.

⁴² JUNIOR, 1966 apud LOUREIRO, 1977.

⁴³ LOUREIRO, op. cit., p. 29.

Maria Rita Loureiro apresenta também a concepção de Maria Isaura Pereira de Queiróz que entende os parceiros como: “*a camada intermediária da população brasileira, colocada entre os fazendeiros e os escravos no período colonial e colocada entre os fazendeiros e a população sem terra no período pós-colonial*”.⁴⁴

Para esta autora, a camada intermediária do campesinato brasileiro compõe-se de pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, moradores ou agregados. Nesta visão o que há de comum entre eles é o fato de sua produção ser voltada ao consumo próprio e não à obtenção de lucros. Para Maria Isaura, a existência dessa camada intermediária de sitiantes independentes leva à formação dos bairros rurais, que compreendem:

“um grupo de vizinhança aberta, acolhendo todas as famílias que ali venham se estabelecer. Nenhum preconceito étnico ou outro impede a integração, que depende principalmente da participação nas festas religiosas e de trabalhos coletivos”.⁴⁵

Essas concepções demonstram um importante percurso da historiografia brasileira para a compreensão dos caminhos atuais de reflexão sobre o tema. Na Fazenda Santa Cruz, a produção dos parceiros é definida pelo proprietário (uma monocultura-tomate, que não supre por si só as necessidades alimentares dos trabalhadores), mas ao final, depois de vendido, o valor adquirido é usado para a manutenção da família. Os trabalhadores habitam na própria fazenda e ali vão construindo suas relações cotidianas.

Outra análise sobre o tema é a de José de Souza Martins no seu livro “*O Cativo da Terra*”⁴⁶. O autor destaca que no período escravocrata, o escravo era mais valorizado que a terra, sendo inclusive uma espécie de penhor para o pagamento de empréstimos bancários. Com o fim da escravidão, o valor do escravo personificou-se à terra, dificultando o acesso à mesma por parte de imigrantes e ex-escravos, situação que persiste ao longo do século XX, afastando os pequenos produtores descapitalizados do acesso à terra, fato que no Nordeste colabora com as dificuldades a que muitas famílias estão submetidas. Assim, muitas vezes, uma opção é a migração para outras regiões em busca de melhores perspectivas.

Este autor, ao estudar a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil, defende a idéia de que as formas de trabalho que foram intermediárias entre a

⁴⁴ QUEIROZ, op. cit., p. 58.

⁴⁵ *Ibdi.*, p. 52.

⁴⁶ MARTINS, op. cit.

escravidão e o assalariamento – a parceria e o colonato – não são relações de trabalho especificamente capitalistas, pois não são baseadas em assalariamento.

Segundo o autor, essas relações também são diferentes do trabalho escravo, pois, neste, o escravo já entra como uma mercadoria e antes de ser um produtor direto, ele é um objeto de comércio, sujeito à vontade de um senhor. Já o colonato era uma relação de trabalho baseada no trabalho familiar que combinou um pagamento fixo pelo trato do cafezal e um proporcional relacionado à quantidade de café produzido. Além disso, o colono produzia sua subsistência e vendia o excedente no mercado, ou seja, produzia diretamente sua sobrevivência junto de sua família. Assim, na visão do autor, esse conjunto de fatores não nos permite classificar o colonato como uma relação capitalista de produção, pois vigora um salário disfarçado, o que impede que os meios necessários à reprodução da força de trabalho sejam mediados pelo mercado. Por outro lado, a exploração existe disfarçada na idéia que o colono produz para si mesmo, já que cultivava em terras alheias a subsistência.

É importante chamar a atenção para o fato de que a relação de parceria é utilizada no Brasil desde o fim do tráfico negreiro. A Fazenda Ibicaba, localizada na região norte de Campinas-SP, da firma Vergueiro e Cia, teria sido pioneira nas relações de parceria com imigrantes suíços.

Segundo Martins, em termos contratuais, após a venda do produto – no caso o café – ser efetuada pelo parceiro contratante, caberia a este a metade do lucro e ao parceiro contratado a outra metade. Contudo uma série de despesas iniciadas já com a viagem do país de origem até o Brasil e agravadas por gastos de manutenção (alimentação, vestimenta, saúde, etc), geralmente contraídos junto aos armazéns do fazendeiro acabavam prendendo o colono à terra: “*Desse modo, o trabalhador não entrava no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho, como homem verdadeiramente livre*”⁴⁷. Ou seja, sua dívida o prendia à terra, assim, embora juridicamente livre, era economicamente cativo, fato que, segundo José de Souza Martins, o assemelhava ao escravo, o que resultou em rebeliões e levou alguns fazendeiros a introduzirem modificações no sistema de parceria.

Uma opção foi o pagamento de uma quantia fixa à família de imigrantes pelo trato de parte do cafezal a que se responsabilizava, sendo que esses trabalhadores tinham certas obrigações, como a realização de 5 a 6 carpas por ano e na “*colheita*

⁴⁷ MARTINS, op. cit., p. 63.

*recebia uma quantia determinada por alqueire de café colhido, o que representava uma importância variável e a cada ano, dependendo da produtividade do cafezal”*⁴⁸. Ainda assim, o parceiro estava preso à fazenda em função de dívidas, mas essa nova forma possibilitou o aceleração da quitação.

A partir de 1870, o Estado passou a subvencionar a imigração, transferindo para todo o país o custo dos interesses privados dos cafeicultores que receberam a garantia de um fluxo contínuo de mão-de-obra sem o menor dispêndio de capital. Assim, ocorreu uma inversão, não era o fazendeiro que dispendia dinheiro pagando ao imigrante pela formação do cafezal, mas este que pagava ao fazendeiro com seu trabalho pelo direito de usar a terra para cultivar gênero de subsistência. A inversão ocorria também em relação ao sobretrabalho, somente depois que produzia para o fazendeiro é que o migrante cuidava de sua roça de subsistência.

O autor conclui que o capitalismo ao se expandir, se precisar, redefine antigas relações de produção, não necessariamente capitalistas, e as coloca a serviço da ampliação do capital. Para este autor, não houve passagem direta do trabalho escravo para o trabalho assalariado, tal passagem foi intermediada por relações não especificamente capitalistas, mas que visavam a reprodução do capital através da exploração de trabalho.

Ao examinar as diferentes visões sobre parceria, o que fica claro é que, em cada época, de acordo com as concepções de cada pesquisador, das fontes por ele analisadas, novas visões são elaboradas, buscando a compreensão das relações de trabalho nas diversas regiões brasileiras. O importante é que nossa relação com esta historiografia seja feita de modo a reconhecer o valor desses estudos, sem entendê-los como conceitos fechados ou deslocados de seu tempo histórico. Como meu objetivo não é delimitar o que seja parceria, mas entender a cultura, as relações de trabalho, as resistências e acomodações de uma comunidade que se autodefine como parceira, meu trabalho apresenta algumas diferenças em relação aos autores aqui citados.

A principal diferença está no ponto de partida: escolhi partir da experiência dos sujeitos, das razões que possuem para migrar, averiguando suas trajetórias e a forma como reorganizaram suas vidas no Sudeste. Para isso, considero suas definições referentes às relações de trabalho bem como a concepção dos proprietários.

⁴⁸ MARTINS, op. cit., p. 64

As problemáticas levantadas surgiram do contato com os trabalhadores e das evidências colocadas a partir das narrativas orais. Essas me encaminharam para documentos escritos como contratos de parceria, processo de autuação do Ministério do Trabalho, Estatuto da Terra, dentre outros.

As colocações de Maria Rita Garcia Loureiro procedem nesse sentido. Sua intenção não é de assumir, frente aos autores citados, uma postura dita verdadeira, uma visão de parceria que se sobrepõe às demais, pelo contrário, considera que as divergências e a multiplicidade são positivas, sobretudo se vistas a partir de situações específicas, não de forma generalizada, pois se assim pensadas excluiriam o caráter heterogêneo da agricultura brasileira.

Outro tópico abordado pela autora é que cada autor procura respostas às suas questões e que não devemos buscar em outra autoria as respostas para nossas angústias, mas apenas referências teóricas e tentativas de respostas para a questão da parceria.

Antônio Cândido nos oferece preciosas análises sobre o modo de vida, economia e tradições rurais em sua obra *“Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida.”*⁴⁹

O autor parte de estudos realizados no município de Bofete – SP (Antigo Rio Bonito), nos anos de 1948 e 1954. Seu objetivo é conhecer o estilo de vida em um agrupamento de caipiras, ver quais são os seus alimentos e como eles os obtêm, entender seus universos sociais, como se organizam e se ajustam ao meio.

Com esse objetivo, partiu da realidade econômica, dos meios de vida, tomados aqui como questão social, e usou de procedimentos ora antropológicos ora sociológicos e, ainda, deixou entrever uma face de historiador. Tomou como fonte os relatos dos viajantes do século XVIII e início do XIX além de entrevistas orais com os antigos moradores do local.

Embora não tenha negado a subjetividade do pesquisador em relação ao estudo dos grupos humanos, se negou a analisar a população rural por meio de estatísticas. Crê que para o sociólogo isso não basta, é preciso ir ao detalhe, ao que é próprio de cada grupo, à singularidade. Escolheu como sujeitos, as pessoas de um agrupamento de parceiros que viviam nos moldes de uma cultura rústica, entendida como cabocla, praticantes da cultura caipira (no sentido de localidade).

⁴⁹ CÂNDIDO, op. cit., p. 107.

Para desvendar o universo dos parceiros, o autor desenvolveu um amplo estudo, iniciando com as condições materiais e passando pelos níveis de sociabilidade, cultura, tradições, valores religiosos, códigos de solidariedade, relações de trabalho e comércio, relações com o meio ambiente, padrões alimentares, vida familiar, dentre outros aspectos relevantes. Ao final, o autor faz uma interessante análise das mudanças e resistências desse modo de ser dos caipiras do interior de São Paulo.

Todos os ângulos analisados por Antônio Cândido fornecem gratas colaborações para minha reflexão, contudo, dadas as limitações de minha pesquisa, optei por ressaltar as análises referentes às relações de parceria e às formas de solidariedade, mais detalhadas nos capítulos 7 e 4, respectivamente. Além desses, favoreceu muito minha reflexão, o capítulo 15, que faz a análise das mudanças da “posição e relações sociais”, em que também aborda as mudanças nas relações de parceria.

Assim como no trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiróz, está presente na obra de Antônio Cândido a importância das formas de solidariedade, o trabalho coletivo, a ajuda mútua, obrigações bilaterais como elementos integrantes da sociabilidade do grupo.

O autor cita como exemplo o mutirão, convocado por ocasião de lavoura, fiação, derrubada, plantio, colheita, malhação e construção de casa, para o qual, não há remuneração direta, só há obrigação moral em que fica o beneficiário comprometido a corresponder a um futuro chamado dos que lhe ajudaram, já que este será ouvido cedo ou tarde, dado ao fato de que nesse tipo de sociedade não se vive sozinho. Para ilustrar esse compromisso moral, o autor cita a fala de um ancião entrevistado por ele: *“Em um mutirão, não há obrigação para com as pessoas e sim para com Deus, a ninguém é dado recusar um auxílio pedido”*.⁵⁰

Guardadas as devidas diferenças cronológicas, geográficas e as especificidades culturais de cada grupo estudado, gostaria de eleger a solidariedade como elemento que perpassa os valores das pessoas do campo que tanto Antônio Cândido como Maria Isaura citam, e que foram percebidos em certo grau na fala dos meus entrevistados em outras roupagens, não como mutirão, mas como expressão de reconhecimento, de obrigação devida por parte de um parceiro indicado para com quem o indicou.

Desde criança, ouço minha mãe dizer que *“deve uma obrigação a fulano, que não tem preço”*, que *“ciclano lhe valeu em hora difícil, por isso se lembra até hoje”*,

⁵⁰ CÂNDIDO, op. cit., p. 68.

passaram-se décadas e percebo que ela ainda mantém a predisposição em servir aquela pessoa ou sua família. Creio que é disso que estamos falando, de algo que não tem preço, algo imensurável materialmente, que não se esgota com o tempo, dívidas morais, reciprocidade.

Esses vínculos morais, em função da indicação para um trabalho ou para uma oportunidade considerada melhor, estão além das relações materiais, só se paga com ações como a disciplina, a aptidão para o trabalho, a assiduidade que favorecem aos proprietários da fazenda.

No que tange à parceria, Antônio Cândido assim a define:

“A parceria é uma sociedade pela qual alguém fornece a terra, ficando com direitos sobre parte dos produtos obtidos pelo outro.

Em Bofete e municípios vizinhos, distinguem-se as modalidades seguintes:

- 1. correm por conta do parceiro todas as operações necessárias: roçado, aceiro, queimada, aração, plantio, limpeza, colheita; feita esta, o proprietário recebe 20% do produto no próprio local.*
- 2. mesmas condições de trabalho, mas a quota do proprietário é de 25%.*
- 3. mesmas condições, quota de 30%.*
- 4. o proprietário fornece terra arada e semente, cabe ao parceiro roçar, queimas, plantar, limpar, colher e dar quota de 33%.*
- 5. O proprietário fornece terra roçada, queimada, arada e semente; cabem ao parceiro plantio e, limpa, colheita, dividindo-se o produto em duas partes iguais (50%)*

A última modalidade é a meação, e o parceiro é chamado meeiro; nas demais a sua designação regional é aforante. Não é corrente o nome de terceiro para o da quarta modalidade.”⁵¹

Usa-se também o arrendamento, embora, não seja preferido pelos trabalhadores em função dos riscos que este apresenta. Na parceria divide-se riscos e lucros, no arrendamento o preço pago é fixo e independe de boa ou má colheita.

“O contrato quase sempre verbal estipula:

- 1. Quota de produto.*
- 2. Obrigações de conserva da moradia.*
- 3. Os dias devidos gratuitamente ao proprietário (geralmente três, mas dois por cada animal de montaria),*

⁵¹ CÂNDIDO, op. cit., p.107.

além daqueles estipulados por lei para conserva de estrada (dois por ano).”⁵²

Algumas questões podem ser observadas. No que tange ao contrato, o item cinco equivale às normas previstas na legislação atual sobre parceria, no entanto, nos contratos dos parceiros da Fazenda Santa Cruz, as regras são diferentes. (Veja documento nº 4 – páginas 117 a 120)

Conforme a cláusula 8 do contrato da parceria usada na fazenda Santa Cruz, fica estipulado que:

“o parceiro outorgado fará a limpeza preliminar da área a ser explorada, a fim de facilitar os trabalhos das máquinas agrícolas; auxiliará na instalação de equipamentos para irrigação da lavoura e manterá os arredores ao longo das instalações; fará a limpeza do poço de bomba de irrigação conforme necessário; fará caminhos para os carrinhos de mão, a fim de transportar os produtos até o local de carga e descarga, manterá a lavoura limpa; construirá o rancho para evitar o sol nos produtos colhidos; enfim, fará tudo que se fizer necessário à exploração da lavoura”⁵³

Na cláusula 9, percebe-se a obrigatoriedade que o parceiro outorgado tem em dividir todos os gastos, inclusive aqueles referentes às sementes, fato evidenciado também na prestação de contas. (Veja prestação de contas no documento número 05 – página 121).

Na cláusula número 16, o parceiro outorgado autoriza, neste ato, os parceiros outorgantes a efetuar a venda dos produtos colhidos para quem melhor preço oferecer. Percebe-se por esta cláusula que a venda do produto fica a cargo do parceiro outorgante, assim, os parceiros outorgados (os trabalhadores) entram no mercado não como vendedores de produto, mas sim de trabalho. Além disso, perdem a autonomia da negociação.

Na terceira cláusula está estipulado que: *“a cota dos parceiros outorgantes, é de 50% do produto das colheitas verificadas, quando da sua ultimação”*. Assim, percebe-se que mesmo não fornecendo a terra roçada, queimada, arada e semente, o parceiro outorgante tem direito a 50% da colheita.

⁵² Ibid., p.108.

⁵³ Documento número 4 do anexo, página 114.

Em termos legais, a percentagem de 50% para o parceiro outorgante só é permitida quando este concorrer com as condições enumeradas no artigo 96, inciso VI do Estatuto da Terra que afirma:

“Alínea D – 50% (cinquenta por cento) caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea C (casa de moradia, galpões, banheiro para gado, valas ou currais, conforme o caso.) e mais fornecimento de máquinas e implementos agrícolas para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior.”⁵⁴

A cláusula 6 obriga o parceiro outorgado a assinar promissórias referentes a empréstimos contraídos pelo parceiro outorgante, em seu próprio nome, com a finalidade de custear a lavoura, sendo que tais despesas serão divididas em partes iguais.

No caso da fazenda da família Okubo, existiu, ainda na fase de parceria, um contrato entre parceiros outorgados. Sendo que o primeiro parceiro pactua com um sub-parceiro (ou um segundo parceiro) a exploração de uma parte da terra destinada ao cultivo.

O acordo ocorre na base de 40% para o sub-parceiro. Em geral esse segundo parceiro é um parente ou amigo próximo do primeiro parceiro, fato que estreita os laços de solidariedade. (Veja documento número 06 – página 122)

Embora haja contrato escrito, para ambas as partes a palavra prevalece. Estamos diante de tradições verbais, de uma mentalidade que valoriza o combinado e, como já foi dito, para o senhor Ivao, proprietário da Fazenda Santa Cruz, esse é um dos motivos pelos quais prefere lidar com os migrantes nordestinos: a palavra empenhada.

No capítulo 15, Antônio Cândido revela a opinião dos moradores de Rio Bonito (ou Bofete) sobre as relações de parceria. A maioria preferia o aforamento, ou seja, ser parceiro em proporção inferior a 50% (não meeiro), pois, assim, conservavam sua autonomia. Por sua vez, o proprietário da terra prefere a meação, pois pode interferir mais no processo e garantir maior produtividade e conseqüentemente maior lucro.

Segundo o autor, a parceria representa um ponto de precária estabilidade, coloca o caipira entre a condição de proprietário ou posseiro e a mera condição de assalariado, evitando o êxodo rural. No que se refere à mobilidade social, geralmente a parceria, no caso estudado pelo referido autor, marca a passagem da condição de dono que dividiu

⁵⁴ BARROS, op. cit., p. 10.

herança, ou ficou impossibilitado de provar legalmente a posse da terra, perdeu terras, etc. para a condição de parceiro. Portanto, a situação de parceiro representa a manutenção de uma situação, ainda que parcial, de autonomia.

Segundo Antônio Cândido, o contrário acontece muito pouco, ou seja, raramente alguém na condição de parceiro consegue adquirir as próprias terras. Percebe-se então que, a parceria serve para manter as tradições rurais dos parceiros, para socializar os custos do fazendeiro e ampliar seus lucros, mas não para proporcionar o acesso à própria terra pelo parceiro.

O trabalho de Dalva Maria de Oliveira Silva, intitulado *Memória: lembrança e esquecimento, trabalhadores nordestinos no pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60*, dissertação de mestrado defendida em 1997 na PUC-SP⁵⁵, privilegia a importância do trabalho de pessoas de origem nordestina para a economia da região em questão, em meados do século XX.

Para trazer à tona essa história, Silva parte das memórias guardadas pelos sujeitos e ressalta a influência de sua própria experiência de convívio com esses trabalhadores em sua infância, quando ela percebia a formação mútua de imagens, nem sempre reais, do nordestino para o mineiro e vice-versa.

Segundo a autora, a chegada de nordestinos veio suprir a lacuna de mão-de-obra gerada pelas transformações que Ituiutaba sofreu na economia, antes baseada na pecuária de bovinos e suínos para a cultura de cereais e algodão.

Na fala de Silva, essas pessoas foram atraídas por propaganda otimista feita pelo rádio, ressaltando a prosperidade da região. Além disso, existiu a figura do agenciador, responsável por ir ao Nordeste contratar mão-de-obra e transportá-la, normalmente em condições desumanas, em paus-de-arara até Ituiutaba.

A maioria desses trabalhadores vinha do Rio Grande do Norte, na esperança de fazer dinheiro rápido, seduzidos por propagandas de rádio e até de conhecidos que trabalhavam na região e retornaram ao Nordeste. Muitos deixaram apenas a miséria nos seus locais de origem, mas alguns deixaram uma vida relativamente estável e se decepcionaram na nova região.

A autora privilegia fontes orais, visto que segundo ela os sujeitos eleitos por ela não estão presentes em estatísticas ou documentos oficiais escritos de forma significativa. O trabalho sofreu forte influência do pensamento de E. P. Thompson, pois

⁵⁵ SILVA, op. cit.

a autora trabalha com conceitos como experiência, diversidade, fazer-se, exploração e outros.

Neste trabalho, a memória oficial que se constituiu na cidade é contraposta a outras memórias, de sujeitos relegados, que colaboraram com a construção do progresso econômico da então “capital do arroz”.

A leitura atenta do trabalho de Silva muito colaborou com a minha pesquisa, seja no sentido de se aproximar-se do meu tema, seja no âmbito da diferença. A proximidade está nas reflexões que buscaram entender as razões pelas quais os migrantes nordestinos deixam sua terra natal, sufocados pela miséria, seca e falta de oportunidades, na maioria das vezes, em busca de prosperidade, que nem sempre foi encontrada; e diferenças no que se refere às formas de como uns e outros chegaram ao Sudeste, bem como a época e a forma de estruturação (moradia, relação com a cidade, enfrentamento de preconceitos ou não, forma de relação de trabalho, trato com a cultura local, etc.).

Segundo depoimento colhido por Silva em 14 de abril de 1997, Dona Maria Odete Silva, esposa do Sr. Chico Binha, um dos primeiros agenciadores a trazer gente para Ituiutaba:

*“Porque quando eles (agenciadores) vai buscar lá, parece que aqui chove dinheiro, prá cá dinheiro, pra trazê nos carro e mente muito. Eu sei que quando eles chegava lá era uma procissão de gente atrás deles, lá, danado pra trazer gente, que os fazendeiros paga tanto, botava muito, muito retão. Eu sei que o povo caía na ... aí vendia tudo barato lá, porque quando quer sair assim, o povo compra baratim”.*⁵⁶

A fala de Dona Maria Odete deixa claro a figura do agenciador que intermediava a contratação e os recursos usados para atrair mão-de-obra. Ela se refere aos intermediários que iam do Sudeste para o Nordeste “seduzir” pessoas, que muitas vezes compunham “lotes” encomendados pelos fazendeiros, com preços previamente fixados e tratados como mercadoria.

A trajetória dos trabalhadores que escolhi pesquisar difere um pouco desta, pois a forma de acesso ao Sudeste geralmente se dá por indicação de parentes ou amigos, conforme nos fala o senhor José Valderi:

“Eu vim aqui através de um fio meu, que saiu de lá num sabe? Então eu vim atrás dele pra localizá onde é que ele tava e cheguei

⁵⁶ apud SILVA, 1997, p. 23-24.

aqui e achei bom, aí então eu cheguei lá e vendi o que tinha, alguma coisinha que tinha e voltei, trouxe o resto da família pra cá..”⁵⁷.

Neste caso, ele veio atrás do filho, conheceu as relações de parceria e acabou ficando, mas o aval do patrão para que ele ficasse tem relação com o filho, todos os trabalhadores vêm por indicação e procedem de uma única cidade, Barro – CE. Neste caso, não existe a figura do agenciador.

A influência que os trabalhadores, já estabelecidos na fazenda, exercem sobre os futuros migrantes é interessante, pois ao chegar do Nordeste, estas pessoas já estão imbuídas da intenção de não decepcionar os que lhe deram aval indicando-os. Assim, estabelece-se um vínculo de solidariedade e responsabilidade que ao final se traduz em produtividade.

Agora, gostaria de abordar melhor como era a vivência das pessoas durante a fase de parceria original, quando vigorou a produção familiar.

Tanto os trabalhadores quanto os proprietários preferem a relação de parceria, cada qual por seus motivos. Os primeiros porque podem controlar a produtividade, acreditam que produzem para si e alcançam renda maior, os segundos porque no sistema de parceria os trabalhadores acordam entre três e quatro horas da manhã para trabalhar, eles se sentem motivados e produzem mais.

A fazenda ao abrigar famílias proporcionava a mulheres e crianças a possibilidade de colaborar com a produção na época da parceria, o que aumentava em muito a renda familiar.

Confesso que tinha uma visão prévia do trabalho infantil praticado na relação de parceria, pois entendo essa prática como exploração desumana que, em muitos casos, condena essas crianças, por afastá-las da escola, a uma reprodução, no futuro, de um ciclo de pobreza que poderá se estender também aos seus filhos.

As evidências me despertaram para outras reflexões que, somadas às análises presentes na bibliografia consultada, me permitiram concluir que as crianças e adolescentes embora não tenham sido afastadas de suas escolas em função do trabalho, certamente, reduziram o tempo necessário dos estudos complementares em casa, devido ao cansaço do final do dia e a subtração do tempo de brincar, que é o espaço para exercer verdadeiramente a criancice.

⁵⁷ Entrevista concedida por José Valderi em 22/11/03.

Por outro lado, percebi que a produção familiar é uma tradição na agricultura camponesa e que, quando a família legitima o trabalho infantil, ela o faz pela necessidade de usar o trabalho infantil considerando o baixo rendimento da produção dos pais.

Sobre o tema, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina o seguinte, nos seus Artigos 60 e 67:

“É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. (artigo 60º)

.....
“Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado o trabalho:

- I. Noturno, realizado entre 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte;*
- II. Perigoso, insalubre ou penoso;*
- III. Realizado em locais prejudiciais a sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, oral e social.*
- IV. Realizados em horários e locais que não permitem a frequência à escola.” (artigo 67º)⁵⁸*

Por outro lado, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária) no **artigo 403** define:

“É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.”

“Parágrafo único: O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.”

“Artigo 404: Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 horas e as 5 horas.”⁵⁹

As determinações acerca do trabalho infantil presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente e na CLT estão conflitantes, pois segundo o Estatuto da Criança, os menores de 14 anos de idade podem trabalhar como aprendizes (Artigo 60) e a CLT determina que somente entre 14 e 16 anos o jovem pode trabalhar como aprendiz. Como existiu o conflito, é provável que em muitos casos a interpretação da lei favoreceu aos patrões. Assim, entendo que enquanto a lei era dúbia, os trabalhadores ficaram

⁵⁸ BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Belo Horizonte: CEMIG, 2001.

⁵⁹ BRASIL, **CLT (Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

prejudicados. A partir da Constituição de 1988, este conflito foi sanado, prevalecendo a determinação da CLT.

Para o momento, interessa analisar a questão do trabalho infantil a partir dos prejuízos que estes causam à infância, considerando a realidade concreta da Fazenda Santa Cruz e a visão dos pais em relação ao mesmo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe o trabalho para menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz, bem como o trabalho até do aprendiz em regime familiar em local perigoso, insalubre ou penoso. Eu entendo que trabalhar com agrotóxico é arriscado e trabalhar na agricultura de sol a sol é penoso para uma criança, como observado em muitas entrevistas foi citado, bem como nos documentos de autuação (documento nº 7, página 123) aos proprietários por trabalho infantil.

Por outro lado, as famílias entrevistadas valorizam o trabalho “*desde cedo*” como coadjuvante na formação do caráter e usam termos como “*trabalhar não faz mal a ninguém*”, “*se não trabalha fica livre para outras coisas*”, para justificar essa valorização.

Constata-se, pois, que existem três elementos a serem pensados. O primeiro diz respeito à cultura e às tradições camponesas de produção familiar em que a colaboração do trabalho infantil é legitimada pela família, pois sua produtividade é para a subsistência da mesma. O segundo elemento diz respeito ao fato de haver uma diferença entre crianças que trabalham para ampliar a renda familiar em produções autônomas (da própria família) e produções de terceiros. E o terceiro ponto a se pensar é que como a família, no caso dessa parceria que analiso, crê que está produzindo para si mesma, o trabalho infantil fica legitimado por ela. Tanto que, com a fiscalização e a proibição do trabalho infantil, as famílias em geral tecem comentários contrários à proibição.

No entanto, o que está implícito no trabalho infantil, em qualquer um dos casos é a insuficiência da renda paterna e materna, a pauperização dos produtores de subsistência, dentre os quais se incluem os parceiros.

O tema trabalho infantil não é novo. Desde o início do processo de industrialização, ele tem atraído a atenção dos governos, de entidades e de pesquisadores. E. P. Thompson destaca a intensificação drástica da exploração do trabalho infantil na Inglaterra entre 1780 e 1840, nas minas, nos campos carboníferos e nas fábricas.

A análise de Thompson nos mostra que já existia o trabalho infantil, inclusive trabalho infantil doméstico, dirigido pelos pais no período de produção doméstica,

contudo a passagem desse sistema causou insegurança aos trabalhadores, pois no primeiro momento se depararam com a possível ausência da renda infantil, já que nas fábricas, provavelmente, não poderiam levar seus filhos, que ficariam “jogados”.

Posteriormente, os pais perceberam que poderiam empregar seus filhos, mas as condições de trabalho diferiam das condições domésticas, pois se em casa o trabalho era leve, não repetitivo e intercalado com momentos de lazer, não prejudicando as necessidades infantis, com ritmo era determinado pelos pais, fato que garantia a presença física da criança no seio familiar; na fábrica tudo isso se invertia, o trabalho era controlado por capatazes, o serviço era monótono, repetitivo, executado em jornadas abusivas e não tinha o sentido de aprendizado, sendo que crianças e adultos tinham que manter o mesmo ritmo.

O trabalho infantil, doméstico ou fabril foi usado em larga escala, principalmente, em função da pobreza dos pais, conforme se percebe nessa análise de Thompson:

“... o salário das crianças era um componente essencial dos vencimentos da família.”⁶⁰

“É fato que os pais não só necessitavam dos salários de seus filhos, mas também julgavam natural que eles trabalhassem.”⁶¹

A situação da Inglaterra, analisada no trabalho de Thompson, nos mostra os diferentes significados do trabalho infantil, quando executado no seio familiar e executado na fábrica.

Na conjuntura do século XX, com as mudanças nas relações de trabalho, permanece um tipo de legitimação do trabalho infantil associada à produção familiar (prática comum na vida camponesa). Portanto não podemos entendê-la a não ser a partir de dois aspectos presentes na realidade dos pais: o primeiro, já citado, é a necessidade e a baixa renda, o outro é a mentalidade e a cultura dos pais. As tradições nordestinas prezam a transmissão de conhecimento profissional, na forma prática, através do ensinamento oral e, além disso, o trabalho é visto como virtude, uma forma de ajudar a crescer com retidão de caráter.

No início dos anos 2000 o sistema de parceria foi sendo substituída pelo assalariamento, em função da fiscalização do Ministério do Trabalho. Com isso, as

⁶⁰ THOMPSON, op. cit., p. 210

relações de trabalho, assim como as vivências cotidianas dos trabalhadores se alteram na produção de tomates da Fazenda Santa Cruz.

⁶¹ Ibid, p. 211.

CAPÍTULO 02

“NÃO DÁ PRÁ DAR EMPREGO ASSIM”:⁶² AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS SIGNIFICADOS

2.1 – Novas realidades, outras perspectivas.

Como já foi ressaltado, as relações de trabalho na Fazenda Santa Cruz passaram por três estágios, o primeiro, marcado pela parceria, o segundo marcado por um pseudo assalariamento e o terceiro, e atual, baseado no assalariamento.

A medida que vivenciaram os diferentes estágios, as vidas dos trabalhadores transformaram-se já que seus ganhos e expectativas foram alterados. Assim, alguns permaneceram na fazenda, outros retornaram ao Nordeste e outros foram trabalhar como parceiros em fazendas diversas. Em função das mudanças nas relações de trabalho, muitos trabalhadores foram demitidos ou concluíram que o salário fixo não compensava mais.

As entrevistas que fiz não obedeceram roteiro prévio, mas procurei ouvir pessoas de ambos os sexos, diferentes idades, inclusive crianças e aposentados, pois cada um desses sujeitos tem um tipo de relação com a produção tomateira. Assim, ouvi pessoas mais velhas que passaram pelas três formas de contrato, ao passo que outras chegaram do Nordeste durante a segunda etapa e, ainda, alguns que só vivenciaram a fase assalariada.

As opiniões dos trabalhadores divergem. Contudo, os que ficaram acham que, como parceiros ou assalariados, suas condições de vida na fazenda são melhores que as que tinham no Nordeste, onde estavam submetidos a uma dura realidade. Em geral, tanto os trabalhadores, que vivenciaram a parceria, quanto o proprietário preferem o sistema de parceria. Isso se evidencia na seguinte fala do senhor Ivao Okubo, proprietário da fazenda:

“Com o fim da parceria, eles não trabalham motivados, a qualidade da produção e o rendimento caiu, praticamente, essa mudança inviabilizou a produção”.

⁶² Expressão usada pelo proprietário da Fazenda Santa Cruz, Ivao Okubo em entrevista concedida em 22/11/2003.

... “Não dá pra dar emprego assim, tem que implantar todas as exigências do Ministério do Trabalho até janeiro de 2004”⁶³

Percebe-se na fala do proprietário que um diferencial da parceria é o trabalho motivado, a crença de que o trabalhador trabalha para si, o que resulta em qualidade e alta produtividade.

Em obra já citada, Maria Rita Garcia Loureiro, ao analisar as relações de parceria no cultivo do arroz, feijão e milho em Goiás, obteve a seguinte explicação para o uso de parceria por parte de um proprietário:

“Cada parceiro desse é como se fosse um empregado, é como se fosse um fiscal, quer dizer, ele pega uma área maior do que ele pode e complementa com essa mão de obra que nós trazemos da cidade, porque como você sabe, infelizmente, o nosso trabalhador, se ele está trabalhando por conta dele, tem uma produção, se ele está ganhando diária, a produção cai aí por 40% a 50% do que ele pode produzir; então se nós fôssemos tocar todo o serviço de carpa, fazendo pagamento para trabalhadores braçais (diaristas), ela nos ficaria muito onerosa, porque o trabalhador não produziria aquilo que está produzindo, porque aquilo ali ele tem parte, ele tem interesse, então é como se diz... a percentagem da lavoura, então ele sabe que, se ele produzir mais, ele ganhará menos dias para poder carpir a lavoura, então é um interesse dele... então ele tem interesse que o serviço renda, ao passo que, se ele estivesse trabalhando para receber seu salário diário, ele não produziria aquilo que ele pode produzir trabalhando na base da parceria.”⁶⁴

Dessa fala, podemos extrair elementos interessantes para análise. O primeiro ponto a ser pensado refere-se ao fato de cada trabalhador “*ser um fiscal*” do seu próprio trabalho e, também dos ajudantes. O segundo aspecto é o aumento da produtividade gerado pela crença de que o trabalhador produz para si.

Essa situação está também presente no cotidiano dos trabalhadores da Fazenda Santa Cruz, em Araguari. Assim, o sentimento de autonomia multiplica a produção e reverte em maior lucratividade para os proprietários. Além de refletir na renda do parceiro. Mas, não podemos desconsiderar que o tomate é uma lavoura instável, com preço variável; logo, o lucro obtido à custa de trabalho extra pode se desfazer em outra lavoura, ainda que esse trabalho extra permaneça.

O comércio da cidade percebe essa oscilação na produção e na lucratividade dos trabalhadores. O senhor Valter Gonçalves, proprietário da Loja Troca Tudo Móveis em

⁶³ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Ivao Okubo.

⁶⁴ LOUREIRO, op. cit., p. 71.

Araguari, com quem os trabalhadores da Fazenda Santa Cruz mantêm negócio desde o início (anos 80), observa a instabilidade no poder aquisitivo dos trabalhadores:

“Automaticamente quando eles ganhavam seus 15, 20 mil reais numa lavoura, aí já mudava o critério da pessoa, pra melhor, então não deixava de comprar uma televisão, um som, automaticamente compravam um carrinho, certo? (...) Mas logo também eles vendiam porque quando acabava o efeito da lavoura, automaticamente vendiam o carro mais barato...”⁶⁵

Apesar de todos alegarem que preferem viver no Sudeste em função de melhores rendimentos, percebo essa instabilidade a que sempre estiveram sujeitos, fato que certamente, gera insegurança, porém, para o básico (alimentação), a renda aqui (no Sudeste) ainda é considerada melhor que no Nordeste.

A tese de Thelma Maria Grisi Velôso, apresentada em 2001 ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP⁶⁶ para a obtenção do título de doutora, intitulada *Os frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim (Pitimbu - PB)*, nos oferece importantes elementos para pensarmos a realidade do trabalhador rural no Nordeste, bem como o valor atribuído ao trabalho e à manutenção da vida, a partir do trabalho honrado.

Embora o propósito da autora não seja tratar as vivências dos sujeitos como parceiros e sim analisar as lembranças dos pequenos produtores rurais no assentamento Camucim (Pitimbu - PB) sobre suas experiências de luta pela terra, ela faz importantes reflexões acerca das condições de vida dos trabalhadores rurais na Paraíba.

Velôso trata as alterações ocorridas na região a partir da introdução do cultivo de cana-de-açúcar na década de 70. No período entre 1970 e 1985, a área cultivada com a cana cresceu cerca de 267,9%, gerando graves problemas para uma população com tradição na policultura alimentar, produzida em associação com o coco de praia. O assentamento Camucim dista 5Km da sede do município de Pitimbu, área onde também localizam-se as destilarias de Tabu e Giasa, respectivamente em Caaporã e Pedras de Fogo.

Nesse trabalho, foi realizada uma análise a partir do período colonial em que se discute a questão da posse da terra, desde a resistência indígena, passando pela doação de sesmarias, até chegar às questões que norteiam o conflito pela posse da terra a partir

⁶⁵ Entrevista concedida em 19/11/2003 por senhor Valter Gonçalves.

⁶⁶ VELÔSO, op. cit.

dos anos 50, com a atuação das Ligas Camponesas. Finalmente a autora centra suas análises no final da década de 70, a partir do conflito entre os moradores da fazenda Camucim com a destilaria Tabu.

O trabalho é extenso e denso e a autora aborda várias questões, dentre elas aspectos da vida cotidiana como as relações de moradia, as dificuldades de sobrevivência no Nordeste, a relação entre sobrevivência e cultivo da terra, os códigos morais entre os trabalhadores e proprietários de terra e a importância do trabalho. Suas análises lançam luz sobre minha pesquisa, sobretudo em minha tentativa de, a partir de memórias dos trabalhadores, entender como viviam no Nordeste e estabelecer as relações entre suas experiências, as razões que os fizeram migrar para o Sudeste e a preferência por reconstituir suas vidas na fazenda Santa Cruz, sobretudo trabalhando como parceiros (relação de trabalho preferida por ser considerada mais lucrativa).

Gostaria de ressaltar alguns aspectos do capítulo 3, especialmente o item intitulado “*A luta da vida ou o trabalho como vida*”. As narrativas dos sujeitos, expostas nesse item, se aproximam muito dos relatos narrados pelos trabalhadores da Fazenda Santa Cruz. Em ambos percebo grande importância dada ao trabalho, como fundante da vida. Essas concepções devem ser entendidas a partir de situações concretas, como a necessidade de sobrevivência dos pequenos produtores rurais ou, ainda, trabalhadores rurais sem terra da Paraíba e do Ceará.

A autora interpreta os dizeres de seus entrevistados percebendo o valor que eles atribuem ao trabalho, à luta por melhores condições de vida, ao sacrifício, à instabilidade, à necessidade de manter a família e o compromisso com a luta pela vida, entendida aqui como alimentação.

É possível perceber, no trabalho da autora, que seus sujeitos traçam uma íntima relação entre trabalho e sobrevivência, como algo capaz de aliviar o sofrimento, a fome. No entanto, há um forte componente moral, pois na concepção deles, uma vida honrada é uma vida de trabalho, sem se apropriar do que é dos outros: a pessoa deve manter-se com o próprio suor.

Esses valores são ressaltados pelos migrantes com quem lido como princípios morais que norteiam a vida de uma pessoa honesta. Essa análise me remete à fala do meu entrevistado, senhor Valderi, quando afirma: “*Lá eu trabalhei, nasci e me criei, me casei, fui pai de família...*”, e a fala do senhor Cícero Dias, que afirma: “*tendo emprego pra mim, isso é o que basta*”.

Ambos são moradores da Fazenda Santa Cruz e estão se referindo à necessidade que têm do trabalho para manter a dignidade, pois, no Nordeste, a vida estava ameaçada por falta de trabalho. O senhor Valderi inicia sua fala com a expressão “*lá eu trabalhei, nasci e me criei...*”: nela ele inverte a ordem, pois para ele o trabalho precede tudo.

Esse perfil de trabalhador é interessante aos produtores de tomates, pois são pessoas que valorizam o trabalho, prezam a ascensão social como fruto da luta, entendem honestidade como princípio de vida, logo, são mais úteis no processo produtivo com vistas à acumulação de capital. Assim, enquanto durou a parceria, esse era o perfil ideal de trabalhador.

Contudo, as duras condições de trabalho existentes em algumas partes do Nordeste fazem com que esses sujeitos entendam as relações de trabalho postas no Sudeste (parceria) como favoráveis. Em conversa minha com o senhor José Valderi, ele descreveu as condições de vida de muitos nordestinos:

“Lá uma diária de serviço hoje, tá 5 reais, Um pai de família que tem quatro cinco filho em casa, mesmo ele trabalhando a semana inteira, o que ele vai fazer com esse dinheiro? (...) Lá o pobre vive mais ou meno, porque ele planta o feijão, o arroz o milho, e tudo, ele guarda, é ... (enfático), ele guarda, ele deposita dentro de casa, pra i comendo...”⁶⁷

A concepção presente na fala do entrevistado é de valorização da terra e do trabalho, mas o trabalho com remuneração digna, que garanta a manutenção da família. É por reconhecer que no Nordeste o trabalho não oferece essas condições, que muitos migram para o Sudeste, contudo, desde a mudança das relações de parceria para o assalariamento, os trabalhadores vêem o trabalho na Fazenda Santa Cruz não mais como aquele que lhes garante o conforto, a ascensão, mas como o esforço que lhes garante o mínimo para sobreviver, mas, ainda assim, a sobrevivência aqui é mais fácil que no Nordeste em suas avaliações.

Na mesma entrevista, o senhor Valderi deixa entrever sua concepção de honestidade:

“Graças a Deus nós fumo criado pobre, mais um pobre honesto, bem criado, num sabe? Nessa parte aí nós nunca fomo de ficá correndo atraís do que é dos otro, olhando o que o otro tem pra pegá não! Nós fumo criado graças a Deus na ordem de nossos pais...”⁶⁸

⁶⁷ Entrevista concedida em 22/11/03 por José Valderi.

⁶⁸ Idem.

Por essa visão a pessoa deve, com o trabalho, conquistar seus bens, ao invés de se apropriar de algo de terceiros, que não seja fruto de seu trabalho. Para esses pequenos produtores, plantar seu próprio alimento tem um valor especial, no entanto o acesso à terra nem sempre é possível devido ao seu preço e, mesmo quando possuem terras para o cultivo, ainda se deparam com a questão da seca, ou ausência de inverno como eles falam. Assim, assegurar a sobrevivência nem sempre é fácil.

O que se percebe é que proprietários e trabalhadores possuem suas razões para preferirem as relações de parceria. Os primeiros em função da produtividade e os segundos porque estas significam rendas que propiciam condições de vida melhores que as existentes no Nordeste.

Do ponto de vista do proprietário, a relação de parceria, além do acréscimo na produtividade, reduz custos com treinamento e acertos, pois o parceiro adquire experiência no exercício de sua função e ao final da roça, caso o parceiro se desligue do negócio, não há acerto, pois ele não é registrado, logo, não há também encargos trabalhistas.

A partir dos relatos dos trabalhadores, percebi que não é possível compreender a preferência pela parceria, ou mesmo pelo Sudeste, sem compreender como viviam no Nordeste, local para onde pensam em voltar somente a passeio.

Dona Francisca Freire Pereira, quando questionada sobre passagem da parceria para o assalariamento, responde:

“Piorô, mais tá dano, por uma parte, eu tô achando mais bem melhor que eu tá no Ceará, né? Porque tá difícil, porque o salarim da gente é assim poco, né? Mais cum tudo isso eu num quero voltá pro Ceará não. Se eu fô meus fio casado qué í junto, aí vai passa é fome lá!”⁶⁹

Essa fala evidencia a grande preocupação com a sobrevivência que no Nordeste é dificultada pela seca, pela falta de acesso à terra. Na avaliação de dona Francisca há, ao mesmo tempo, reconhecimento da mudança nas relações de trabalho e um certo conformismo com a situação vivida nos últimos anos:

“O que vingava, cumia tudo em 5 ou 6 meis, e logo ficava na mesma e assim era um sofrimento, pra mim e pra meus fios e pro meu esposo também. Aqui é mió, só que por volta de três ano ô quanto

⁶⁹ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Francisca Freire Pereira.

mudô as coisa aqui, né? Era bem melhor. Tá fraquejando, fraquejando, mais com fé im Deus, a gente acostuma com as coisa aqui, né? Mas pobre é assim mesmo, tem que tá satisfeito com a vida”⁷⁰

Muitos outros entrevistados formularam opiniões semelhantes, que demonstraram um certo paternalismo, uma visão mistificada, provavelmente em relação às condições adversas do Nordeste e mesmo em relação ao perfil do patronato nordestino. Na comparação com o trabalho que exerce no Sudeste, embora com o fim da parceria, as mudanças não alteraram sua visão de que é melhor permanecer aqui, mesmo com as perdas, porque o trabalho aqui não é muito pesado. Essa é a opinião do senhor Cícero Dias, um trabalhador que viveu as mudanças ocasionadas pelo fim da parceria:

“Em parceria era mió. Quando mudou pra esse esquema que nem é agora, complicou mais. Pur que é tudo cearense, que veio pra cá, mais aí num... Mais tendo emprego pra mim é o que basta. Bom, aqui é bom demais, lá o trabalho é agricultura mesmo, plantá, coiê, essas coisas, tudo. Mais sempre o trabaio daqui é menor que o de lá, é muito pesado o trabaio de lá. Aqui não, qualquer criança dá conta.”⁷¹

Opinião semelhante é expressa por Maria Aparecida de Souza Santos de 22 anos, que veio para Araguari em 1990 e desde então trabalha na Fazenda Santa Cruz. Apesar da pouca idade, participou da fase de produção em parceria:

“De primeiro assim, quando era parceria... era melhor, porque tinha esperança do preço do tomate melhorá, dá dinheiro, comprá alguma coisa. Agora, assalariado é pió, pur que é só aquele salário né? Mesmo assim, tá melhor que no Ceará né? Que lá não tem emprego.”⁷²

Nas palavras do senhor Valderi as alterações nas relações de trabalho foram prejudiciais e estão relacionadas com a fiscalização :

“É... eu achava bom, mais aí através disso, já veio essa fiscalização, do Ministério do Trabaio, veio em cima do home, aí travancô tudo né? Aí fico ruim pra ele trabaia né? Então é pur isso que está acontecendo isso de muita gente i embora e tal, é pur causa

⁷⁰ Entrevista concedida em 22/11/2003 por dona Francisca Freire Pereira.

⁷¹ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Cícero Dias.

⁷² Entrevista concedida em 22/11/2003 por Maria Aparecida.

da fiscalização, é pur causa que ele num tá mais suportano a fiscalização que sempre ta atacano ele...”⁷³

Em nenhum momento a fala do senhor Valderi menciona a possibilidade de que o Ministério do Trabalho possa estar certo. Esse aparece como o causador de tudo e o proprietário como vítima. Talvez porque, na leitura dele, a fiscalização proibiu a relação de parceria, apreciada por ele, pois apesar de instável, o cultivo em parceria proporcionou-lhe como também a sua família, uma ascensão, conforme outras falas, dele, já citadas.

Novamente gostaria de ressaltar que, embora as relações de parceria fossem relações de exploração, com vistas a acumular capital, as experiências dos trabalhadores são relatadas como relações de trabalho que marcaram um tempo bom, de prosperidade. Noutra perspectiva, é preciso considerar o conjunto da produção familiar e mesmo as condições de trabalho no Nordeste para ter noção da opinião deles sobre a parceria. Além disso, a dicotomia radical não cabe aqui, visto que não permaneceriam tanto tempo em relações de trabalho totalmente desfavoráveis.

O Sudeste inspira boas memórias não só em função do trabalho, mas porque aqui o senhor Valderi e outros experienciaram situações opostas às vividas no Nordeste, como o caso relatado por ele:

“Eu saí daqui de Minas e cheguei lá no Barro, onde minha mãe mora num sabe? E fui comprá uma carne, minha mãe me falô pra mim comprá uma carne e eu fui. Aí eu cheguei lá no açougue e exigi pegá da carne de primeira num sabe? Da melhor carne que tivesse. E ele falô pra mim que eu num podia comprá aquela carne de jeito nenhum, que aquilo ali era carne pros rico, que eu num tinha condições de comprá aquela carne, e ôta, pobre da minha marca tinha que comê é carne de pescoço... falô pra mim... e... que nós num tinha direito de comê carne de primeira, essa, era praqueles pessoal que tinha dinheiro, que era rico e que a carne já tava reservada (...)

Eu fui embora, porque o meu dinheiro ali, naquela hora valia o mesmo que o do rico, ele achô que não valia, porque não quis me vendê né? Comprei noutro lugá e fui bem atendido, graças a Deus e nós cumemo a carne, não foi por isso que nós dexô de comê, nós comprô em outro canto e comeu! (...)

(...) Dessa parte aí que eu falei da carne, eu, aqui, no lugar onde tô (Sudeste), há 16 ano, não encontrei alguém ainda que me desrespeitasse como fui desrespeitado lá. (...) Todo canto que vou, sou bem atendido e compro do que eu quero, tenho crédito se quizé. Graças a Deus sô pobre, mas dentro de Araguari, ninguém nunca disse não pra mim.”⁷⁴

⁷³ Entrevista concedida em 22/11/2003 por José Valderi.

⁷⁴ Entrevista concedida em 22/11/2003 por José Valderi.

Quando o senhor Valderi compartilhou comigo suas lembranças, estava emocionado, mas já era outro, olhava para o passado com tristeza, mas o presente era diferente. Na sua fala estava implícito que nunca mais passaria por situação semelhante, pois aqui, com o fruto de seu trabalho, e sendo tratado em igualdade, seu dinheiro vale tanto quanto o do rico.

Parte do que reputam ao patrão, na verdade tem a ver com o próprio trabalho, a renda advinda da cooperação familiar no cultivo do tomate em parceria, assim, o tempo da parceria aparece em suas reconstituições como o tempo de ouro, época em que, para além do econômico, recuperaram a dignidade.

Na verdade, o senhor Valderi foi vítima de preconceito, pois retornou ao Nordeste de onde saiu na condição de extrema pobreza. Agora, com melhor poder aquisitivo, garantido por seu trabalho como parceiro, não foi respeitado, pois a memória que o vendedor tinha dele é a memória da pobreza.

Se para os trabalhadores nordestinos o trabalho aqui é mais fácil, o rendimento em parceria ou em salário é melhor, para o proprietário da fazenda também. Conforme nos mostra o trabalho de Silva, os produtores rurais do Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 50 e 60 já preferiam tais relações:

“O sistema de ”meia” foi largamente utilizado nas fazendas da região (Triângulo Mineiro) durante o “rush” da lavoura. Para o trabalhador, fosse ele nordestino ou mineiro, era uma oportunidade de ganhar algum dinheiro, se fosse bem sucedido com a safra. Naquela época dependia não só das condições naturais, da chuva e do sol no momento adequado, mas também de muito trabalho, disciplina e sobretudo, de coragem para trabalhar.”

“Para o fazendeiro era uma forma mais cômoda de aproveitamento da terra, já que não tinha como arcar com os riscos existentes nesse ramo e nem com o custo relativo à mão-de-obra, bem como o trabalho rotineiro decorrente do fornecimento de bóia aos peões.”⁷⁵

Silva ressalta também que, segundo o que ouviu de seus entrevistados, a situação deles no Nordeste era de extrema pobreza e chegaram aqui determinados a crescer. As histórias de vida dos sujeitos eleitos pela autora guardam semelhanças com os relatos que ouvi. Assim, percebo em ambos, a opção por redirecionar suas vidas no Sudeste, na esperança nem sempre concretizada de melhorar o padrão de vida em relação ao Nordeste.

⁷⁵ SILVA, op. cit., p 61-62.

Por outro lado, se ambos experimentaram, em certos momentos, as relações de parceria, a forma de acerto era diferente, pois na Fazenda Santa Cruz, o parceiro não tem acesso à renda, entrega a produção ao patrão, que contrata um agenciador para vender um produto. Ao final são abatidos os gastos com insumos e divide-se o lucro ao meio, mediante apresentação de notas. No caso analisado por Silva, os trabalhadores vendiam sua parte ao patrão, conforme cita o senhor Antônio Gervázio, proprietário da fazenda na época:

“Sempre o contrato (verbal) era de um ano, prazo de plantá, colhê e de preço a preço vendê pra mim (...) me entregava, eu pagava o preço justo, eu não queria ganhá, eu fazia um peso bão prá, conferir lá’, eu num queria ganha mas não podia perder, né? (...) Se de tudo aparecesse um preço mio, eu deixava vender pra fora, uma vez que o dinheiro já tava lá na balança.”⁷⁶

Em ambos os casos, notamos a falta de controle direto dos produtores (meeiros) sobre o preço do produto no mercado, o que facilita distorções no preço do produto, na pesagem, etc. Contudo, no decorrer desta pesquisa, pude relativizar meu suposto original, de que apenas o proprietário lucra com a parceria, aos poucos percebi que a dicotomia radical onde um sempre ganha e o outro perde sempre não tinha lugar naquela realidade, já que, em muitos aspectos, a mão-de-obra nordestina é favorável aos patrões, seja porque são pessoas de palavra, seja porque não entram na justiça ou porque são trabalhadores. Sob outra visão, para o trabalhador nordestino, o trabalho com tomate é menos penoso, em época de safra boa e preço bom, pode-se melhorar o padrão de vida e até mandar dinheiro para os parentes no nordeste. Assim, na dicotomia radical, os velhos esquemas colocam os trabalhadores na condição de “coitados”, tirando-lhes a possibilidade de escolha, a chance de ir em busca de condições de trabalho e rendimentos melhores.

A passagem da parceria para o “pseudo assalariamento”, no início do ano 2000, gerou muita insegurança aos trabalhadores que não sabiam se os salários recebidos ao longo da roça seriam descontados no acerto ou não. Esse período durou cerca de um ano, ao final, os trabalhadores tiveram suas respostas: tudo foi descontado.

Nessa fase, os problemas com a justiça do trabalho começaram a fazer parte do cotidiano dos proprietários das fazendas, pois a redução da renda dos trabalhadores gerada pela passagem da relação de parceria para uma forma de assalariamento

diferenciado (que intitulei pseudo assalariamento, pois não era um simples assalariamento, nem a continuação da parceria original, mas um adiantamento de um salário mínimo que ao final da roça seria abatido no acerto da parceria, na prática era um disfarce para a parceria) foi muito grande o que gerou conflitos na hora do acerto, e demissões que passaram a ser cada vez mais constantes. Para os proprietários os encargos trabalhistas da mão-de-obra assalariada não são favoráveis, ou pelo menos não são em relação à lucratividade almejada e, para os trabalhadores, não é estimulante fazer hora extra pelo salário proposto.

Em meados de 2003 todos os trabalhadores eram assalariados, o que repercutiu na produtividade e na qualidade de vida deles, pois enquanto durou a parceria o trabalho feminino e infantil complementavam a renda familiar. Atualmente, só podem trabalhar as mulheres registradas e crianças não podem frequentar nem a passeio a plantação de tomates.

As mudanças nas relações de trabalho repercutiram também em Araguari, cidade próxima à fazenda, onde os trabalhadores tinham relações comerciais e de lazer. Na fala do senhor Valter Gonçalves, proprietário da loja Troca Tudo Móveis, podemos evidenciar o impacto:

“É um pessoal humilde, eles trabalham de sol a sol, agora trocaram pra salário. Eu não sei como está funcionando o salário, mas que caiu o comércio caiu. Eu já tinha cantado essa bola, há cinco anos atrás, que o dia que o Mitsuro fechasse as porta, mudasse o plano de trabalho, eu tinha certeza que o comércio de Araguari ia sentir muito, como foi o que aconteceu.”⁷⁷

Araguari é uma cidade com cerca de 100 mil habitantes, onde o setor primário tem muita importância, mas existe também na cidade uma rede comercial bem estruturada, da qual os trabalhadores da Fazenda Santa Cruz são clientes. Muitos frequentam a cidade mais de uma vez por semana para comprar alimentos e eletrodomésticos, passando por remédios e práticas de lazer. Portanto, a queda na renda desses trabalhadores afetou também o comércio araguarino, assunto que será melhor explorado adiante, no terceiro capítulo.

Durante a segunda fase das relações de trabalho, na qual vigorou um adiantamento salarial, que ao final da roça seria abatido, muitos parceiros, vendo sua

⁷⁶ SILVA, op. cit., p. 63.

⁷⁷ Entrevista concedida em 19/11/2003 por Valter Gonçalves.

produção reduzida em função da ausência do trabalho feminino e infantil, contrataram os chamados “segundos parceiros”, homens geralmente solteiros, provenientes da cidade de Barro-CE, que moravam com a família do “primeiro parceiro” e ajudavam na plantação, recebendo uma percentagem do salário a título de adiantamento também. (Veja o contrato de subparceria – documento número 06 – página 122)

As esposas dos primeiros parceiros ficavam incumbidas de fornecer moradia, roupa lavada e comida, em troca teriam uma renda equivalente à produção de mil pés de tomate, renda que elas dificilmente reivindicavam em separado e que normalmente vinha agregada à do marido. Questionada sobre esse fato, assim se manifesta Dona Vera Mendes, 30 anos e três filhos: *“Tem a mulher que separa né? Mandava o marido separá, mais o meu é junto com o de meu marido.”*⁷⁸

Segundo Dona Terezinha Rodrigues, esposa do senhor Valderi: *“Ah! O meu vinha separado, o japonês já sabia! O Ivao Mitsuro tudo já sabia, o meu vinha separadíssimo (enfática). Porque eu sou assim, eu sô meia independente, num sabe? E eu gosto de minhas coisa tudo certa”*⁷⁹

Dona Terezinha explicou que só na primeira roça o dinheiro dela veio junto com o do marido e ela não gostou, pois quando foi pedir uma quantia para suas despesas e negócios ele respondeu: *“Depois eu te dou”* e ela pensou *“a próxima roça vem aí”* e desde então exigiu seu dinheiro separado.⁸⁰

A partir das falas de algumas mulheres casadas, mães de filhas adolescentes, pude perceber a preocupação com a presença de um segundo parceiro na residência da família, pois ao mesmo tempo que significa mais serviço, uma vez que elas tinham que oferecer refeição e roupa lavada, a presença desses rapazes solteiros despertava uma insegurança em relação às filhas adolescentes, pois nem sempre os quartos das casas, feitas com placas de muro, tinham portas, na maioria das vezes o que guardava a privacidade era uma cortina de tecido. Assim, através desses relatos foi possível perceber certos valores como a família e a honra.

⁷⁸ Entrevista concedida em 28/10/2003 por Dona Vera Mendes.

⁷⁹ Entrevista concedida em 02/09/2004 por Dona Terezinha Rodrigues.

⁸⁰ SILVA, op. cit., p. 63.

2.2 Só restou o salário: “*Mesmo assim, tá melhor que no Ceará*”⁸¹

Conforme já foi dito, a partir de 2003, todos na fazenda passaram a ser assalariados. No ano de 2004, o senhor Ivao Okubo trabalhou com, aproximadamente duzentas pessoas. Neste ano, ele manifestou intenção de plantar tomate apenas por mais um ano, já que possui os insumos. Embora, segundo ele, a lavoura de tomate seja mais rentável, a longo prazo vai cultivar cereais, pois com o maquinário que já possui e os insumos, 15 pessoas fazem todo o serviço.

Se compararmos o número de trabalhadores presentes na fase de parceria original (mais ou menos 1000 pessoas) com a segunda fase (mais ou menos 800 pessoas com carteira assinada) e os que trabalharam em 2004 (200 pessoas) e os que trabalham em 2005 (cerca de 90 pessoas só assalariadas) podemos ter a noção das mudanças ocorridas. Segundo o senhor Ivao Okubo, os fiscais do Ministério do Trabalho estiveram três vezes nas fazendas, sendo que a primeira em 1995, a segunda em 1997 e a terceira não se lembra. As exigências feitas passam pela forma de parceria utilizada, pois segundo os fiscais, é ilegal, já que os parceiros não entram com a metade dos custos e nenhuma nota fiscal sai no nome deles. Além disso, alegam que as fazendas não estão dentro das normas ambientais e de segurança do trabalho, tais como PPRA – Programa de Prevenção de Risco Ambiental, LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

Encontrei no Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª região (Uberlândia) – o processo PPI 725/2002 referente ao trabalho infantil, mas que agrega outras denúncias, como irregularidade contratual (presença de funcionários sem registros) e ausência de fornecimento gratuito de equipamentos individuais de segurança, bem como ausência de implementação do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, referente à Fazenda Santa Cruz do Triângulo e Fazenda Quilombo, cujos investigados são Mitsuro Okubo e Ivao Okubo, e o denunciante é a DRT/MG.

As autuações por ausência de equipamento de segurança, tais como máscaras, luvas, botas de borracha, capa, macacão, bonés ou chapéus são referentes aos anos de 2000 e 2001, conforme documentos anexos, sendo datadas em 07/12/2000, 08/11/2000,

⁸¹ Maria Aparecida, moradora da Fazenda Santa Cruz.

29/11/2000 e 20/09/2001 (conforme documento nº 08, 09, 10 e 11 – páginas 125 a 127) relacionados às notificações sobre a ausência de equipamentos de segurança. Contudo, entre os documentos pessoais cedidos a mim por um dos trabalhadores entrevistados, encontra-se um certificado emitido pela empresa Quality – Equipamentos de Produção Individual afirmando a participação do trabalhador no “treinamento quanto ao uso correto dos EPI’s, incluindo noções básicas das normas regulamentadoras rurais (NRR-4) – equipamentos de proteção individual”, realizado no dia 22/12/2000, na Fazenda Santa Cruz – Araguari – MG. (Conforme documento nº 12 – página 128, que certifica a participação de um funcionário no programa de treinamento quanto ao uso correto do EPI).

O referido certificado está assinado por um engenheiro agrônomo, inscrito no CREA sob o nº 98878/D e uma advogada inscrita na OAB-MG sob o nº 72659. Por outro lado, a autuação do dia 07/12/2000 está assinada por um engenheiro do trabalho matriculado sob o nº 6923 CIF 300632.

No laudo da autuação consta que, embora tenha sido notificado das irregularidades dia 06/11/2000, portanto cerca de um mês antes, o proprietário não cumpriu as determinações impostas pelo Ministério do Trabalho. Assim, é possível concluir que os equipamentos de segurança passaram a ser oferecidos, pelo menos a este funcionário, somente após a segunda autuação, ou ainda, que este funcionário em especial que não é citado no documento de autuação, possuía equipamento mesmo antes da autuação. No entanto, no histórico de outros documentos, o fiscal assim se refere “*cito, só para constar*” uns dois nomes de funcionários, não se referindo ao número de funcionários desprotegidos ou mesmo nomeando-os.

Com relação aos equipamentos de segurança, obrigatórios na produção de tomate, encontrei, entre os documentos pessoais cedidos por um funcionário, um termo de responsabilidade discriminando o recebimento, a título de empréstimo, de macacão para pulverização, luva, óculos, respirador, avental, boné e botina (ver documento nº 13 e 15 – página 129 e 131). No entanto, nos acertos dos trabalhadores na época de parceria, bem como acerto de contas do período de “pseudo assalariamento”, era comum encontrar desconto de equipamentos de proteção. O que nos leva a crer que, nestes dois períodos, o equipamento de segurança era de responsabilidade do parceiro (Veja documentos nº 13 – página 129, no acerto de contas está explícito o desconto de capas e luvas), ficando os trabalhadores responsáveis pela compra de equipamentos de proteção, tais como capa, luvas, máscaras e viseiras.

Convém ressaltar que a data do termo de responsabilidade (08/03/2002) refere-se ao período de “pseudo assalariamento” e, no entanto, neste mesmo período houve autuação dos proprietários por falta de fornecimento de equipamentos de segurança, conforme documento datado em 07/12/2000, 08/11/2000 e 29/11/2000 (veja documento nº 08, 09, 10 – páginas 124 a 126).

Ao meu ver, o que fica claro é que mesmo na condição de pseudo assalariamento, o uso de equipamentos de segurança não era “práxis” constante e que embora assinassem documentos atestando o recebimento a título de empréstimo de tais equipamentos, na realidade pagavam por eles.

O senhor Ivao afirma que é a primeira vez que viu essas exigências no campo, o que segundo ele inviabiliza a produção, já que a multa por funcionário em caso de inadequação é muito alta. Segundo ele é impossível cumprir as exigências, pois os tratoristas, por exemplo, não podem abastecer diariamente no posto de combustível da propriedade, tem que ter um funcionário especializado, além de um trabalhador fixo pra cada trator com um tipo específico de ruído.

O Ministério do Trabalho exigiu que cada funcionário fosse submetido à uma avaliação de um engenheiro técnico para ver se está adequado às normas. O técnico cobra por pessoa para fazer essa avaliação, mas como o volume é grande e a rotatividade também, assim se expressa Ivao Okubo: *“Não dá pra dar emprego assim, tem que implantar tudo até janeiro (2004), senão, não pode dar baixa na carteira, só quando o funcionário tiver dentro das normas.”*⁸²

A fala do senhor Ivao nos leva a entender o porquê desse número expressivo de demissões ocorrida nesse período (fim do ano de 2003), pois, a partir de janeiro de 2004, seria ilegal a demissão sem a avaliação técnica. Cícero Ferreira da Silva (31 anos), natural de Barro – CE, de onde veio em 1991 para trabalhar como parceiro, função que exerceu até 2001 quando passou a ocupar o cargo de assistente administrativo, nos fala dessa redução no número de trabalhadores empregados:

*“Dia 30/10/03 foram demitidos 40 funcionários e 104 estão de aviso (20/11/03), em 2004 cada fazenda terá 100 funcionários, antes tinha em trono de 300 pessoas entre homens e mulheres em cada fazenda.”*⁸³

⁸² Entrevista concedida por Ivao Okubo em 22/11/03.

⁸³ Entrevista concedida por Cícero Ferreira da Silva em 22/11/03.

Ele se refere às fazendas Quilombo, Emília e Santa Cruz. Em conjunto, a redução do número de trabalhadores empregados foi significativa no ano de 2004.

Em Araguari, foi inaugurado dia 18 de janeiro de 2002 o NINTER – Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista Rural de Araguari – que reúne membros tanto do sindicato dos trabalhadores rurais, quanto do sindicato dos produtos rurais. De acordo com o senhor Wellington Jacob Resende, coordenador do NINTER, nos últimos meses de 2004 foram feitos os seguintes acertos envolvendo funcionários das fazendas Okubo:

Data	Nº do Protocolo	Nº de demissões
05/11/02 a 06/11/02	1085 até 1148	74 demissões
11/11/02 a 14/11/02	1215 até 1159	56 demissões
20/11/02	1280 até 1227	53 demissões
04/12/02 a 06/12/02	1366 até 1305	61 demissões
12/12/02	Sem protocolo	51 demissões
30/10/03	714 até 786	73 demissões
25/11/03 a 28/11/03	Sem protocolo	150 demissões
1º/12/03	Sem protocolo	54 demissões

Fonte: dados obtidos a partir de consulta no caderno de registro do NINTER – Araguari, 23/01/2004, fornecidos pelo senhor Welington Jacob – Coordenador do NINTER.⁸⁴

Esses números não falam por si, aparentemente são frios, no entanto representam uma tragédia trabalhista. São dados de uma tabela, são parte de uma estatística, contudo, é necessário pensar que cada número desses corresponde a uma pessoa e a uma família. Assim, no período de 05/11/02 a 01/12/03, aproximadamente um ano, foram demitidas 600 pessoas. Não podemos deixar de considerar que a maioria dessas pessoas são chefes de família já que, após a fiscalização, mulheres e crianças deixaram de trabalhar e a renda familiar ficou sob a responsabilidade do pai. Conseqüentemente, os números citados causam preocupações, não apenas porque são números altos, mas também porque cada um representa uma família que a partir da

demissão seguiu determinada direção, experienciou dificuldades, conseguiu ou não reorganizar-se no Sudeste ou voltou para o Nordeste, alterou seu padrão de vida, enfim sofreu ou não as angústias do desemprego.

A história não é uma disciplina exata, pois lida com pessoas e cada uma dessas pessoas traz consigo uma subjetividade, uma história de vida que compartilha com outros sujeitos com os quais estabelecem relações de aproximação ou distanciamento. Para o historiador não bastam as estatísticas, embora estas possam servir como fontes, é necessário ultrapassar o mero quantitativo e adentrar a esfera do significativo, qual seja, o significado de tais mudanças na vida das pessoas envolvidas.

Em pesquisa feita no Ministério do Trabalho, encontrei os documentos que estão em anexo, sobre os quais quero ressaltar as datas dos processos trabalhistas contra os irmãos Okubo. Todas coincidem com a segunda e a terceira fase das relações de trabalho aqui analisadas, quais sejam a fase de “pseudo assalariamento”, quando os operários começam a reclamar de horas extras e quando surgem os acertos anuais, e a fase de simples assalariamento, quando ocorrem inúmeras demissões (de 39 processos de trabalhadores contra os irmãos Okubo: apenas 4 são anteriores ao anos de 2000, os mesmos referem-se aos anos de 1998 e 1999). (ver documentos nº 16, 17 e 18 – páginas 132 a 134), relação de processos trabalhista contra os irmãos Okubo)

Por outro ângulo, cabe aqui, frente a esses dados, desmistificar a fala do proprietário de que: “*os nordestinos não entram na justiça*”. Na realidade as evidências mostram que a partir do momento em que as relações de parceria se desarticularam e passaram a vigorar o simples assalariamento, as perspectivas de rendimentos reduziram e a idéia de que trabalhavam para si desapareceu. Assim, as relações passaram, na concepção dos ex-parceiros, a ser relações patrão-empregado, norteadas por contradições próprias, tais como indisposição para fazer hora extra em função da baixa remuneração, a noção da exploração e do não cumprimento das leis trabalhistas. Assim, percebe-se que as relações de trabalho em parceria tinham para os parceiros trabalhadores o significado de trabalho para si mesmo, enquanto o assalariamento significa trabalhar para outro, dentro dos inconvenientes que isso acarreta.

Por sua vez, o proprietário começou a considerar que esse perfil de mão-de-obra tem seus inconvenientes também, passou a achar que eles não trabalhavam motivados e que o assalariamento inviabilizou a produção de tomates, pois trouxe muitos encargos.

⁸⁴ Os dados que constam na tabela foram extraídos de um caderno de registros das homologações. Não foi autorizada a retirada do caderno para reprodução.

Além disso, *“se antes eles levantavam 3 ou 4 horas da manhã para trabalhar, agora não querem produzir nem no horário, e tomate tem hora para colher, não tem dia santo, nem feriado”*.⁸⁵

Quando o senhor Ivao se refere às especificidades da colheita do tomate está falando tanto das necessidades, ou melhor imposições do mercado como data de recebimento do produto, quanto da perecibilidade do mesmo e da época específica para a colheita. Para cumprir tudo isso, em relação assalariada, tem que pagar hora extra, adicional noturno e sobre feriados. Mais uma vez ficam claras as vantagens da parceria para o proprietário.

Durante minha pesquisa, conheci Dona Josefa de Lima (57 anos) e sua filha Maria Aparecida de Lima Almeida, entrevistei ambas. Na ocasião deixaram claro que preferiam as condições de vida do Sudeste, que gostavam da relação de trabalho em parceria, contudo retornei à fazenda e só encontrei a filha, pois com a mudança para assalariamento, o pai, senhor Adalto Vicente de Lima (67 anos), aposentado, não poderia mais ser registrado. Dona Josefa e senhor Adalto mudaram-se para Uberaba para tocar lavoura de tomate em parceria. Sobre a mudança dos pais assim se expressa Maria Aparecida: *“Aqui não assinava carteira de aposentado, ele foi para Uberaba, trabalhar como parceiro, ele não quer ser mandado nem mandar, não quer trabalhar de guaxebe”*⁸⁶

Guaxebas são os encarregados da produção, os que vigiam a turma, cargo normalmente oferecido aos mais antigos, pessoas de confiança do proprietário. Esse cargo foi recusado pelo senhor Adalto, pois da mesma forma que ele *“não quer ser mandado”*, *“não quer mandar em ninguém”*, quer produzir, ter autonomia para exercer o ofício que sabe, a lida com a terra. O fato de ser aposentado o torna uma pessoa dispensável no novo sistema de trabalho, assim, deixou filhos e netos mais jovens e foi trabalhar, como gosta, em Uberaba.

A fala da filha sobre esse episódio é apaixonada, diz com pesar *“se não fosse essa mudança, pai não teria saído daqui”*. A dor que transparece na fala dela é a dor da desagregação da família, contudo, ao afirmar enfática que o pai não se violentou, não fugiu aos seus princípios, sua fala é de orgulho.

Percebo, porém, na atitude do senhor Adalto, a autonomia de recusar as regras do jogo. Sente-se útil, produtivo, quer ser parceiro e não guaxebe. Hoje vive em

⁸⁵ Entrevista concedida em 23/02/2004 por Ivao Okubo.

⁸⁶ Entrevista concedida em 22/11/2003 por Maria A. de Lima (filha do senhor Adalto Vicente de Lima).

Uberaba, mas mantém contatos mensais com os filhos e amigos da Fazenda Santa Cruz. Dona Josefa não rompeu os vínculos comerciais com a cidade de Araguari, no início do mês vem fazer as compras, rever parentes e amigos, mas desde que as relações de trabalho não lhes favoreceram mais, eles optam por outras.

A mudança do senhor Adalto garante a ele autonomia sobre o trabalho: não possuindo a própria terra para plantar o que e como quiser, como pertence às camadas menos favorecidas, “se aluga” para proprietários. A relação de parceria oferece mais autonomia e melhor renda.

A passagem da relação de parceria para assalariamento e as demissões geraram muita insatisfação entre os trabalhadores. Uns voltaram para o Nordeste, outros continuam na fazenda Santa Cruz como assalariados e uns terceiros estão trabalhando em outras fazendas que não foram fiscalizadas, apesar de trabalharem com parceria.

As demissões e o assalariamento repercutiram também em Araguari, onde a comunidade de ex-parceiros compra muito. Além disso, repercutiu no cotidiano das pessoas da fazenda, fatos que, juntamente com as tradições nordestinas e as novas incorporações culturais feitas no Sudeste, serão tratadas no terceiro capítulo.

A pesquisa a princípio se restringiu à fazenda e a Araguari, cidade onde eu sabia que os trabalhadores freqüentavam muito. Contudo, na reta final da pesquisa, algumas novidades relacionadas à cidade de Indianópolis acabaram por apontar a necessidade de entrevistar pessoas nessa cidade.

A Fazenda Santa Cruz localiza-se entre Indianópolis e Araguari, duas cidades em que a agricultura tem muita importância para a economia local. Indianópolis é uma pequena cidade com comércio incipiente e uma população aproximada de 6.000 habitantes, que em geral trabalham na agricultura ou em serviço público, pois são poucas as oportunidades de trabalho no meio urbano.

Ao visitar a cidade constatei que uma parcela dos trabalhadores que haviam sido despedidos na Fazenda Santa Cruz moram agora em Indianópolis e trabalham na zona rural, em lavouras variadas, ora como meeiros (“*mas não é como era na fazenda dos japoneis*”) ora como assalariados, como bóia-fria, no cultivo do café, milho, tomate, na derrubada de mata, preparação do solo, etc.

Muitos desses trabalhadores rurais moram em casas alugadas, fato que, segundo alguns moradores antigos da cidade (mineiros), elevou muito o preço dos aluguéis, pois como a cidade é pequena, cerca de 300 novos habitantes procurando casa para morar influenciou o preço da moradia.

Os antigos moradores da cidade alegam também que a verba federal destinada à saúde vem de acordo com o número de habitantes divulgado pelas estatísticas oficiais, contudo, a cidade é habitada por um número maior que os órgãos oficiais da cidade informam, já que estas pessoas chegaram depois do último censo. Se por um lado elas não constam nas estatísticas oficiais, por outro tem vereador que segundo a população foi eleito só com os votos dos “cearenses” (embora afirme desconhecer os e não permitiu que a entrevista fosse gravada).

Durante a minha visita, não foi fácil encontrar os migrantes nordestinos, pois moram espalhados, mas por intermédio de um aluno meu que mora na cidade e estuda em Uberlândia, entrei em contato com o senhor José Emídio dos Santos, que trabalhou na Fazenda Quilombo de 1992 até 2000 e mora em Indianópolis desde 2000. Segundo ele:

“Agora nós trabaia é assim, de bóia-fria, sofrendo, alguns ainda até tocano tumate, mas num tem o resultado que tinha lá no Mitsuro, num é meia. Qué dizê que esse negócio do Ministério pra nós, só veio trazê dificuldade pra nossa vida. As veis nós toca uma roça, o dono fala que nós vai tê nossa parte, no fim num tem nada... Lá no Mitsuro, nós num pagava água, energia nem aluguel. Lá nós pagava água e Luiz, mas é depois do acerto da roça, aqui não, todo meis”

Segundo o senhor José Emídio, o destino das pessoas desempregadas é variado.

“Teve um bucado que fôro pra Catalão (GO), tem uns que tá em Monte Carmélio (Monte Carmelo - MG), otros que ta em Uberaba (MG), mais tudo é com dificuldade. Uns até vortô pro Ceará. Ninguém mais comprô uma moto, um carro, nós mal compra uma bicicleta... No tempo que nós trabaia lá mais ele, sê vê, minha muié trabaio 5 anos, ela ainda comprô essa casinha aqui (em Indianópolis), ela ganhô lá no Mitsuro, ganhemo mais cinco casa e um carro”⁸⁷

O senhor Emídio tem 67 anos, já é aposentado, mas ainda trabalha como bóia-fria, é um senhor forte, mas seu olhar estava fragilizado pela dor que demonstrou sentir em função do desemprego, da perda da relação de parceria, na qual em uma roça de seis meses chegou a tirar trinta mil reais (ele, a mulher e dois filhos).

Para ele agora é só dificuldade, possui uma casa para morar, três de aluguel em Indianópolis e duas no Nordeste. Tinha um carro, mas perdeu num acidente. Na ocasião

ia para Barro no Ceará e perdeu um filho, por isso, segundo ele “*o Ceará não me quer*”. Interpreta o acidente como um sinal de que deve ficar aqui, onde pelo menos tem um emprego temporário de bóia-fria, pois lá, além de muito quente, não tem emprego.

As casas a que ele se refere são casas muito simples que ora estão alugadas, ora não. Ele e a esposa são pessoas muito gentis, apesar de tristes. Ele com um problema de catarata na visão, enxerga pouco, é viúvo e se uniu a dona Marluce da Silva Oliveira que tem dois filhos. Ele tinha sete filhos, perdeu um no acidente.

O que percebi na narrativa do senhor José Emídio é que ele, como tantos outros não é apenas mais um número de estatísticas. Todos tiveram suas vidas transformadas, não foi uma mera troca de emprego, foram imensas perdas, do local de moradia, das relações sociais, do convívio com amigos de longa data, do poder de compra, do conforto de outrora e da autonomia parcial no processo.

Segundo ele, até a relação comercial com os araguarinos, que em outras épocas lhe garantia prestígio, agora piorou, pois “*nóis tinha a confiança, podia tirá cheque, comprá até carro zero, agora nós ganha pouco, eles num tem aquela confiança*”.

Questionado sobre a relação deles com os moradores de Indianópolis, ele destaca a dificuldade de construir um novo viver em outro lugar:

“Aqui em Indianópolis eles tem assim um sistema assim cum nós, eles num combina bem cum nós, né? Eles acha que os cearense veio tomá o emprego deles... fico difícil pra nós, posso dizê que nós somo assim... discriminado aqui... por toda pessoa nós somo discriminado. E nós aqui truxemo lá do Mitsuro (o dinheiro), eu ainda contei até 52 casas que nós compramo, tudo cearense.”⁸⁸

O depoente deixou transparecer em sua fala a emoção ao relatar a discriminação. Eles trabalharam ou trabalham na cidade ou nas fazendas de pessoas da cidade, fizeram investimentos nela, mas a população não os vêem como cidadãos e sim como forasteiros.

Em conversa com um vereador da cidade (que não quis gravar entrevista) ele afirma que o índice de violência em Indianópolis aumentou com a chegada dos cearenses e estes telefonam para os parentes em Barro-CE e fazem propaganda otimista dizendo “que tem creche de graça, hospital e remédio, que ganha cesta básica, etc”.

⁸⁷ Entrevista concedida em 11/07/2005 pelo senhor José Emídio dos Santos.

⁸⁸ Entrevista concedida em 11/07/2005 pelo senhor José Emídio dos Santos.

Na mesma ocasião que estive em Indianópolis, voltei à Fazenda Santa Cruz para uma última visita antes de concluir a pesquisa. O cenário era outro, diferente da imagem

Marluce da Silva Oliveira e seu esposo José Emídio – acervo de Vanusa Alves Viana – 11/07/2005.

que guardei da visita anterior, feita em janeiro de 2005. Agora, em julho de 2005, encontrei várias casas fechadas, as brincadeiras de crianças e as hortas de couve já quase inexistentes. Na mesa de sinuca não havia ninguém.

O senhor José Valderi, umas das pessoas mais antigas do local, que me concedeu longas entrevistas no passado, ainda reside na fazenda com sua família e novamente concedeu-me entrevista, nela ele afirma:

“Um bucado de gente foi embora, outros tão indo. Eles (os donos) dividiu a fazenda. Um tá morando na Quilombo e o outro ficou aqui. O Ivao. Só que ele colocou essa roça de 350 mil pé e...tá ocupando 90 pessoas

Hoje num tem 90 mais, eles foram embora, uns pra Indianópolis, outros pra Monte Carmelo, outros foram pro Ceará mesmo, mas na época do mês de novembro pra dezembro, aí eles vem de novo. Eles (os donos) estão fazendo duas roça. Hoje aqui tem umas 30 família. Mas na Emília tem outras 30. Então é 60 família que tá morando com ele”⁸⁹

O senhor Valderi faz referência à situação transitoria dos trabalhadores, agora eles são trabalhadores temporários, ora numa fazenda, ora n’outra. Na entressafra, às vezes, retornam ao Nordeste, moram lá uns meses e, na medida da necessidade dos irmãos Okubo, são recontratados. Suas práticas profissionais estão instáveis.

Ele faz referência à Fazenda Emília, que hoje pertence apenas a Ivao Okubo, juntamente com a Santa Cruz, ao passo que a Fazenda Quilombo ficou com Mitsuru, que não planta mais tomate. Ivao ainda insiste no cultivo do tomate, segundo a fala do senhor José Valderi:

“Ivao num parou com tomate. Mitsuru parou, Ivao tá continuando, ele vai ficar com nós aqui e quando for em novembro, ele vai plantar 200 mil pé de café e vai tornar assiná carteira nossa, de novo, num sabe? Dos que ficou, foi os mais antigos e aqueles que foram também, vão voltar pra assiná a carteira também. Na medida da precisão. Aí, quando ele terminar a plantação do café, que é duzentos mil pé, aí já, a roça de tomate já tá iniciada pra... mais uns trezentos mil pé ocupa 90 pessoas.”

⁸⁹ Entrevista concedida em 11/07/2005 por José Valderi.

Na concepção de seu Valderi, existe perspectiva para alguns trabalhadores, pois o plantio de pés de café requer mão-de-obra. Essa oferta de emprego é temporária, é mais procurada durante o plantio do café e talvez na colheita do mesmo, mas essa, é para o futuro, portanto não há estabilidade ou certeza de emprego para ninguém.

Já o tomate, é uma lavoura de curta duração, quando replantada gera um fluxo de emprego, mas tudo depende do mercado. Em uma frase, os 90 trabalhadores têm uma perspectiva instável, um trabalho que provavelmente será temporário, ademais, uns voltarão, outros não.

No auge da produção em parceria, trabalhou-se com mil pessoas, hoje a perspectiva parece ser de 90 pessoas. As outras estão cada qual em um local, procurando refazer sua vida, estão inseridas na instabilidade do mercado de trabalho contemporâneo e guardam as boas lembranças do tempo em que a parceria significava mais que trabalho, significava relações sociais, possibilidade de ascensão social, moradia e elos de amizade. Sobre esses elos, o convívio cotidiano e a relação com a cidade de Araguari, a preservação da cultura nordestina e a incorporação de novas práticas culturais, falarei no capítulo que segue.

CAPÍTULO 03

“...ELES SÃO GENTE BOA”⁹⁰ ... AS VIVÊNCIAS NO CAMPO E AS RELAÇÕES COM A CIDADE

3.1 Cultura e cotidiano

Acredito que não se faz pesquisa histórica sem estar inserida na mesma, seja na subjetividade da análise, seja na escolha do tema - que às vezes não sabemos exatamente porque escolhemos-, seja porque em dado momento da pesquisa nos enxergamos naquele universo pesquisado.

De repente, mergulhada na leitura acerca dos significados, dos rituais, da mentalidade, da simbologia da vida camponesa, eu, que hoje levo uma vida totalmente urbana, descobri que minha essência não é tão urbana assim, que muito do que está posto nas análises historiográficas sobre o universo camponês fez parte da minha infância interiorana e que o reencontro com esse modo de vida, entendido aqui como cultura, me traz ternas lembranças de mim mesma, em que me vejo no outro e suas tradições são, também, a base na qual fui criada.

A proposta deste capítulo é entender o rico universo cultural deste grupo estudado, na perspectiva da preservação e ao mesmo tempo das transformações e incorporações, buscando compreender as relações desses trabalhadores com as cidades de Araguari e Indianópolis. Assim, é mister adentrar no cotidiano dessas pessoas, bem como dialogar com os autores que fizeram de suas opções de pesquisa o universo camponês, o sofisticado saber rural, transmitido através de ensinamentos orais e práticos.

As pessoas que se deslocaram do Nordeste para trabalhar, originalmente como parceiros na Fazenda Santa Cruz, trouxeram consigo mais do que a bagagem e o sonho de uma vida melhor. Por estar impregnada nelas, veio também a cultura, os hábitos alimentares, as crenças, os valores, tradições, vocabulário, dentre outros aspectos importantes. No Sudeste, reorganizaram suas vidas frente a uma outra realidade de trabalho, com novos cultivos, novo clima, alimentação diferente, enfim, uma vida nova.

⁹⁰ Expressão de Maurílio Luiz (morador da Fazenda Santa Cruz), ao se referir aos araguarinos.

Penso que ao historiador interessa o processo, a trajetória das pessoas a compreensão da reestruturação do viver, de como aspectos do antes se casaram com aspectos novos, refletindo ao mesmo tempo as acomodações e os rompimentos, que se mesclam na reconstrução da vida cotidiana.

Iniciarei as reflexões acerca dessas readaptações dos trabalhadores pelo aspecto alimentar, não por acaso, pois antes mesmo de tomar a história desse grupo de pessoas como objeto de minha pesquisa, nós (eu e eles) já trocávamos impressões sobre hábitos alimentares do Nordeste e do Sudeste.

Mais uma vez, as experiências do depoente José Valderi, agora reelaboradas e contadas por ele em agradáveis conversas sem roteiro prévio de minha parte, acompanhadas pelos petiscos de Dona Terezinha, sua esposa, foram ricas contribuições para minha tentativa de juntar as pedras do mosaico e recompor, à minha moda, a história dos migrantes nordestinos em terras mineiras.

O referido depoente me contou que, sempre que pode, manda notícias “frescas” de Minas para os parentes que residem em Barro - CE, sobretudo, a mãe (88 anos) e o pai (85 “mais ou menos”). Junto às notícias envia também, presentes, dinheiro e café, que é acomodado em latas, pois:

“Lá o café é mais caro, é difícil, muito difícil! Lá, pra melhor dizê, eu cansei de comprá meio quilo de café, pra passa uma semana. Num dava pra semana e eu fica doidim pra tomá café e eu tinha que í prás casa dos vizim pra tomá café, é... Eu gosto demais, graças a Deus, aqui num falta não...”⁹¹

Os presentes são retribuídos, principalmente, pela mãe com produtos típicos do Nordeste, ou ainda por outros produtos produzidos também no Sudeste, mas não como se produz na terra natal, como é o caso da rapadura e a manteiga de garrafa.

A rapadura, muito apreciada no Nordeste, é consumida, pelo senhor Valderi, raspada, com cuscuz de milho. Quando no Nordeste não tinha carne, comia-se a rapadura raspada com feijão e pão, pois, segundo ele:

“Fazia aquele mixido e cumia, e aquilo era forte demais, o cabra passava o dia todim no cabo da foice ou do machado, brocano mato e num sentia fome de jeito nenhum não... é ... manteiga de garrafa também”

⁹¹ Entrevista concedida em 22/11/2003 por José Valderi Rodrigues.

Interrogado sobre a manutenção dos costumes alimentares do Nordeste, o senhor Valderi⁹² assim se manifesta:

“É... sempre eu continuo com esses costume, porque esse negócio de comê só arroiz, deixa o cabra muito fraco, num sabe? Então o milho tem muita sustança, se come cuscuz de milho no almoço, num precisa merendá a tarde, de noite, se quizé janta, se num quizé, aquilo ali dá prá passá”

Na opinião do senhor Valderi, a rapadura do Sudeste é arenosa, enquanto a do nordeste é dura, por isso ele mantém a tradição, encomenda peças do Nordeste. Assim como manteiga de garrafa, feita da nata do leite, que na sua cidade é chamada de manteiga da terra e não é costume no Sudeste. Aqui ele não acha quem faz, pois há uma ciência em fazer manteiga de garrafa.

Ao explicar as utilidades da manteiga de garrafa, o entrevistado deixa entrever o prazer que tem em saboreá-la. A mesma é usada para “*passá um ovo*”, para “*passá no pão*” e segundo ele é “*gostosa demais, é muito diferente dessa margarina, que aparece por aí... é muito bom!*”

Ao reestruturar sua vida na fazenda Santa Cruz, ele entrou em contato com outros hábitos alimentares e/ou passou a comprar alimentos ao invés de produzi-los, como é no caso das frutas:

“É... das coisas daqui que eu acho bom mesmo é... as frutas né? Maçã e banana, que lá tem também, mas aqui é... eu sempre compro umas bananinha, as veis quando a gente vai na cidade trais abacaxi é... lá tem, mas é muito difícil, l tem que sê no tempo certo. Porque é muito seco lá, né? Realmente, o Nordeste é... O Estado do Ceará é muito grande né? O lugar onde nós morava lá num é assim tão seco, ele é um lugá favorável, assim... tinha assim chuva, num sabe? Mais esses lugá que a gente ouve falá muito, que fica dois, três ano sem chuvê é no Nordeste é verdade, mais é só no Sertão. Lá pra nós num é assim não, lá sempre chove, dá lavora, o que se planta sempre dá, o milho, o arroiz, o feijão, sempre dá...”

Nessa passagem, ele reconhece o sabor das frutas do Sudeste, mas não desfaz de sua terra natal, afirmando que lá não é sertão seco, que em se plantando, tudo dá, especialmente o básico (feijão, milho, mandioca, legumes). Interpreto essa fala do depoente como um ato de valorização do local onde viveu, de onde tem também lembranças boas e que não é porque agora mora no Sudeste que, como num passe de

⁹² Entrevista concedida em 22/11/2003 por José Valderi Rodrigues.

mágica, irá esquecer, deixando transparecer que lhe incomoda a imagem sempre negativa que se construiu acerca de sua terra.

Em outra passagem ele reafirma a importância da terra natal, mas diz que já fincou raiz no Sudeste, tem filhos e netos aqui e não pensa em voltar. Só a passeio, não quer comprar terras por “aquelas bandas”. Depois dessa explicação ele automaticamente retornou ao assunto da alimentação (como se aquele outro assunto não o deixasse tão confortável), desta feita, elegeu a farinha como tema:

“A farinha daqui é muito ruim demais! É uma coisa, num tem goma de jeito nenhum não. Lá no Nordeste a gente chegava assim numa fêra pra comprá farinha, bota a mão no saco e chega a mão saí alvinha de goma. É polvilho, aqui se chama polvilho né? Então, lá é goma. É... aquilo lá eles num lava a farinha bem lavada e fica gostoso demais né? Usa pra comê com feijão, na farofa, na paçoca, com rapadura. É bom demais!”

Seu Valderi falou-me com muito gosto da culinária de sua terra, ensinou-me algumas receitas, comentou sobre o tipo de carne mais consumido (ovino e suino) devido às dificuldades de criar bovinos, dada a condição social.

Enquanto o tema era a carne, deixou claro suas tradições religiosas por ocasião da quaresma. Não comem carne nessa época, comem o queijo feito com leite de cabra, a manteiga de garrafa, ovos, legumes, feijão e cuscuz. O leite de cabra também é o alimento de crianças de colo na região e, segundo ele, é o melhor leite.

Em minhas pesquisas bibliográficas sobre as experiências de migrantes nordestinos entrei em contato com o recente trabalho de Marina de Souza Santos⁹³, intitulado “*Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS*” (1940-2002), dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Uberlândia, em 2003.

Neste trabalho, Santos procura investigar as experiências dos nordestinos que vivem na cidade de Dourados desde a década de 40 do século XX. A autora privilegiou as fontes orais, o diálogo com os migrantes e cruzou estas fontes com os textos de memorialistas, os artigos de jornais locais, os documentos de instituições nordestinas como CTN (Centro de Tradições Nordestinas), a Casa Nordestina (espaço de lazer) e a produção historiográfica local, sobretudo dissertações de mestrado defendidas na UFMS

⁹³ SANTOS, Marina de Souza. **Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)**. Uberlândia:UFU (Programa de Pós-Graduação em História), 2003. (dissertação de mestrado).

– Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e na Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Julho de Mesquita”.

Ao cruzar as versões dos memorialistas e da historiografia local com as entrevistas orais, Santos desmistifica a versão de que os nordestinos fracassaram em São Paulo (primeiro destino ao saírem do Nordeste) ou a versão de vítimas da seca, pois conclui que muitos tinham posses no Nordeste e vieram para Dourados com o intuito de melhorar, mas não eram necessariamente flagelados da seca, posto que vieram de locais diferentes do nordeste, alguns de locais secos, outros não.

A autora buscou valorizar as diferenças de trajetórias, não homogeneizando os sujeitos com quem lidou, assim, procurou entender suas múltiplas experiências a partir de suas lembranças. A idéia não é estudar a região nordeste ou centro-oeste, mas entender como o espaço de Dourados foi construído também pelos diversos sujeitos eleitos, no caso os nordestinos. Nesse sentido, Santos procurou entender como viviam no nordeste, as razões da mudança e como se adaptaram em Dourados, os rompimentos e as adaptações à nova realidade, e como são vistos pelos mato-grossenses.

O que mais me chamou atenção nesse trabalho foi a capacidade da autora em não homogenizar as experiências, em ressaltar os conflitos e as diferenças de trajetórias e a forma como foi evidenciada a preservação, por parte dos nordestinos, de sua cultura, apesar da adaptação às tradições locais.

Embora o referido trabalho ressalte trajetórias de nordestinos provenientes de diversos Estados, e meu trabalho evidencie a história de nordestinos oriundos apenas de Barro - CE, foi possível detectar algumas semelhanças entre eles, como as razões pelas quais migraram e como se adaptaram aos novos lugares de residência, como refizeram suas vidas.

Assim, um elemento que se destaca é o gosto pela culinária da terra natal. O fato de não abandonarem certos hábitos alimentares e os procedimentos e ingredientes usados na confecção dos alimentos, como é o caso do cuscuz, por exemplo.

Outro aspecto que os entrevistados de Santos ressaltaram como importante para preservação da cultura nordestina foi a música, o forró. Em relação a este existem, em Dourados, os trios ou grupos compostos por nordestinos ou descendentes, que se apresentam em casas noturnas ou em festas, priorizam a conservação de tradições musicais nordestinas, embora o mercado os tenha forçado a fazer concessões ao chamado *forró universitário*.

Todas essas questões levam-me a refletir sobre as permanências e as mudanças na reconstrução do modo de vida de pessoas que deixaram sua terra natal em busca de melhores oportunidades e no novo lugar enfrentam o desafio de construir novas relações.

O trabalho de Santos foi útil, à medida que pude comparar experiências diferentes, em tempos distintos, mas relacionadas à condição de migrantes dos sujeitos eleitos por ela e por mim. Cada uma com seus propósitos, são pesquisas que valorizam as narrativas sobre as trajetórias de migrantes que saíram do Nordeste, cujos motivos são diversos, cada qual com suas expectativas, realizadas ou não.⁹⁴

Ao longo das etapas de relações de trabalho, as vidas dos trabalhadores nordestinos, que vieram para a produção tomateira, mudaram em vários e significativos aspectos. Ressalto, neste momento, a questão da moradia, seus aspectos materiais, as relações de vizinhança, os espaços de lazer e os níveis de conforto.

Estudos como o de Afrânio Raul Garcia Júnior, intitulado: “*O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social*”⁹⁵, nos fala da importância da moradia como local de referência para as pessoas, bem como local que, nas tradições camponesas, relaciona-se à independência e à classificação do trabalhador como agricultor e não como sujeito (aqui, sujeito significa o indivíduo sem terras, sem autonomia, que está ligado a outro pelo trabalho e pela moradia). O estudo toma como recorte espacial o agreste nordestino, no período compreendido entre 1940 e 1980.

⁹⁴ Outros autores tomaram a vida camponesa como tema. É o caso de Ellen Fensterseifer Woortmann e Klass Woortmann, um casal de antropólogos, ela também historiadora, que publicaram “*O trabalho da Terra – lógica e a simbólica da lavoura camponesa*”.

Os autores fizeram o trabalho de campo em vários municípios do Sergipe, sobretudo Itabi e Ribeirópolis. As entrevistas foram feitas no período da seca, com pequenos produtores rurais e sindicalistas. O foco principal foi a agricultura e hábitos alimentares, já que o estudo é parte de uma pesquisa patrocinada pelo INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição para averiguar os problemas ligados à nutrição de baixa renda.

Tomando como referência o trabalho na terra, sua lógica e sua complexidade, conseguiram abordar aspectos relacionados aos papéis masculino, feminino e infantil no período agrícola, a iniciação das crianças e o valor da transmissão dos ensinamentos paternos na prática, através das tradições orais, hábitos alimentares, organização espacial da produção, conhecimentos climáticos, influência da lua, do vento, bem como os valores, tradições e crenças que perpassam a vida camponesa.

As análises feitas pelos autores ajudaram na compreensão do cotidiano dos trabalhadores que escolhi como sujeitos de minha pesquisa. Questões como a importância de certos tipos de alimentos em função do tipo de trabalho (mais ou menos pesado), o valor dos ensinamentos orais, a valorização da família como unidade produtiva e aspectos da religiosidade. Assim, fui percebendo aos poucos a importância de outras pesquisas para esclarecer certas questões da minha própria pesquisa. A idéia não é fazer de outros estudos um modelo, mas colher elementos úteis ao meu estudo.

Sobre o tema ver: WOORTMANN, Ellen e KLAAS, Woortmann. **O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1997.

⁹⁵ JÚNIOR, Raul Afrânio Garcia. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília. 1989.

A questão central analisada por este autor é a repercussão do mercado de trabalho industrial sobre o mundo rural nordestino e, para entender isso, procurou, em contrapartida, entender como funcionam as tradições agrícolas entre os camponeses, a hierarquização social, a cisão entre “libertos” e “cativos”, o desconforto do trabalho “alugado” e mesmo a hierarquia familiar quanto à produção, o papel dos filhos, filhas e esposa no cultivo, bem como a importância do “negócio”, prática comercial dos gêneros produzidos em feiras urbanas, como complementação da renda familiar.

Dentre outros aspectos importantes que a leitura da referida obra me inspirou, ressaltar, para minha análise, as complexas relações sociais que envolvem a moradia. Nesse quesito, destacam-se as relações de dependência ou independência do camponês a partir da posse ou não da terra. Assim, as tradições dos antigos senhores de engenho e de muitos fazendeiros da região de Areia, Remígio e Guararíba, na Paraíba, em manter famílias agregadas nas propriedades, traduzem mais que relações de trabalho, estão carregadas de significações de lado a lado.

Para o dono da propriedade rural, um morador é alguém que irá subordinar-se a ele, profissionalmente e politicamente, uma pessoa que será dominada por ele, alguém que aceitará que ele dite as regras do jogo, porque não tem opção melhor. Quem “dá” moradia tem um certo patrimônio, o que permite receber famílias em seus domínios. A terra é meio pelo qual se mantém uma clientela de pessoas submetidas, fato que significa prestígio social e retorno econômico. Assim, quanto maior o número de membros da família, maior as chances de adquirir moradia.

Por sua vez, para o “morador” este é um estágio de sua vida em que se sente “sujeito”, preso à vontade do senhor, seu tempo é controlado pelo patrão, o morador deve estar em eterna prontidão para com os interesses dele. O “sujeito”, embora possa tocar um limitado roçado, não é entendido, nessas tradições como agricultor, pois este seria o dono da terra, por menor que fosse. Hierarquicamente, o “sujeito”, embora cultive seu próprio roçado, é visto como inferior ao “alugado”, àquele que trabalha por dia (ou o “liberto”), àquele que cultivava um roçado próprio, (em terras arrendadas ou ainda como parceiro), de forma que estar na condição de sujeito não é o ideal.

Assim, ser liberto é ser proprietário ou ter autonomia sobre o cultivo, mesmo que em terras alheias. De forma que a terra de moradia é um bem precioso, com valor que ultrapassa o monetário, ou o das cotações e especulações em torno do preço da terra. Dá-se um valor à terra diferente do valor que o mercado ou as pessoas que não vivem da terra atribuem, há toda uma simbologia que os não camponeses em geral não

compreendem, ou não sentem na mesma intensidade, pois é da posse da mesma, da intimidade com o seu trato, do saber fazer a terra gerar os frutos do trabalho que se garante a vida.

Percebe-se, pela análise do autor, a importância simbólica do local de moradia, pois é nele também que se reproduz o saber camponês, local onde além de cultivar alimentos, cultiva-se também tradições, valores, normas.

Na Fazenda Santa Cruz, a moradia está relacionada às relações de trabalho. Na época da parceria, o trabalhador, ao ser indicado, “recebia” uma casa (ora de tábuas, ora de placas de muro) para morar e, se por acaso contratasse um segundo parceiro, a moradia era por conta de quem o contratou. Na medida da “precisão” e do prestígio, ou em caso de casamento, este segundo parceiro eventualmente poderia receber uma casa e se tornar parceiro.

Percebe-se que as formas como a moradia era tratada tem também o objetivo de estabelecer relações de dependência entre os trabalhadores e o patrão, além de fixar o trabalhador mais tempo na fazenda, fato que em se tratando de trabalhadores que residem em Araguari seria mais difícil, pois estes possuem maiores vínculos com a cidade, se deslocariam mais para visitar Araguari, não ocupando seu tempo de descanso no próprio local de trabalho.

As casas foram construídas em forma de colônias circulares, de forma a proporcionar uma área de convívio central, onde se encontram mesa de sinuca, orelhão, posto de saúde e algumas árvores frutíferas que proporcionam sombra para o convívio social. Algumas das entrevistas que fiz foram à sombra dessas árvores, outras nas varandas das casas, onde logo se juntaram os vizinhos.

“Ter” ou não uma casa na colônia denuncia também o *status* da pessoa, se era parceiro ou subparceiro. Além disso, pode-se fazer uma analogia entre casa e terra. Da mesma forma que a terra cedida em parceria proporcionava uma sensação de autonomia produtiva parcial, a casa também representava para essas pessoas um espaço que também só é seu à medida que o vínculo de trabalho é mantido.

Do ponto de vista do controle e disciplina do trabalho, manter trabalhadores migrantes em colônias que, em certa medida, têm vida própria em relação à cidade, significa também aproveitar ao máximo o tempo do trabalhador, pois há aí uma imbricação entre viver e trabalhar, em que a lógica não é o mais importante. Pelo menos enquanto durou a parceria e o “pseudo-assalariamento”, esta relação trabalho/moradia foi útil à produtividade.

Quando falo que, em certa medida, a comunidade tem vida própria em relação à cidade, estou pensando na infra-estrutura interna (espaços de lazer, pequeno comércio, posto de saúde, telefone público, escola rural), fruto, na maioria das vezes, de lutas e disputas encabeçadas pelos moradores, e não no isolamento total da cidade ou mesmo na independência total. Até porque, as relações de produção agrícola ali estabelecidas não permitem que a subsistência dos trabalhadores seja feita diretamente do que cultivam.

Há uma certa autonomia em relação à cidade, pois algumas questões relacionadas à saúde são tratadas na fazenda, uma vez que os moradores se articularam (procurando o poder público) e conseguiram implantar ali um posto de saúde público, mantido pela prefeitura de Araguari, onde semanalmente um clínico geral, um ginecologista e um dentista atendem aos moradores da fazenda.

A instalação do telefone público também foi uma conquista feita a partir das lutas coletivas. O telefone é útil a todos, seja para comunicar com pessoas das cidades de Araguari, Indianópolis, ou para falar com parentes distantes (no Nordeste ou no Paraná), enfim, é uma forma dos trabalhadores interagir com pessoas que vivem fora daquele espaço social.

Com relação ao lazer, existe um campo de futebol, um pouco mais retirado, onde aos domingos acontecem jogos e comércio de espetinho, picolés e balas. Esse pequeno comércio ocorre também nas casas, onde se vende produtos típicos do Ceará como refrigerantes, salgadinhos etc. Apenas a bebida alcoólica não é permitida.

Segundo o senhor Walter Gonçalves, comerciante do ramo de móveis em Araguari, as práticas de lazer no interior da fazenda são variadas, mas não é admitida a bebida alcoólica, como fica evidenciado nessa fala:

*"Às vezes eu trabalho à noite, faço entregas para eles três ou quatro vezes por semana, mas eu vou, faço minha entrega e volto. Mas sei que um futebolzinho eu sei que eles gostam, às vezes tem um pequeno forró, mas o senhor, o dono da fazenda não gosta que vai bebida para lá, não gosta que se apronta lá, então é uma pessoa muito certa"*⁹⁶

Essa narrativa permitiu-me analisar que existe certa separação por parte de seu Valter entre seus negócios com os migrantes e uma possível amizade, quando diz "eu

⁹⁶ Entrevista concedida em 19/11/2003 por Valter Gonçalves.

vou, faço minha entrega e volto”, ou seja, só fica o tempo necessário à relação comercial, não participa do “futebolzinho” ou do “pequeno forró”.

Quanto à proibição da bebida alcoólica, esta dá o tom da disciplina exigida pelo dono da fazenda, pois ao fundir espaço e tempo de trabalho com espaço e tempo de lazer, suprime a liberdade dos moradores, invade sua privacidade, é como se a vida privada fosse extensão do trabalho.

Mesas de sinuca e redes compõem o cenário da parte central da colônia. Esses são espaços de sociabilidade, onde se “joga conversa fora”, distrai e descansa.

Festas religiosas como batismos, casamentos, novenas e mesmo celebrações de missas (mensais) ocorrem no interior da colônia. Nas relações cotidianas, a religiosidade está presente, sendo expressa nas mais diversas formas, desde a crença na ajuda de Deus para que a colheita seja boa, para que a chuva não castigue a plantação até os ritos como as rezas, os terços e os batismos de fogueira, que estreitam laços de amizade e solidariedade.

Os ritos católicos não são unânimes, encontrei entre os entrevistados pessoas evangélicas, que afirmavam ser comum também a visita na fazenda de membros da sua comunidade religiosa para a realização de cultos ou orações. Além disso, D^a Márcia Lopes, por exemplo, se desloca até a igreja evangélica mais próxima para participar dos cultos.

Na ocasião dos casamentos que são realizados na própria fazenda, o sacramento é acompanhado de festas em que todos estreitam o convívio, compartilhando momentos de lazer e solidariedade, pois há uma rede de ajuda que vai desde os preparativos dos pratos a serem servidos até a limpeza, passando pelo próprio ato de servir os convidados.

Os rituais de casamento são mais que festas, deixam entrever os valores morais daquela comunidade. As mães, quando entrevistadas, manifestaram a preocupação com as filhas solteiras por ocasião da presença dos rapazes que vinham do Nordeste morar em suas casas (os segundo parceiros). Deixando entrever a preocupação com a privacidade das filhas.

A religiosidade perpassa o imaginário desse grupo, em muitas entrevistas foram usadas expressões como “*se Deus quis assim*”, “*se Deus quiser*”, “*graças a Deus!*” dentre outras. As imagens de santos fazem parte da decoração de muitas casas, enquanto em outras a bíblia é visível na sala.

Alguns entrevistados, ressaltaram a importância da celebração de missas mensalmente, fato que integrava o grupo e estreitava o convívio, pois após a missa, as pessoas se reuniam para conversar e os jovens aproveitavam para namorar. Era também o momento do cafezinho e da degustação das receitas novas.

A vida escolar de crianças, adolescentes e adultos não depende da cidade, pelo menos até o terceiro ano do ensino médio, pois a escola rural que entre meados dos anos oitenta (quando foi fundada) e 1990 se chamou Escola Municipal Basílio da Gama e a partir de 1990 passou a se chamar Centro Educacional Municipal José Inácio congregou alunos que antes estudavam em pequenas escolas rurais, oferece desde o ensino infantil até o médio.

Estes fatores é que garantem certa autonomia em relação à cidade, porém, as compras mensais de alimentos, roupas e certas práticas de lazer são feitas em Araguari. Vai-se à cidade para dançar forró nos clubes de dança, para pagar contas, cortar cabelo, consertar carro etc.

Durante as visitas, recebi mais que informações, ofertaram-me confiança, simpatia, “molhos” de couve, tomates e até lanchinhos. Além das falas, pude observar a presença de objetos tradicionais do Nordeste, como as máquinas de moer o milho para fazer cuscuz. Sobre esta questão conversei longamente com o senhor Valderi, que se nega a comer cuscuz feito com farinha industrial, prefere moer o milho e fazer à moda nordestina. Assim, percebi que às vezes, certos hábitos, certas tradições foram mantidas, como é também o caso do uso da rapadura e da manteiga de garrafa “encomendadas” do Ceará.

Pude ler em tabuletas afixadas às portas das casas os seguintes dizeres: “*Vende-se bolacha e doce do Ceará.*” Na mesma medida, fui informada que apesar de difícil, acostumaram-se a dormir em camas, embora não dispensem as redes para um descanso rápido, sobretudo durante o dia.

Muitas mulheres fazem o cuscuz e a bolacha, embora reclamem que os ingredientes nem sempre estão disponíveis no mercado. Algumas vendem doces e bolachinhas do Ceará, outras mantêm um pequeno comércio de balas, sorvetes, pipocas doces e salgadinhos em pacotes. É perceptível que os mais velhos prezam as tradições alimentares, embora não se fechem às novidades do Sudeste.

Pintura na fachada de uma casa anunciando a venda de produtos – detalhe das paredes de placa de muro – acervo de Vanusa Alves Viana - 22/11/2003.

Horta de couve – aspecto do quintal de Dona Terezinha Rodrigues– acervo de Vanusa Alves Viana - 22/11/2003.

Quanto à estruturação física das casas, elas são muito simples, a construção, em geral, é de placas de muro, os quartos, às vezes, com portas ou com cortinas de tecido coloridas. Contrastando com a simplicidade da estrutura das casas, nota-se certa preocupação com o conforto dos móveis e eletrodomésticos. Elementos como fornos elétricos, TVs, vídeos, antenas parabólicas, freezers, batedeiras de bolo etc. Esses bens representam mais que utilitários, estão ligados à realização de sonhos, ao sentimento de poder comprar o que se quer, ao conforto, à autonomia de assistir televisão em sua própria casa.

As casas mantêm o padrão de construção, sobretudo porque não pertencem de fato aos moradores. Assim, eles preferem investir nos móveis e eletrodomésticos. Se por um lado não alteram as casas, o mesmo não se dá com o quintal, onde é comum visualizar uma horta com coentro, cebolas, salsa, pimentas, couve etc.

O cotidiano das mulheres, crianças e adolescentes também sofreu mudanças com a passagem da parceira para o assalariamento. Enquanto era parceira, crianças a partir de 10 anos e mulheres ajudavam na plantação. Com o assalariamento, só os homens adultos trabalham.

Ao ser entrevistadas, as crianças afirmam que além de estudar, pescam, brincam no quintal e ajudam as mães nos serviços domésticos. Não perdem a oportunidade de ir à cidade quando os adultos vão, nestas ocasiões apreciam um bom lanche.

As mulheres, por sua vez, cuidam da casa, arrumam, lavam, passam e cozinham. Gostam de fazer o pão caseiro, que serve de merenda para todos. Eu mesma provei o pão artesanal por ocasião das visitas, enquanto gravava as falas, gravei também a hospitalidade daquelas pessoas.

No quintal da maioria das casas, existem verdes hortas onde se cultiva couve, coentro (tempero muito apreciado na culinária nordestina), cebolinha, pimentão, pimenta de cheiro e outros, como batata doce, também apreciada por eles. É parte da tradição camponesa valorizar a mulher também pela horta que é capaz de manter.

Jovens na área de lazer – mesa de sinuca – acervo de Vanusa Alves Viana - 22/11/2003.

Cuidados com o quintal – horta e varal – acervo de Vanusa Alves Viana - 22/11/2003.

Como ressaltei, a princípio minha tendência era homogeneizar a comunidade, contudo, fruto da dinâmica da pesquisa e do amadurecimento intelectual proporcionado pelas leituras e discussões no decorrer do curso de mestrado, fui aos poucos percebendo a diversidade, inclusive na origem dos trabalhadores e nas crenças religiosas.

Das entrevistas que fiz, apenas duas famílias não procediam do Ceará; a família de dona Helena Maria Gimenes⁹⁷ e a família de Márcia Leroz Alves.

A família de dona Helena veio do Paraná, onde tocava café a meia, mas segundo ela, o café acabou por lá, conforme diz:

“É... eu acho tudo aqui mais bõo, porque lá no Paraná já num... num tava teno condição, porque café cabo, o bicho da seda... (indudível), aí nós achô mió tocá tumate, né? E depois passô pra mensalista e já faiz 17 ano.”

Dona Helena é mãe de três filhos: Cirlene Aparecida Previato (que casou na Fazenda Santa Cruz e possui dois filhos, um dos quais nem havia nascido na ocasião da entrevista), Claudemir Aparecido Previato e Claudiney Aparecido Previato. Seu esposo, Romildo Previato veio com os irmãos Okubo de São Paulo, onde passou a trabalhar com os Okubo por indicação de outros conhecidos. Dona Helena é de pouca conversa, mas expressou sua opinião sobre o assalariamento. Segundo ela, era melhor em parceria, mas mesmo assim, aqui (Sudeste) é melhor que no Paraná, pois seus parentes mandam notícias que lá está difícil.

Márcia Leroz⁹⁸ veio de São Paulo, onde seus pais (paranaenses) já trabalhavam com os pais dos Okubo. Após o casamento veio com o marido para a Fazenda Santa Cruz, há 22 anos. O marido sempre foi assalariado, contudo, hoje, temem a demissão em função das mudanças. É mãe de Eduardo, 10 anos e Agnaldo, 20 anos, este último trabalha com o pai desde os 17 anos. Márcia representa a diversidade, não só na origem, mas também na religião, pois ao ser questionada sobre o catolicismo disse:

“Quase todo mundo aqui é católico, mas eu num sô não (enfática), eu sô evangélica, sô da Assembléia de Deus, freqüento o culto quando dá, uma veiz pur meis, ou quinzenal, semanal. Eu vô lá, perto da Contenda (escola rural), mas se chamá eles vem, faiz culto em qualquer casa.”

⁹⁷ Entrevista concedida em 06/08/2003 por Helena Maria Gimenes.

⁹⁸ Entrevista concedida em 02/09/2004 por Macia Leroz.

Ela e dona Helena (que diz ser católica pouco praticante) mostraram-me o barracão onde acontecem as missas, contudo não freqüentam, Márcia por ser evangélica e dona Helena por ser pouco praticante.

Os paranaenses pouco aparecem nessa pesquisa, não por acaso ou por exclusão, mas porque representam uma percentagem pequena do total de trabalhadores e quase não consegui entrevistá-los, mas os que foram ouvidos têm trajetórias diferentes, vieram primeiro para São Paulo, onde começaram a trabalhar com os pais de Ivao e Mitsuro, depois, nos anos 80 do século XX, vieram para Araguari. Dentre eles, em geral, vigora o assalariamento, mesmo antes do fim da parceira, alguns têm cargo de confiança (administrativo, tratoristas, etc).

Tanto dona Helena quanto Márcia, se ocupam cotidianamente com os afazeres da casa como cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e, no caso de dona Helena, dos netos, com os afazeres do quintal, as hortas e a criação de alguns animais.

Interessante como o contato com os depoentes acaba nos inserindo no cotidiano dos mesmos. A primeira vez em que entrevistei dona Helena, sua filha esperava bebê, depois, soube na cidade de Araguari, através de um moto-táxi (irmão do marido da filha) que o bebê havia nascido prematuro. Na visita seguinte, fui à casa de dona Helena, não mais para entrevistá-la, mas para saber do bebê e da filha. Ambos estavam, bem. Esse relato é um exemplo de como a pesquisa é uma via dupla, o contato com os sujeitos se estreitam, passamos de alguma forma a nos aproximar de seus problemas e eles dos nossos. Todos notaram que estive ausente durante um certo tempo, pois fiquei sem carro e o acesso à fazenda se tornou difícil e isso foi percebido por eles.

A forma como moram (colônias), o local (zona rural), a origem comum (Nordeste) e o trabalho comum (rural) me levou a, desde cedo, entendê-los como comunidade, o que a princípio também se traduzia em homogeneidade de anseios, projetos, ausência de conflito, ou seja, uma realidade marcada mais pelo consenso que pela discórdia.

Aos poucos fui percebendo a diversidade de opiniões, as diferentes maneiras de conceber o trabalho como parceiro ou assalariado, a existência de crenças religiosas diversas, as formas de ver a “cidade” de Araguari, dentre outros aspectos. Contudo, percebi sintonias, sobretudo no que tange aos interesses coletivos como é o caso da luta por posto de saúde, telefone público, na compreensão de que o trabalho assalariado deveria seguir um ritual diferente das práticas quando as relações eram de parceira, dentre outros.

Entrevistando outras donas de casa, pude ouvir suas opiniões sobre a presença dos chamados “segundo parceiro”. Muitas afirmaram que não gostavam, pois elas ficavam responsáveis por fornecer-lhes roupa limpa e refeições, para tanto, recebiam (muitas agregavam à renda do marido) a produção de mil pés de tomates cultivados por esses segundos parceiros. Algumas afirmaram que a troca não era lucrativa, pois nem sempre o hóspede era cuidadoso com as roupas e com a casa. Em alguns casos, o convívio era bom, em outros não.

Pude, a partir da ampliação da noção de movimento social e de resistência, ver que até nas ações cotidianas se travam embates e que no plano individual não há homogeneidades, mas no plano coletivo há identificação de interesses comuns, essa, por sua vez, gera ação.

Embora os contextos sejam totalmente distintos, as problemáticas outras, quero ressaltar a importância para a ampliação de minha noção de resistência dos trabalhadores frente à exploração ou, mais ainda, que passei a entender qualquer forma de luta por melhores condições de vida, como parte da resistência, dos embates, das contradições presentes na experiência das pessoas que vivem do trabalho, a partir da leitura do texto de Eder Sader “*Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*”⁹⁹.

Ele parte da realidade dos movimentos sociais pela retomada da democracia e da luta para “ter direito de ter direitos”. Assim, o autor entende que esses movimentos foram vistos:

*“pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestaram, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real”*¹⁰⁰

Sader nos fala de novos tipos de luta, de um sindicalismo autônomo em relação ao Estado (militar), dos movimentos de bairro, das associações de mães, de novas formas de sujeitos se entenderem como seres políticos, da ressonância de vozes reivindicatórias de locais sociais antes silenciosos, ou melhor, silenciados. Ele nos diz de formas alternativas de lutas que partem não necessariamente dos sindicatos.

⁹⁹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁰⁰ Ibid., p. 27

Sader nos convida a entender a luta dos trabalhadores a partir do significado que ela tem para esses sujeitos, a partir de suas experiências, das suas significações culturais, da identificação de interesses comuns.

Um novo olhar me permite entender os pequenos embates do cotidiano, a organização coletiva em torno de melhorias para aquele grupo de trabalhadores que vive na Fazenda Santa Cruz como projetos que brotam do interior da comunidade, que não estão articulados com um sindicato, mas que têm sentido em si, pois são projetos propostos por eles, entendidos aqui em sua dimensão história e política. Assim, destaco a luta dos moradores para atrair para o local um posto de saúde com atendimento odontológico, clínica geral e ginecologia. Tal posto, para ser instalado, teve a intervenção de uma vereadora da cidade.

A comunidade é visada em termos eleitorais e, ao que consta, a maioria dos trabalhadores transferiram seu título de eleitor do Nordeste para Araguari ou Indianópolis, contudo, ao receberem as visitas com propostas eleitorais, negociam seus direitos, entendem os políticos como possíveis interlocutores junto ao poder público em favor das necessidades concretas do grupo.

A instalação do telefone público que serviu a todos (inclusive serviu-me como meio de contato rápido com eles ao longo da pesquisa) foi fruto de articulações coletivas.

Por outro lado, a maneira que concebiam o trabalho na época de parceria é totalmente distinta da forma como o entendem nas relações assalariadas, ou seja, o grupo (ou os que restaram na fase assalariada) não se predispõe a levantar mais cedo ou a exceder o horário da jornada, uma vez que não entendem estar agora trabalhando para si, mas como “alugado”.

3.2 Um pé na cidade para passear e outro na fazenda para morar

Conforme já foi ressaltado, a comunidade que pesquisei vive e trabalha na zona rural, mas mantém contatos com pessoas de Araguari, Indianópolis e outras cidades. Acompanhei mais de perto a relação deles com os araguarinos (contudo, não me furtei a conhecer minimamente, a relação com os moradores de Indianópolis), primeiro porque foi em Araguari que conheci algumas pessoas desse grupo, segundo, porque é a cidade mais próxima e terceiro, porque os proprietários moram em Araguari.

O município de Araguari está localizado no Triângulo Mineiro, a área do município é de 2.729 km², sendo 54 km² na zona urbana e 2.675 km² na zona rural. Sua população é resultante da migração européia que aqui chegou com a construção da ferrovia Mogiana no início deste século. De acordo com o último censo (IBGE 2000) realizado, a população soma 101.519 habitantes.

A estrutura fundiária rural do município é de 2.120 imóveis, ocupando uma área total de 200.996,5 ha¹⁰¹, tem uma economia baseada no setor primário, mas existe também uma pequena rede comercial, rede bancária e espaços de lazer que interessam aos trabalhadores rurais. A cidade de Araguari é visitada pelos moradores da Fazenda Santa Cruz por vários motivos e com uma certa frequência. Em geral, vão a Araguari para resolver questões de saúde (quando o caso extrapola os recursos do posto de saúde da fazenda), para fazer compras, para lazer, para consertar carros, eletrodomésticos, dentre outros.

Quando o regime de trabalho era parceria, as visitas de cunho comercial eram mais corriqueiras. Nessa ocasião os conheci, pois freqüentavam a loja de utilidades domésticas que era administrada por mim. No período em questão foi colocada uma linha de ônibus que os transportavam até Araguari, contudo, com o assalariamento, a procura comercial reduziu e a linha de ônibus já não existe. Agora, visitam a cidade de carro próprio ou vão de carona.

Em geral, os trabalhadores de origem nordestina têm boa impressão dos araguarinos, fato que pode ser percebido na seguinte fala de Dona Francisca Freire Pereira:

“Eu acostumei aqui, porque o povo daqui, eles são muito bão com a gente cearense, principalmente em Araguari... outro dia eu fui

¹⁰¹ Dados fornecidos pela prefeitura municipal de Araguari-MG em agosto de 2002.

em Araguari, resolvê lá um negócio, eu não tinha um real, nem pra merendá. Então, eu já tenho as pessoas lá que confia eu comprá minhas merendas, meus lanchinho, e no meis do meu pagamento, eu vô lá e pago. Só que eu num ando muito lá, né? Só de meis em meis, só no dia do meu pagamanto, a num sê assim uma doença. Fiquei esses tempo com uma minina internada. Eu tava sem dinheiro, mas eu achei onde comprá a prazo, né?. E o povo ajuda a gente também aqui, até porque eles tem mais coração que no Ceará... Só que eu num ando muito em Araguari, só nos caso que te falei”¹⁰²

Nessa narrativa, Dona Francisca ressalta a confiança que lhe depositam, que relaciona honestidade a valor. Deixa entrever a importância que atribui ao crédito, posto que nem sempre tem o dinheiro para comprar à vista o que precisa. Em outras passagens, outros sujeitos também se manifestam a respeito do crédito, das portas abertas, como é o caso de Maurílio Luiz Lima, trabalhador da Fazenda Santa Cruz, que ao ser questionado como é tratado em Araguari, assim se manifesta:

“A população de Araguari pra mim é gente boa demais, são gente fina. As festas, vanerão, (um ritmo musical, um tipo de dança) sô fregueis lá, viu? E as Lojas Cruz, tô comprano, tanto faz com dinheir,o ou sem dinheiro eu compro. Estou desde 1991 aqui e também nunca sacaniei, entendeu? (...) Nas festas também eles são gente boa...”¹⁰³

O senhor José Valderi afirmou também que é muito bem atendido na cidade e que tem crédito livre. Tais opiniões somam-se a outras, como à de Verônica, filha do senhor Valderi e à de Maria Aparecida, outra moradora da Fazenda Santa Cruz e vizinha do seu Valderi.

Por outro lado, a gerente de uma loja de roupas (Doidão das Confeções), Patrícia Miranda, deixa claro o interesse dos comerciantes em abraçar esses clientes:

“Embora a passagem para assalariamento reduziu a presença deles na loja, eles estão sempre aqui, em primeiro lugar porque a loja é do povo, o pessoal aqui é bastante simples, e isso instiga muito, porque eles são pessoas simples. Eles são muito corretos, se não podem vir pagar, mandam um recado e tal dia combinado estão aqui (...) Nós abrimos um crediário próprio só pra eles, porque a Losango (financiadora) dificultava para eles, ela quase num aprovava. São pessoas muito simples, mas muito corretas. Alguns são tão corretos que a palavra vale mais que a escrita,

¹⁰² Entrevista concedida em 22/11/2003 por Dona Francisca Freire Pereira.

¹⁰³ Entrevista concedida em 22/11/2005 por Maurílio Luiz Lima.

*porque na maioria das vezes, eles mesmo não escrevem. A maioria custa escrever o nome”.*¹⁰⁴

A valorização destes trabalhadores como clientes, porque honram seus compromissos e pagam suas dívidas, é também ressaltada pelo dono do “Bar do Povo”, senhor Dário Luiz Alves:

*“Eles são bem-vindos, eles é que movimentam 60% a 70% do nosso comércio, da nossa cidade. Eles são pessoas carentes, vieram do Nordeste pra cá, pra trabalhá e, parceira, mas hoje não tem mais aquela parceria, são assalariados. Então, nós temos tido uma perda de 50% do comércio. Quando eles vem as esposas não vem e vice-versa. Eles são idôneos, as vezes tomam um café e depois pagam, quando voltam ao banco. Ninguém tem queixas deles aqui.”*¹⁰⁵

Na concepção do gerente de uma panificadora localizada na parte central de Araguari, Marcos Sérgio, os trabalhadores rurais residentes na Fazenda Santa Cruz são: *“ótimos clientes, impulsionam o comércio, são fregueses fáceis de lidar, apesar da simplicidade”*.

Nessa narrativa percebe-se que os adjetivos estão relacionados à condição de cliente. ele inicia a fala dizendo que são *“ótimos clientes”*. Questionado sobre um possível preconceito dos moradores de Araguari em relação à comunidade de trabalhadores ele assim se manifesta:

*“Bom, eu acho que a simplicidade deles às vezes pode levar alguém a confundir-los. As vezes a pessoa senta numa praça, fica um longo tempo, então, às vezes, quem passa e não conhece a comunidade, pode fazer um pré-julgamento... Mas aqui no nosso comércio sempre comportaram muito bem... mas a simplicidade deles pode levar alguém, que nem seja do comércio e não os conheça, a julgá-los. Nós que convivemos com eles só temos a elogiá-los, são fáceis de ser atendidos, já chegam decididos, não questionam preço... Eles entram, compram logo e saem... São pessoas que vivem mesmo prá trabalhar, então eu acho que Araguari deve muito a eles...”*¹⁰⁶

Esse depoimento nos traz elementos importantes para reflexão. O primeiro deles é entender que as pessoas simples são passíveis de serem confundidas, provavelmente, pela avaliação da aparência, como modo de vestir, o que resulta em pré-julgamentos de

¹⁰⁴ Entrevista concedida em 19/11/2003 por Patrícia Miranda em Araguari.

¹⁰⁵ Entrevista concedida em 19/11/2003 por Dário Luiz Alves.

¹⁰⁶ Entrevista concedida em 19/11/2003 por Marcos Sérgio.

quem não as conhecem, gerando preconceito. Outro é que a atividade de trabalho regular em uma prática conhecida na cidade, assegura a eles a confiabilidade dos comerciantes. Para esses, suas “qualidades” estão sobretudo no fato de serem clientes que honram seus compromissos.

Eles são considerados clientes descomplicados, que entram sabendo o que querem, não questionam preço, compram e saem. Assim, percebe-se que alguns da cidade (sobretudo comerciantes) reconhecem a importância desses trabalhadores, na medida em que são consumidores. Não pesa nesse reconhecimento o fato de que são apenas pessoas com cultura diferente, provenientes de outra região, que agora têm suas vidas reestruturadas no Sudeste.

A transformação do sistema de parceria em assalariamento, com a diminuição do número de trabalhadores e dos ganhos dos que permaneceram na produção, é sentida pelo comércio araguarino. A redução no volume das vendas, como nos diz o senhor Valter Gonçalves, proprietário da loja “troca Tudo Móveis”, reforça a imagem positiva dos trabalhadores até 2002, quando compravam muito:

“Meu conhecimento com eles é de 20 anos, o relacionamento sempre foi bom, são pessoas que sempre me compraram muito. A partir de 2002 é que veio a mudança, onde trouxe um grande transtorno para o comércio em Araguari. As vendas caíram 90%, tenho certeza. No meu caso foi. Hoje quando eles vem na cidade é com um pequeno salário, uma vez por mês...”¹⁰⁷

O valor que essas pessoas trabalhadoras dão ao crédito, à confiança que os comerciantes araguarinos têm neles, pode ser entendida a partir do contraste com o crédito que possuíam em sua terra natal. Qual seja, nenhum.

Em passagem já relatada, seu Valderi observa que mesmo tendo chegado em Barro - CE com dinheiro para comprar uma carne, foi discriminado. No episódio por ele narrado, as relações que no capitalismo são mediadas pelo dinheiro ultrapassaram essa fronteira. Não bastou ter o dinheiro, ele carregava consigo o estigma que no passado não o teve. Assim, foi mal entendido, duvidaram que poderia pagar por uma boa carne, insultaram-no oferecendo “carne de pescoço”. Nesse caso, ficou clara a idéia de imobilidade social, de impossibilidade de melhoria de vida a que o cidadão despossuído, sem terras, está exposto no imaginário social.

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 19/11/2003 por Valter Gonçalves.

Ao reconstruírem suas vidas no Sudeste vêm com bons olhos as relações comerciais que ora travam em Araguari, se sentem incluídos: não é um mero consumismo, mas é o se sentir cidadão, de ter o direito de comprar o que se deseja dentro dos seus limites de ter crédito, de conseguir a realização de alguns sonhos.

Por outro lado, os comerciantes vêm com bons olhos esses clientes: eles são vistos como bons pagadores, representam cifras, o que media a relação entre eles é o comércio. Em nenhuma entrevista foi citada outra relação que não a comercial, ninguém falou em amizade, compadrio, namoro ou outras.

Em outras entrevistas, os trabalhadores foram lembrados como eleitores, porque a maioria vota em Araguari. Em períodos eleitorais seus votos são cobiçados, o que abre a eles possibilidades de conseguirem a efetivação de algumas reivindicações como o posto de saúde ou o telefone público. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também tem interesse em tê-los como afiliados, pois trata-se de um grande volume de trabalhadores, fato que engrossa a arrecadação de contribuição sindical.

Assim, estamos falando de significados diferentes para os que são clientes e para os donos dos estabelecimentos comerciais. Os primeiros, ao elaborarem suas narrativas resignificam sentimentos que no passado viveram, como a discriminação social e experimentam outros sentimentos, como a autonomia de poder comprar, de ter crédito no Sudeste em uma outra realidade. Já os segundos enxergam nos trabalhadores rurais o consumidor, o bom pagador.

Os depoentes de Araguari, foram questionados, por mim, sobre a aceitação deles em relação aos migrantes de origem nordestina. Todos (cerca de 10) negaram que existia preconceito, mas, certa vez, ao acaso, uma aluna minha que mora em Araguari narrou-me um caso de prisão em que eram os “*nordestinos que estavam envolvidos em uma bagunça*”, questionei sobre como sabia que eram eles, ela afirmou que são facilmente reconhecíveis “*porque são muito feios*”.

Eu apenas ouvi este relato, não vi quem foi abordado pela polícia, não sei a causa da abordagem, contudo, a forma como a pessoa se referiu aos trabalhadores rurais de origem nordestina foi pejorativa o suficiente para perceber o estigma que sofrem.

Esse grupo é identificável pelo sotaque, pela forma de falar, pelo fato de visitar a cidade em conjunto. Daí associá-los coletivamente pela estética de forma pejorativa é preconceito. A discriminação, no entanto, não está relacionada apenas ao fato de serem nordestinos, mas de carregarem o estigma da pobreza, identificada na falta de estudo, nos modos de se comportarem, de se relacionarem entre si e com os outros.

Nas entrevistas concedidas a mim, nenhum morador da Fazenda Santa Cruz fez comentários pejorativos aos araguarinos. Parece que o fato de a relação entre eles ser meramente comercial não os incomoda. O que ficou claro é que eles, com suas atividades rurais não reivindicam pertencimento àquela cidade, freqüentam-na apenas o necessário, mas fincaram raízes na fazenda, onde têm sólidas amizades, em geral com trabalhadores que vieram do mesmo lugar. Vão a Araguari para consumir o que desejam e nesses limites, sendo bem tratados, é o que lhes basta. Não desejam morar ali, tampouco trabalhar em serviços urbanos. A cidade é, às vezes, onde se divertem com seus pares, uma situação rápida que se esgota no ato do lazer ou do tratamento de saúde.

Se, por um lado, as evidências suscitadas nas entrevistas orais me permitem concluir que as pessoas que entrevistei em Araguari enxergam os trabalhadores como meros consumidores, por outro, a partir das narrativas dos trabalhadores, foi possível detectar que no Nordeste a imagem cristalizada da pobreza atribuídas a eles é motivo de discriminação, ainda que na prática essa imagem não corresponda à realidade.

O senhor José Valderi narrou-me um episódio em que ele reconstituiu uma viagem de sua esposa. Ela saiu do Nordeste em condição de extrema pobreza, ao retornar à sua cidade natal, agora possuidora de bens que conquistou com trabalho árduo no Sudeste, foi discriminada ou desacreditada, desta feita por possuir bens:

“Nóis tinha um carrinho e minha esposa foi passeá no Ceará nele, num sabe? Um escortezinho velho, mas um velho que dava pra viajá, né? Era 86 (no ano de 1986). Aí, ela foi mais um filho e uns parentes (...) E quando chegô lá ninguém acreditô que aquele carro era nosso. Teve alguém que falô que aquele carro era roubado, ou que tinha sido emprestado. Não acreditou que o carro era meu de jeito nenhum. Desse jeito... falaro que o carro não era nosso, que nóis num tinha condição de comprá...”¹⁰⁸

Não é possível reconstruir a emoção do depoente ao narrar suas lembranças por meio da escrita, mas ao transcrever a entrevista, pude sentir a emoção dos silêncios, das falas enfáticas, das repetições, como se através da repetição do fato (para ele absurdo) fosse possível convencer-me do quanto sua esposa, e ele por extensão, foram insultados. Após 13 anos, ele ainda se indignava, pois para quem viveu quase sempre humilhado, toda humilhação é grande demais.

¹⁰⁸ Entrevista concedida em 22/11/2003 por José Valderi Rodrigues.

Na sequência da entrevista, seu Valderi fala de sua condição financeira, adquirida a partir do trabalho na época de parceria e expressa seu orgulho em ter tido condições de comprar um carro, porque é fruto do seu esforço:

“Deus me ajudô que numa lavora de tomate eu tirei dinheiro, comprei aquele carro e sobro dinheiro que dava pra tirá mais treis da marca daquele que eu tinha. Naquele tempo era parceria, foi uma lavora muito boa, deu bastante dinheiro, foi no ano de 1990.”¹⁰⁹

A partir de sua narrativa, percebe-se a indignação com relação ao descrédito dos conterrâneos ao seu trabalho, às suas conquistas, ao seu esforço. Isso, associado à suspeita de que o carro até poderia ser roubado o magoou.

A leitura que fiz do comportamento dos conterrâneos de seu Valderi é a mesma que fiz das atitudes tomadas pelo balconista do açougue que, em outra ocasião, o discriminou, ou seja, é como se a pobreza tivesse se impregnado na pessoa e não houvesse nenhuma possibilidade de reverter ou amenizar tal situação. Talvez essa concepção derive da dura realidade a que estão submetidos os trabalhadores rurais sem terra no Nordeste, das escassas chances de ascensão social.

Pareceu-me que esse tipo de experiência negativa reforça o apreço pela cidade de Araguari, onde, pareceu-me não haver espaço na vida das pessoas para relacionamentos não comerciais, mas ainda assim o migrante se sente respeitado na condição de consumidor, fato que, segundo suas lembranças não ocorre no Nordeste.

Não só o comércio sentiu os efeitos das mudanças nas relações de trabalho. Seu Aldacindo Campos (tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguari) ao falar sobre o fim da parceria avalia que as mudanças foram negativas:

“Isso aí é um problema que veio surtir um resultado negativo, tanto para o trabalhador, que deixou de gerar emprego para o município (até dois anos atrás gerava de 800 a mil empregos diretos) e o comércio deixou de movimentar bastante, foi um resultado negativo no comércio e para o Sindicato dos Trabalhadores e para o Sindicato dos Empregadores também...E o próprio empregador, que deixa de ter seu ganho, sua renda... Repercutiu negativamente para o município.”¹¹⁰

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 22/11/2003 por José Valderi Rodrigues.

¹¹⁰ Entrevista concedida em 21/01/2004 por Adalcindo Campos.

Percebemos nessa fala que para alguém que, em tese, representa os trabalhadores, a maior preocupação é com a perda do poder de compra. Além disso, a narrativa deixa clara a preocupação com o proprietário e com o sindicato patronal. Essa preocupação transparece em outra fala, relacionada à produtividade, onde o senhor Aldacindo diz “...com isso aí (assalariamento) teve uma repercussão um resultado negativo para ele (o dono) porque o trabalhador deter aquele empenho, aquela dedicação, aquela vontade de trabalhar, de produzir...passou a produzir menos.” Em outras argumentações do entrevistado, destaca-se sua posição em relação aos Okubo, que são vistos como geradores de empregos, bons patrões, vítimas de uma fiscalização que desarticulou seus negócios.

Por sua vez, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais da Araguari, senhor Pedro Rodriguez Naves, a passagem da parceria para o assalariamento repercutiu assim:

“Mas isso para o Sindicato dos Produtores não tem muito a perder, porque o produtor larga de plantá o tomate e vai planta o milho, o café, a soja ou outra coisa, ele está sempre com a gente. Agora é ruim pro Sindicato dos Trabalhadores e pro município, porque deixa mais gente desempregada, na rua. Agora mesmo, quantas famílias jogadas na rua, é mais um grupo de desempregados, então, na parte social o município perde muita coisa. Uma fazenda como a do Mitsuro, com 500 pessoas trabalhando, é mais 500 pessoas na loja, comprando, são mais 500 gastando e os insumos são muitos. Os donos compraram tudo em Araguari, o comércio agropecuário perde com isso.”¹¹¹

Embora a narrativa deixe entrever a preocupação com o desemprego, com o social, no fundo a preocupação é com a ausência de consumo, seja por parte do trabalhador, seja por parte dos proprietários.

A partir das inúmeras narrativas dos donos de estabelecimentos comerciais e das lideranças sindicais foi possível perceber como a “cidade” vê esses sujeitos. Eu não pude abordar outras pessoas em Araguari, posto que não soube de laços de amizade entre famílias araguarinas e os trabalhadores rurais, assim, concluí que o que norteia as relações é o comércio.

Percebi que os comerciantes não apenas esperam esses “clientes” virem comprar, mas vão até a fazenda vender. Por duas ocasiões encontrei revendedores com caminhonetes lotadas de produtos, roupas, enxovais, sapatos para vender aos

nordestinos, que são vistos como bons pagadores. A venda é feita a prazo e ao final do mês se retorna para receber a primeira parcela.

Nas relações travadas entre os moradores da Fazenda Santa Cruz e a cidade de Araguari, a mediação é comercial. No olhar dos depoentes urbanos, o outro, o nordestino, é diferente, *tem sotaque, não é bonito, mas é cliente*.

Por seu lado, os migrantes demonstraram não buscar na cidade nada especial na relação com as pessoas, a não ser a solução de seus problemas de saúde, a prestação de serviços e, ocasionalmente, os clubes de dança. No imaginário deles, a cidade não é a “redentora” material e cultural. Seus filhos estudam na zona rural. A comunidade é unida por laços de amizade que desabrocham em momentos de lazer, como jogos de futebol, sinuca, festas de casamento, batizado, etc. Assim, a cidade é o espaço das compras e da resolução do que não se resolve na fazenda, como o conserto de um carro ou a confecção de um documento, como carteira de identidade ou de trabalho.

Trata-se de um grupo que, sobretudo, enquanto vigorou a parceira, estava contente em viver no campo e que, mesmo com o fim desta e a introdução do assalariamento e as conseqüentes demissões, não mira na cidade seu horizonte. Posto que, por motivos variados, não se adaptariam ao trabalho urbano. Seja por falta de formação técnica, seja por inexperiência no ramo, não se enxergam como trabalhadores urbanos. Ademais, segundo os entrevistados, a lida com a terra em parceria gerou suas melhores rendas, oportunidade que não teriam se empregados na cidade.

No final da pesquisa, visitei a cidade de Indianópolis. Muitos trabalhadores que perderam o emprego na Fazenda Santa Cruz, hoje, moram em Indianópolis, pois trabalham em sua maioria nas fazendas próximas como bóias-fria. Esta opção por Indianópolis foi feita em função dos empregos na área rural disponíveis no município.

No caso dos que moram em Indianópolis, pareceu-me estarem lá porque lhes faltou a oportunidade de morar na fazenda e ser parceiro, logo moram em Indianópolis e trabalham nas fazendas próximas porque nessas a relação de trabalho não envolve moradia. Assim, muitos ao serem demitidos arrumaram empregos na zona rural, ora como parceiro, ora como assalariados ou bóia-fria e outros regressaram ao Nordeste.

Em julho de 2005, ao visitar a Fazenda Santa Cruz, compreendi o quanto a vida daqueles moradores está em movimento. Um viés para esta compreensão foi a configuração do espaço de moradia. A colônia de casas que outrora tinha um sentido,

¹¹¹ Entrevista concedida em 21/00/2004 por Pedro Rodriguez Naves.

conferido pelas pessoas que ocupavam o espaço – o corre-corre de crianças, as donas de casa varrendo seus quintais, as hortas verdinhas, o doce fumegando no tacho, os adolescentes jogando sinuca, ou mesmo alguém falando ao telefone público – já não era a mesma.

Muitas casas fechadas traduzem este momento da vida de muitos trabalhadores que tiveram a contragosto que seguir outro caminho. Nessa trajetória, o que percebo é que as pessoas se adaptaram, cada uma à sua moda ou da forma que foi possível, às intempéries da caminhada.

Eles procuram reconstruir suas vidas, encontrando outros empregos, outras moradias, outros sentidos para viver no Sudeste. A maioria não regressou ao local de origem pois, apesar das transformações ocorridas em suas vidas, vêem sentido em permanecer aqui. Assim, compreendi que os espaços geográficos adquirem sentido para as pessoas à medida em que suas experiências são ali vividas, são significantes. Pude ver que os espaços adquirem sentido porque neles se constroem relações, vivencia-se experiências carregadas de emoções.

Percebi, então, que o vivido daquelas pessoas, o que elas compartilharam comigo, marcou suas trajetórias e era a experiência delas que imprimia significado ao local. Para os que ficaram, a fazenda tem outro sentido.

A pesquisa também é repleta de significados para mim, pois de certa forma, o contato com essas pessoas, cada uma com sua história e eu com a minha, envolvida em uma pesquisa que foi antes de tudo uma escolha, me remete a sensações que às vezes não consigo traduzir textualmente. De repente, vi-me tomada por emoções experimentadas na infância, tais como as que sentia por ocasião dos finais das novelas televisivas. Questionava-me como seria a vida daqueles personagens dali para frente. Causava-me certo desconforto não acompanhar mais suas trajetórias (como se a personagem tivesse vida para além do roteiro). O mesmo ocorreu em relação aos trabalhadores com os quais estabeleci contatos: um desconforto pelo afastamento, desta feita, bem maior que na infância, posto que não me distanciarei de personagens, mas de personalidades que vivem o enredo da própria história, em constante movimento, enquanto a minha história também segue seu rumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de uma pesquisa em História representa uma etapa de uma determinada investigação, conclusões provisórias estabelecidas a partir do olhar do sujeito que pesquisa, do tipo de fonte selecionada, do referencial teórico do pesquisador. Numa palavra, trata-se de uma interpretação da História, sujeita a críticas, passível de ser tomada como referência para um diálogo com outras pesquisas. Não está sendo diferente com minha pesquisa, contudo, é possível estabelecer algumas considerações acerca da mesma.

Tratar a trajetória de trabalhadores migrantes possibilitou-me compreender os movimentos de suas vidas, lidar com suas expectativas, frustrações, realizações. São pessoas com tradições camponesas que, em busca do sonho de uma vida melhor, percorreram trajetórias desafiadoras, interagiram em outras áreas, com outras culturas.

Na busca da compreensão da história deste grupo, ficou claro como o capital administra relações de trabalho que à primeira vista são arcaicas, mas em casos específicos, como é o caso do cultivo do tomate, uma prática agrícola exigente em termos de mão-de-obra são adequadas ao objetivo final que é a produtividade. Assim, a escolha deste perfil de mão-de-obra, não foi um simples fato, sem uma lógica ligada à perspectiva de extrair um trabalho mais produtivo.

Desde cedo, instigou-me as razões de buscar um perfil de trabalhadores como os migrantes nordestinos e paranaenses, e, no casos dos nordestinos, por qual razão é interessante trazê-los todos de uma única cidade?

Assim, embora ligados ao nordeste e ao Paraná por laços de amizade e parentesco, pela cultura, optaram por reconstituir suas vidas no Sudeste. Muitos aspectos da visão que tinham da “terra nova” se confirmaram, porém, cruzaram também com a instabilidade, as alterações nas relações de trabalho. Tanto os aspectos positivos quanto os negativos repercutiram de forma intensa em suas vidas.

Para a maioria desses trabalhadores, uma melhor remuneração representou a realização de alguns sonhos como a autonomia de assistir televisão na própria casa, o conforto de ter um carro para o deslocamento, o crédito na cidade, a possibilidade de retornar à terra natal em condição social melhor. Tudo isso foi significativo, ultrapassou a esfera do mero econômico, atingiu a dimensão da emoção, da realização de projetos, sentimento de inclusão.

Viveram também as incertezas, o desemprego, a redução da renda, a mudança nas relações de trabalho. Assim, desenvolveram mecanismos para reinventar suas trajetórias, arrumaram formas de lidar com o novo, administraram os traumas, pois perceberam que a mudança nas regras do jogo nem sempre são feitas por eles.

Ao meu ver, suas trajetórias foram marcadas por movimentos cheios de conquistas, frustrações, negociações, contudo foi através do próprio trabalho que um conforto maior se fez presente. Um sudeste eldorado não existe. O “pedacinho do céu” só existiu enquanto a relação de trabalho possibilitou uma alta produtividade, logo se o lucro está relacionado à produtividade é do trabalho que estamos falando. Essas pessoas se fizeram com o próprio trabalho, no processo de recompor a trajetória de trabalhadores que migraram de suas regiões para o sudeste. Percebe-se, a partir de suas narrativas, que a opinião positiva sobre as condições de vida no sudeste, o salário, são justificados pelas experiências do trabalho em parceria, quando a renda era considerada justa por esses sujeitos. Mas para entender como o sudeste aparece em suas falas como o local das oportunidades é preciso refletir sobre suas vidas no nordeste e no Paraná.

As causas das dificuldades no Nordeste são variadas, vão desde a desigualdade no acesso à terra passando pela precarização das condições de trabalho e do salário, até o descaso, a falta de interesse político em resolver o problema social daquela região. Por outro lado, no Paraná, o acelerado processo de pauperização do pequeno agricultor¹¹², a falta de acesso à terra, as dificuldades que famílias de tradição rural sofrem ao enfrentar a vida urbana instigaram a migração.

Em ambos os casos, o Sudeste representa um horizonte melhor, e, de fato, enquanto durou a parceria original entre esses trabalhadores e a família Okubo, as oportunidades de ascensão social existiram, contudo, é necessário refletir sobre o fato de que o lucro auferido ao final da roça era fruto da cooperação familiar e do trabalho motivado, de sol a sol, sem feriado ou fim de semana.

A projeção de uma vida melhor no Sudeste está relacionada às dificuldades da terra natal, ao desemprego, exploração, pauperização, descaso governamental e trabalho exaustivo que envolvia o conjunto familiar. No Sudeste, a possibilidade de uma boa safra era sedutora, contudo, mesmo enquanto vigorou a parceria, esses trabalhadores estavam sujeitos ao risco de uma safra fraca em função de fatores externos a eles, como intempéries e cotação de preço do tomate.

¹¹² A redução no plantio do café e na criação de gado e a substituição pela criação de bichos da seda.

Uma das inquietações mais presentes deste o começo da pesquisa foi a preferência dos patrões por migrantes, sobretudo os de origem nordestina (que somam o maior número). A compreensão das razões veio de um duplo movimento. De um lado a bibliografia acerca da cultura e tradições camponesas, possibilitou-me entender melhor este grupo, seus laços de solidariedade, os compromissos de fidelidade, os códigos de honra que perpassam a tradição camponesa. Por outro lado, as entrevistas orais confirmaram a rede de indicações e confiabilidade existente entre os trabalhadores.

O fator confiabilidade, associado ao perfil produtivo (causado entre outras coisas pela idéia de melhorar o padrão de vida), à disciplina, ao baixo número de demandas na justiça do trabalho (na fase de parceria) e ao fato de viverem uma vida que, independente das cidades, torna esse perfil de mão-de-obra atraente. São pessoas que se deslocam de suas terras apostando tudo no sucesso profissional. Chegam com uma energia que é canalizada para a produtividade. Com esses trabalhadores, embora houvesse um contrato social escrito, as fortes tradições orais se estendiam até os compromissos profissionais firmados. O trato mais respeitado era o trato verbal, a palavra era o que valia. Por outro ângulo, como são pessoas que pouco ou nada estudaram, o trato verbal e a ausência de carteira de trabalho davam o tom das negociações. Muitos vieram tirar suas carteiras profissionais no Sudeste.

Traços dos valores paternalistas comuns no Nordeste foram sentidos através das falas dos trabalhadores que colocam os *“japoneses no lugar de pai”*. Afirmam e reafirmam que *“contra os japoneses não têm nada, não tem nada que reclamar”*. Em algumas entrevistas deixaram entrever que o padrão de vida deles quem *“deu”* foram os irmãos Okubo, às vezes afirmam que *“ganharam um carro”*, mas na verdade, querem dizer que ganharam a partir do seu trabalho, o dinheiro é que pagou o carro. Os que moram em Indianópolis afirmam que o que possuem na cidade trouxeram da Fazenda Santa Cruz. Na verdade, eles às vezes minimizam o trabalho que media estas conquistas e ao supervalorizar a oportunidade de trabalhar em parceria, em ter emprego, minimizam o próprio trabalho, às vezes por considerá-lo mais leve que no nordeste ou no Paraná.

A relação de produção em parceira possibilita uma autonomia no processo produtivo que o simples assalariado ou *“alugado”*, como dizem, não possibilita. Trabalhar a meia significa trabalhar para si na leitura desses migrantes e isso faz diferença em termos de produtividade.

Assim, para os proprietários, o trabalho em parceria foi positivo porque é um trabalho motivado, possibilitou a redução de encargos trabalhistas, garantiu uma reserva de mão-de-obra experiente, reduzindo assim custos com treinamentos. Como o parceiro acredita que está produzindo sua própria roça, já que quanto mais trabalha, mais ganha, dispensa fiscais, cada um tem uma razão interna para produzir. Os custos com insumos, os riscos de intempérie e de queda no preço do tomate são socializados. Enfim, é uma forma de trabalho favorável à ampliação do capital. O que se estabeleceu foi uma relação de trabalho, logo os benefícios não foram apenas para os proprietários da fazenda, posto que a maioria dos entrevistados viam a parceira como uma boa relação de trabalho, não enxergavam nela nenhuma injustiça, ao contrário, suas memórias sobre o período da parceria são de um tempo bom, em que se conquistou muitos benefícios. O que percebi foi que não foi uma unilateralidade, que cada lado tinha seus motivos para preferir a parceria.

Por outro lado, se o trabalho em parceria viabilizou a realização de projetos, a situação de assalariado precarizou a vida, contudo, ainda é melhor que a demissão, situação concreta de muitos que, uma vez demitidos, acabaram por seguir rumos diversos, tais como o retorno ao local de origem, o trabalho como bóia-fria, ou uma outra relação de trabalho.

Na trajetória da pesquisa foi possível desmistificar a idéia de que os migrantes não procuram seus direitos. Ficou claro que enquanto as relações de trabalho lhes eram interessantes, não precisavam recorrer à justiça, mas à medida em que se sentiram injustiçados foram atrás dos seus direitos, fato que mostra que percebem as relações de trabalho com um campo de tensões carregado de interesses de lado a lado. O que ficou evidente, a partir dos depoimentos e da observação, foi que o ritmo de vida, o volume de funcionários, foram sendo alterado de acordo com as etapas por que passaram as relações de trabalho.

Embora seja possível quantificar as demissões, o mais importante é entendê-las no âmbito do significado da experiência, pois para cada pessoa ou família que perdeu o emprego ou se tornou assalariada, que reduziu sua renda, teve uma repercussão diferente. As demissões não se traduzem apenas em estatísticas, mas sim em mudanças concretas na experiência desses trabalhadores, uma mudança involuntária de rota, uma necessidade de reinventar o caminho. Ao deixar de morar na Fazenda Santa Cruz, cada pessoa perdeu não só o emprego, mas a moradia e o convívio diário com amigos e parentes, um estilo de vida. Portanto, embora salte aos olhos a perda financeira, a

desestruturação das relações de parceria representam alterações que estão para além da esfera econômica, posto que as amizades eram mantidas, cheias de laços gerados pelo apadrinhamento, pelo casamento ou pela solidariedade, pela troca mútua de favores.

Ali, existiam pessoas que conviviam há mais de uma década, existiam casais de namorados, amizades estreitas entre crianças, adolescentes, homens e mulheres, além disso, segundo a fala deles havia também um apreço pelo patrão.

Na experiência da pesquisa, pude entender o quanto foram complexas as transformações por que passaram essas pessoas desde que saíram de suas regiões, em busca de uma vida melhor, embaladas pela possibilidade de fazer o que condições adversas no passado impossibilitaram. No sudeste, tiveram que se adaptar a outras formas de viver e trabalhar, a outras tradições, sem contudo abandonar as suas.

Traduzir a experiência humana a partir de uma só esfera (econômica, cultural, etc.) é impossível, posto que as pessoas não são partes, elas compõem um todo complexo que ao interagir com outras pessoas geram relações mais densas ainda, pois percebe-se como os diversos elementos, as diversas faces humanas estão imbricadas e essas diversas esferas individuais atuam em relação aos outros.

Assim, o que procurei fazer foi entender as mudanças das relações de trabalho, não como isoladas, como esferas, mas como mudanças que ocorreram dentro do espaço do viver, nas relações que foram sendo construídas na Fazenda Santa Cruz e na cidade, principalmente em Araguari.

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Sheille Soares de Freitas. **Buscando a cidade e construindo viveres: relações entre o campo e a cidade**. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de Mestrado, 2003.

BARROS, W. Pacheco. **Contrato de Parceria Rural: Doutrina Jurisprudência e Prática**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999, p.15.

BRASIL, CLT (**Consolidação das Leis do Trabalho – Legislação Trabalhista e Previdenciária**). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Belo Horizonte: CEMIG, 2001.

CABELEIRA, I. Santos. **Dos contratos de Arrendamento e Parceria Rural: Teoria, Roteiros e Formulários Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1988, p.17.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: Experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia – 1938/1990**, Doutorado em História, PUC/SP, 2001.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida**. 6ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982. 284p.

CARVALHO, I.M.M. De; HAGUETTE, T.M.F(orgs). **Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro**. São Paulo: HUCITEC/CNPQ, 1984. 293 p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUSTÓDIO, Ada Borges. **Produção e comercialização do tomate de mesa em Araguari – MG**. Uberlândia: UFU (Programa de pós-graduação em Geografia)/ 2000, (dissertação de mestrado).

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. “Trabalho, cultura e história social: Perspectivas de investigação”. In: **Projeto História**, São Paulo: PUC, (4), 1985, pp. 21-37.

_____. “O historiador e a cultura popular: história da classe ou história do povo?” In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: UFU, (6), 1992, pp.5-24.

FONTANA, Joseph. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Os Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida – os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antônio Cândido**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.

JR, Afrânio Raul Garcia. **O sul: o caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero/UnB, 1989.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Capitalismo e Parceria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MACHADO, M. Clara Tomaz et al **Política, Cultura e Movimentos Sociais: Contemporaneidades Historiográficas**. Ogr.. Programa de Mestrado em História – UFU. Uberlândia: Edufu. 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **O cativo da Terra**. São Paulo: LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MIRANDA, Luciana de L. **Adeus ao “Jeca Tatu”: Proprietários rurais de Uberlândia, MG, vivenciando a política agrícola modernizadora, 1960-1985.** (dissertação de mestrado)

NASCIMENTO, Vilma do. **Trabalho árduo e liberdade: o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador. (1968-1990).** Dissertação de Mestrado. PUC-UCSAL. São Paulo. 1999.

PAOLI, Maria Célia. **Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira.** Comunicação. (7), Rio de Janeiro: Museu Nacional/URFJ, 1973.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história. Operário, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** In: Projeto História nº14, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O sitiante tradicional e o problema do campesinato. In: **O campesinato Brasileiro.** São Paulo: Vozes, EUSP, 1973.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Marina de Souza. **Memórias, trajetórias e viveres: experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002).** Uberlândia.UFU (Programa de Pós-Graduação em História), 2003. (dissertação de mestrado).

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias.** São Paulo: EDUSP, 1987.

SILVA, D. M. de O. **Memória: Lembrança e esquecimento, trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60.** São Paulo: PUC, 1997. (dissertação de mestrado)

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do castelo da Praça Onze, 1920-1945,** Doutorado em História, PUC/SP, 2002.

SILVA, J. G. de. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo. HUCITEC, p. 113, 1980 (col. Estudos Rurais)

SILVA, Regina H. A. **São Paulo: A invenção da metrópole**. Tese de doutorado – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais. Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1 e 2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**, São Paulo: Cia das Letras, 2001.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Cumucim – Pitimbu/PB**. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FONTES

1. Documentos textuais:

- 1.1 Contrato de sub-parceria da Fazenda Santa Cruz firmado entre José Valderi Rodrigues e Francisco Ferreira de Souza datado em 10/04/1997.
- 1.2 Documentos de autuação (Ministério do Trabalho), referentes à trabalhadores não registrados, ausência de equipamentos de segurança e trabalho infantil, datados em 08/11/2000, 07/12/2000, 29/11/2000 e 20/09/2001.
- 1.3 Termo de responsabilidade de recebimento de equipamento de segurança do funcionário José Valderi Rodrigues datado em 23/12/2002.
- 1.4 Documento do Programa de Incentivo à Qualidade (PIQ) equivalente ao período de 01/01/1998 a 31/12/1998.
- 1.5 Certificado de treinamento quanto ao uso correto dos EPI's da empresa Quality – Equipamentos de Proteção Individual, emitido ao funcionário José Valderi Rodrigues dia 22/12/2000.
- 1.6 Processos trabalhistas movidos contra Ivao e Mitsuro Okubo na Justiça do Trabalho na 3ª Região, consulta feita por Vanusa Alves Viana nos dias 02/09/2004 e 29/06/2004, referentes ao período de 1998 à 2002.
- 1.7 Contrato de parceria agrícola da Fazenda Santa Cruz firmado entre Mitsuro Okubo/ Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues dia 01/04/2000.
- 1.8 Acerto de contas entre Mitsuro Okubo/ Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues feito no ano de 1996. Saldo a favor do trabalhador.
- 1.9 Acerto de contas entre Mitsuro Okubo/ Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues feito no ano de 2000. Saldo devedor para o trabalhador.
- 1.10 Documento de levantamento de custos da produção (utilizado na ocasião do acerto entre proprietário e o parceiro José Valderi Rodrigues) datado em 01/04/2000.
- 1.11 Documento de adiantamentos feitos pelo parceiro José Valderi Rodrigues datado em 01/05/1996 e 01/04/2000.

2. Entrevistas orais

- 2.1 Senhor Adalcino Campos, 55 anos, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguari e conciliador do NINTER. Concedeu entrevista dia 21/01/2004
- 2.2 Cícero Dias, pai de dois filhos, marido de Dona Tereza Alves da Silva, mora há 17 anos na Fazenda Santa Cruz. Veio de Barro - CE para a fazenda depois de casado.
- 2.3 Cícero Ferreira da Silva, 31 anos, natural de Barro - CE, veio em 1991, foi parceiro até 2001, hoje é funcionário fixo do quadro administrativo. Segundo ele, seu pai e ele já ganharam muito dinheiro com tomate. Na data da entrevista, dia 22/11/2003, já ocupava o cargo administrativo, era responsável por comunicar as demissões aos trabalhadores.
- 2.4 Dário Luiz Alves, 49 anos, proprietário do Bar do Povo, localizado no centro de Araguari, vende lanches e bebidas para os nordestinos e paranaenses há anos. Entrevista concedida dia 19/11/2003.
- 2.5 Dona Francisca Freire Pereira, 54 anos, casada, mãe de nove filhos (sete dos quais estão vivos), veio de Barro-CE em 1994, passou pelas três fases das relações de trabalho. Ela é moradora da Fazenda Quilombo, mas tem amigos e parentes na Fazenda Santa Cruz, visita-os regularmente e em uma dessas visitas (22/11/2003) concedeu-me entrevista. Seus filhos ajudam no tomate desde 1994. Na ocasião estavam com 11, 13, 16 e 19 anos. Mesmo com o assalariamento não pretende voltar a Barro-CE.
- 2.6 Dona Helena Maria Gimenes Previato, 50 anos, natural de Nova Esperança-PR, mãe de três filhos (Cirlene Aparecida Previato, casada, mãe de um filho e grávida de outro na ocasião da entrevista, Claudemir Aparecido Previato e Claudiney Aparecido Previato), esposa de Seu Romildo Previato, Dona Helena e seus pais tocavam café em parceria no Paraná, foram para São Paulo quando ela tinha 17 anos. Mora na Fazenda Santa Cruz há 19 anos. Entrevista concedida dia 06/08/2003.
- 2.7 Senhor Ivao Okubo, 53 anos, veio para Araguari em 1984, estudou até o segundo grau (ensino médio), fez estágio nos EUA por um ano. Trabalha com tomates há 45 anos,

iniciou atividades com o pai. Gostaria de ter seguido carreira militar (cadete), mas não passou no exame, veio para o Sudeste por causa do preço da terra. Conhece sete países. É um dos proprietários da Fazenda Santa Cruz, nesta fazenda, ele é quem lida com os trabalhadores, enquanto na Quilombo e na Emília, seu irmão Mitsuru Okubo lida diretamente com os trabalhadores. (entrevista concedida dia 22/11/2003).

- 2.8 Josefa de Lima (Dona Naná), 57 anos (natural do Paraná), seu esposo e seu pai são cearenses. Esposa de Adalto Vicente de Lima, mãe de Maria Aparecida de Lima Almeida, mudou-se para Uberaba com o fim da parceria, pois seu marido é aposentado e não poderia ser contratado como assalariado. A princípio visitava constantemente a fazenda (onde tem parentes) e Araguari, para fazer compras, hoje (2005) mora em Araguari, em uma casa própria. Veio de Barro – CE. Morou na fazenda por 15 anos, veio por indicação de um amigo, na ocasião, ia para o norte de Minas e um amigo a convidou para vir para a Fazenda Santa Cruz. No Paraná, sua família era parceira no cultivo de algodão. Entrevista concedida dia 18/08/2003.
- 2.9 Senhor José Valderi, 57 anos, casado com dona Terezinha Rodrigues, pai de sete filhos, dos quais seis moram na Fazenda Santa Cruz e um morreu, mas morou também na fazenda. Ele veio de Barro-CE há 16 anos e participou das três fases das relações de trabalho. Chegou no dia 4 de julho de 1988. Em Barro-CE, tocava lavoura de algodão, milho, arroz em terras arrendadas ou trabalhando como assalariado. Uma filha sua, Verônica Rodrigues, também concedeu entrevista. O senhor Valderi é um dos moradores mais antigos da Fazenda e hoje (2005) com a grande redução no número de funcionários, ele é um dos poucos que ainda está empregado. Todos os documentos particulares usados na pesquisa foram cedidos a mim por ele, que também me concedeu longas entrevistas.
- 2.10 Márcia Leroz Alves, 37 anos, mãe de três filhos, natural do Paraná, veio de São Paulo com a família Okubo, onde trabalhavam com o pai de Ivao. Seu marido dirige caminhão na fazenda, antes levava tomates para São Paulo (agora faz só serviços internos). Vive na Fazenda há 22 anos. Entrevista concedida dia 02/09/2004.
- 2.11 Maria Aparecida de Lima, filha do senhor Adalto Vicente de Lima e Dona Naná (Josefa de Lima), seus pais mudaram para Uberaba depois para Araguari. Ela e o esposo ficaram na Fazenda Santa Cruz, hoje (2005), estão na Fazenda Quilombo.

- 2.12 Maria Aparecida de Souza Santos, 22 anos, natural de Barro-CE, casada, (na ocasião, 22/11/2003, estava grávida de oito meses de uma menina), é mãe de Patrícia Mikaele Santos Nascimento, 4 anos. Saiu de Barro-CE com 9 anos, casou-se na Fazenda Santa Cruz. Diz que não lembra bem da vida no Nordeste. Tem saudade dos parentes (avós).
- 2.13 Patrícia Miranda Santiago Strack, 25 anos, moradora de Araguari-MG, secretária da loja Doidão das Confecções, vende há muitos anos para os moradores da Fazenda Santa Cruz. Entrevista concedida dia 19/11/2003.
- 2.14 Pedro Rodrigues Naves, 50 anos, casado, agricultor, morador de Araguari e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Araguari pela segunda vez. Segundo informação de terceiros é compadre de Ivao Okubo, dono das Fazendas Santa Cruz, Quilombo e Emília. Entrevista gravada dia 21/01/2004.
- 2.15 Dona Terezinha Rodrigues, mãe de sete filhos, esposa do senhor José Valderi, não se sente bem concedendo entrevistas, foi muito amável, mas preferiu falar pouco sobre o tema, mas nossas conversas sobre o cotidiano da Fazenda foram enriquecedoras. Foi entrevistada dia 22/11/2003.
- 2.16 Dona Vera Mendes, 30 anos, três filhos, natural de Barro-CE. Sua família plantava algodão no Nordeste mas foram vítimas de uma praga de insetos. Casou-se lá e mudou-se para o Sudeste com 6 meses de casada. Ela participou da produção em parceria, mas acha mais seguro o assalariamento, pois a variação no preço do tomate e as intempéries a incomodavam.
- 2.17 Verônica Rodrigues, 16 anos, filha do senhor José Valderi e Dona Terezinha Rodrigues, veio de Barro-CE com 10 meses de idade, hoje estuda na Escola Contenda (rural), cursa 2º ano do ensino médio, sonha em ser veterinária.
- 2.18 Senhor Walter Gonçalves, 60 anos, proprietário há 23 anos da loja Troca Tudo Móveis (novos e usados), localizada na Praça Getúlio Vargas, 235 em Araguari. Ele sempre negociou com os moradores da Fazenda Santa Cruz. Vendeu os primeiros móveis usados a eles e até os dias atuais (2005) se relaciona comercialmente com eles.
- 2.19 Wellington Jacob de Resende, 46 anos, casado, coordenador do NINTER, Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista Rural de Araguari (inaugurado em

18/01/2002), órgão que congrega liderança do sindicato dos trabalhadores e do sindicato patronal (dos produtores). Entrevista concedida dia 23/01/2004.

3. Fotografias

- 3.1 Fotografias de trabalhadores na lavoura de tomate da Fazenda Santa Cruz e da placa de entrada da Fazenda (acervo Vanusa Alves Viana – foto realizada dia 02/09/2004).
- 3.2 Fotografias de José Valderi Rodrigues e sua filha Verônica Rodrigues na varanda de sua residência na Fazenda Santa Cruz e senhor José Emídio e sua esposa dona Marluce da Silva Oliveira, em sua residência na cidade de Indianópolis dia 11/07/2005.
- 3.3 Fotografias da área social da colônia de moradores da Fazenda Santa Cruz, mesa de sinuca e quintal. (Acervo Vanusa Alves Viana – foto realizada dia 22/11/2003).
- 3.4 Fotografias da fachada de uma residência com placa anunciando vendas de produtos - 22/11/2003 e aspectos do quintal de Dona Terezinha Rodrigues (horta de couve).

ANEXOS

DOCUMENTO Nº 1

(PIQ – Programa de Incentivo à Qualidade equivalente ao período de 01/01/1998 a 31/12/1998)

DOCUMENTO Nº 2

Acerto de contas com saldo devedor para o parceiro – ano 2000

DOCUMENTO Nº 3

Acerto de contas com saldo favorável ao parceiro – ano de 1996

DOCUMENTO Nº 4

Contrato de parceria da Fazenda Santa Cruz – contrato assinado dia 01/04/2000 entre Mitsuru e Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues

DOCUMENTO N° 4.1

DOCUMENTO N° 4.2

DOCUMENTO N° 4.3

DOCUMENTO N°05

Acerto de contas discriminação de produtos e custo de produção feito entre Mitsuru e Ivao Okubo e José Valderi Rodrigues datado em 01/04/2000

DOCUMENTO N°06

Contrato de subparceria da Fazenda Santa Cruz firmado entre José Valderi Rodrigues e
Francisco Ferreira de Souza datado em 10/04/1997

DOCUMENTO Nº07

Autuação do Ministério do Trabalho por trabalho infantil datado em 08/11/2000

DOCUMENTO Nº08

Autuação do Ministério do Trabalho por Ausência de EPI – Equipamentos de Proteção Individual datado em 07/12/2000

DOCUMENTO Nº09

Autuação do Ministério do Trabalho por ausência de implementação do PPRA –
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais datado em 08/11/2000

DOCUMENTO Nº10

Autuação do Ministério do Trabalho por ausência de EPI – Equipamentos de Proteção Individual datado em 29/11/2000

DOCUMENTO Nº11

Autuação do Ministério do Trabalho por ausência de funcionamento do SEPAPR –
Serviço Especializado em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural datado em
20/09/2001

DOCUMENTO Nº12

Certificado de treinamento quanto ao uso correto de EPI fornecido pela empresa Quality
– Equipamentos de Proteção Individual, emitido dia 22/12/2000 ao funcionário José
Valderi Rodrigues

DOCUMENTO Nº13

Termo de responsabilidade acusando recebimento a título de empréstimo por parte do
funcionário José Valderi de equipamentos de segurança em 23/12/2002

DOCUMENTO Nº14

Acerto de contas do funcionário José Valderi Rodrigues – adiantamentos – gastos com equipamento de proteção datado em 01/05/1996

DOCUMENTO Nº15

Acerto de contas do funcionário José Valderi Rodrigues – adiantamentos – gastos com equipamento de proteção datado em 01/04/2000

DOCUMENTO Nº16

Relação de Processos trabalhistas contra os irmãos Okubo entre 1998 e 2001 emitidos pelo Poder Judiciário/Justiça do Trabalho – consulta feita por Vanusa Alves Viana dia 02/09/2004

DOCUMENTO Nº17

Relação de Processos trabalhistas contra os irmãos Okubo entre 2000 e 2001 emitidos pelo Poder Judiciário/Justiça do Trabalho – consulta feita por Vanusa Alves Viana dia 02/09/2004

DOCUMENTO Nº18

Relação de Processos trabalhistas contra os irmãos Okubo entre 2000 e 2002 emitidos pelo Poder Judiciário/Justiça do Trabalho – consulta feita por Vanusa Alves Viana dia 29/06/2004